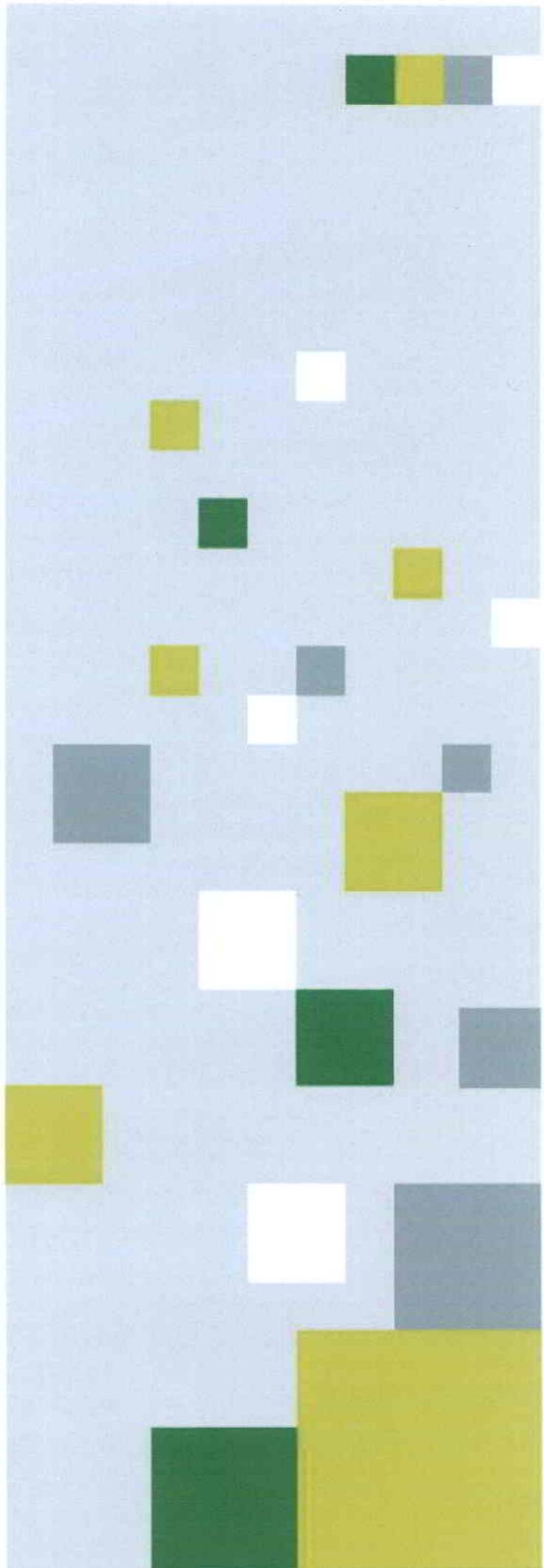




COMBOIOS DE PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS  
CONSOLIDADAS DO  
GRUPO CP

2010





<b>ÍNDICE</b>	<b>2</b>
<b>1 MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>4</b>
<b>2 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>3 PERFIL E ESTRUTURA DO GRUPO</b>	<b>7</b>
3.1 O Grupo	7
3.2 CP, EPE	8
3.3 PARTICIPAÇÕES	11
3.4 DADOS FINANCEIROS	13
<b>4 ACTIVIDADE DO GRUPO</b>	<b>15</b>
4.1 ENQUADRAMENTO	15
4.2 CP	19
4.2.1 Missão, Objectivos e Políticas	19
4.2.2 Principais Acontecimentos em 2010	20
4.2.3 Gestão do Capital Humano	24
4.2.4 Actividade Operacional e Resultados	27
4.3 CP CARGA S.A.	32
4.3.1 Missão, Estratégia e Objectivos	32
4.3.2 Principais Acontecimentos em 2010	33
4.3.3 Gestão do Capital Humano	34
4.3.4 Actividade Operacional e Resultados	35
4.4 EMEF	37
4.4.1 Missão, Estratégia e Objectivos	37
4.4.2 Principais Acontecimentos em 2010	38
4.4.3 Gestão do Capital Humano	39
4.4.4 Actividade Operacional e Resultados	39
4.5 FERNAVE	41
4.5.1 Missão, Estratégia e Objectivos	41
4.5.2 Principais Acontecimentos em 2010	42





4.5.3	Gestão do Capital Humano	42
4.5.4	Actividade Operacional e Resultados	43
<b>4.6</b>	<b>FERGRAFICA</b>	<b>47</b>
4.6.1	Missão, Estratégia e Objectivos	47
4.6.2	Principais Acontecimentos em 2010	47
4.6.3	Gestão do capital humano	48
4.6.4	Actividade operacional e Resultados	48
<b>4.7</b>	<b>ECOSAÚDE</b>	<b>50</b>
4.7.1	Missão, Estratégia e Objectivos	50
4.7.2	Principais Acontecimentos em 2010	51
4.7.3	Gestão do capital humano	53
4.7.4	Actividade operacional e Resultados	54
<b>4.8</b>	<b>SAROS</b>	<b>56</b>
4.8.1	Missão, Estratégia e Objectivos	56
4.8.2	Principais Acontecimentos em 2010	56
4.8.3	Gestão do capital humano	56
4.8.4	Actividade operacional e Resultados	57
<b>5</b>	<b>MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>58</b>
<b>6</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTRA-GRUPO</b>	<b>62</b>
<b>7</b>	<b>ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</b>	<b>63</b>
<b>8</b>	<b>FINANCIAMENTO DO GRUPO</b>	<b>70</b>
<b>9</b>	<b>PERSPECTIVAS PARA O FUTURO</b>	<b>70</b>
<b>10</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>72</b>
<b>11</b>	<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>72</b>



COMBOIOS DE PORTUGAL



## 1 MENSAGEM DO PRESIDENTE



**JOSÉ SALOMÃO COELHO BENOLIEL**

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sempre que termina um ano de actividade, é dos usos e costumes que o Presidente do Conselho de Administração faça nestas primeiras páginas um balanço sumário do que de relevante ocorreu no exercício passado e do que se possa vislumbrar para o exercício seguinte.

No entanto, do mesmo modo que 2010 foi um ano anormalmente perturbado pela crise económica e social e que 2011 se adivinha como um exercício de rotura com os paradigmas do passado, também se justifica que esta mensagem rompa com a tradição de se quedar pela enumeração dos sucessos e dificuldades vividas e se focalize nas questões estruturais que desafiam a própria subsistência da empresa pública ferroviária nos moldes tradicionais.



Não temos qualquer dúvida do impacte significativo do grupo CP para a economia e a coesão nacional: em 2010 transportou 130 milhões de passageiros e movimentou 11 milhões de toneladas de mercadorias!

O país não pode, em circunstância alguma, prescindir da continuidade da prestação destes serviços, independentemente do modo como o transporte ferroviário venha a ser organizado no futuro.

A continuidade do serviço público é absolutamente inquestionável em qualquer dos quadrantes políticos da sociedade portuguesa.

A sua concessão a uma entidade empresarial pública ou privada é matéria de discussão para fóruns que ultrapassam a estrita esfera de competência do órgão de gestão da CP.

Uma coisa é certa: no contexto de manutenção dos desequilíbrios da exploração e de subsistência dos inultrapassáveis desajustamentos financeiros e patrimoniais que se arrastam há décadas, não haverá solução interna susceptível de garantir a sustentabilidade futura da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2010 esses desequilíbrios acumulados traduziam-se numa situação líquida negativa de 2,5 mil milhões de euros e numa dívida de financiamento de 3,3 mil milhões de euros.

Com uma receita de tráfego de 273 milhões de euros, (incluindo já 35 milhões de euros de subsídios à exploração), encargos com serviços e fornecimentos de 165 milhões de euros, despesas com pessoal de 122 milhões de euros e encargos em juros de 160 milhões de euros é, obviamente, uma equação de solução impossível no quadro estritamente empresarial.

Já não há mais tempo de espera para que se defina e se leve à prática um desígnio de Estado que permita o urgente saneamento económico e financeiro da empresa e que crie condições para uma sã e equilibrada exploração do caminho de ferro.

Naturalmente que todos quantos trabalham no universo CP têm a irrecusável obrigação de encontrar as soluções de eficiência que lhe permitam afirmar-se de forma autónoma e sustentável nos mercados fortemente competitivos do transporte de passageiros e de mercadorias em que operam, mas isso não retira do Estado a sua obrigação de assumir as responsabilidades financeiras derivadas das imposições de serviço público que, para além do que seja comercialmente justificável, decida exigir aos operadores.

Reconhece-se que no decorrer de 2011, um passo muito significativo nesse sentido já foi dado com a assinatura do primeiro Contrato de Serviço Público, em regime transitório, entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal EPE.

Espera-se que seja de facto um primeiro passo de uma longa caminhada que importa afinar em estreito alinhamento com uma política coerente e consistente de mobilidade ao nível nacional.

Como disse, o Grupo CP padece de problemas estruturais profundos que derivam do adiamento de decisões que tardaram em demasia. A administração, os directores e os trabalhadores estão obrigados a vencer a batalha interna pela eficiência que a solução desses problemas exige.

Para isso iremos prosseguir com a política de rigorosa contenção de custos e de redução de estruturas redundantes e excedentárias.

2011 é, definitivamente, o ano desse desafio.

José Benoliel



## 2 INTRODUÇÃO

O decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho impõe a todas as empresas mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerce influência dominante ou controlo.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## 3 PERFIL E ESTRUTURA DO GRUPO

### 3.1 O GRUPO

O Grupo CP é o maior transportador ferroviário de Passageiros e de Mercadorias do País.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

A CP tem autonomizado em Empresas segmentos de actividade, tais como a manutenção ferroviária, a formação e mais recentemente efectivou o split do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua actividade. Assim, através de subsidiárias, o Grupo desenvolve ainda as seguintes actividades:

- transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.)
- fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A., SIMEF, A.C.E. e EMEF Internacional, S.A.);



## 2 INTRODUÇÃO

O decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho impõe a todas as empresas mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerce influência dominante ou controlo.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

## 3 PERFIL E ESTRUTURA DO GRUPO

### 3.1 O GRUPO

O Grupo CP é o maior transportador ferroviário de Passageiros e de Mercadorias do País.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

A CP tem autonomizado em Empresas segmentos de actividade, tais como a manutenção ferroviária, a formação e mais recentemente efectivou o split do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua actividade. Assim, através de subsidiárias, o Grupo desenvolve ainda as seguintes actividades:

- transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.)
- fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A., SIMEF, A.C.E. e EMEF Internacional, S.A.);

- mediação de seguros (Saros, Lda.);
- formação e desenvolvimento técnico-profissional, elaboração de estudos e projectos e prestação de serviços de psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica na área dos transportes e comunicações (Fernave, S.A.);
- prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos, diagnósticos e prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo (Ecosaúde, S.A.);
- exercício da indústria gráfica e comercialização de produtos gráficos e actividades complementares (Fergráfica, S.A.);
- implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto (TIP, A.C.E.).

Na maior parte destas empresas subsidiárias detém a maioria do seu capital. Detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

O Conselho de Administração traçou como objectivo estratégico desenvolver uma estratégia de grupo sustentável. Isso significa estruturar as participações sociais existentes, ficando na directa dependência da CP e desenvolver uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respectivo core business.

### 3.2 CP, EPE

A CP é desde de Julho de 2009 (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português.

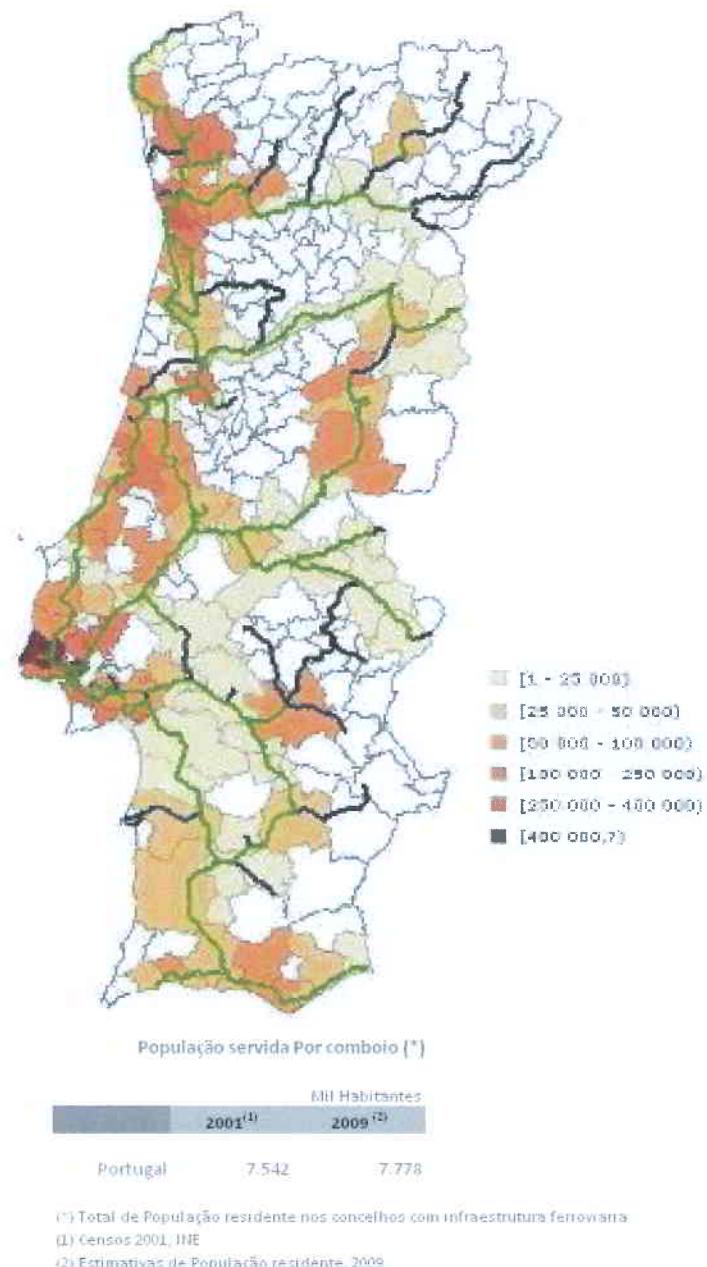
A CP enquanto transportadora ferroviária de Passageiros serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:



- Serviço Suburbano – liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em “casa/trabalho” ou “casa/escola”;
- Serviço Regional - serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito Regional ou local, distribui os Clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- Longo Curso – serviço de qualidade para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os Clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajecto e maior conforto;
- Internacional – Devido à posição periférica do País, apenas liga directamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. Não é competitivo com outros modos de transporte essencialmente em tempo de trajecto, pelo que se trata de um segmento em transformação.

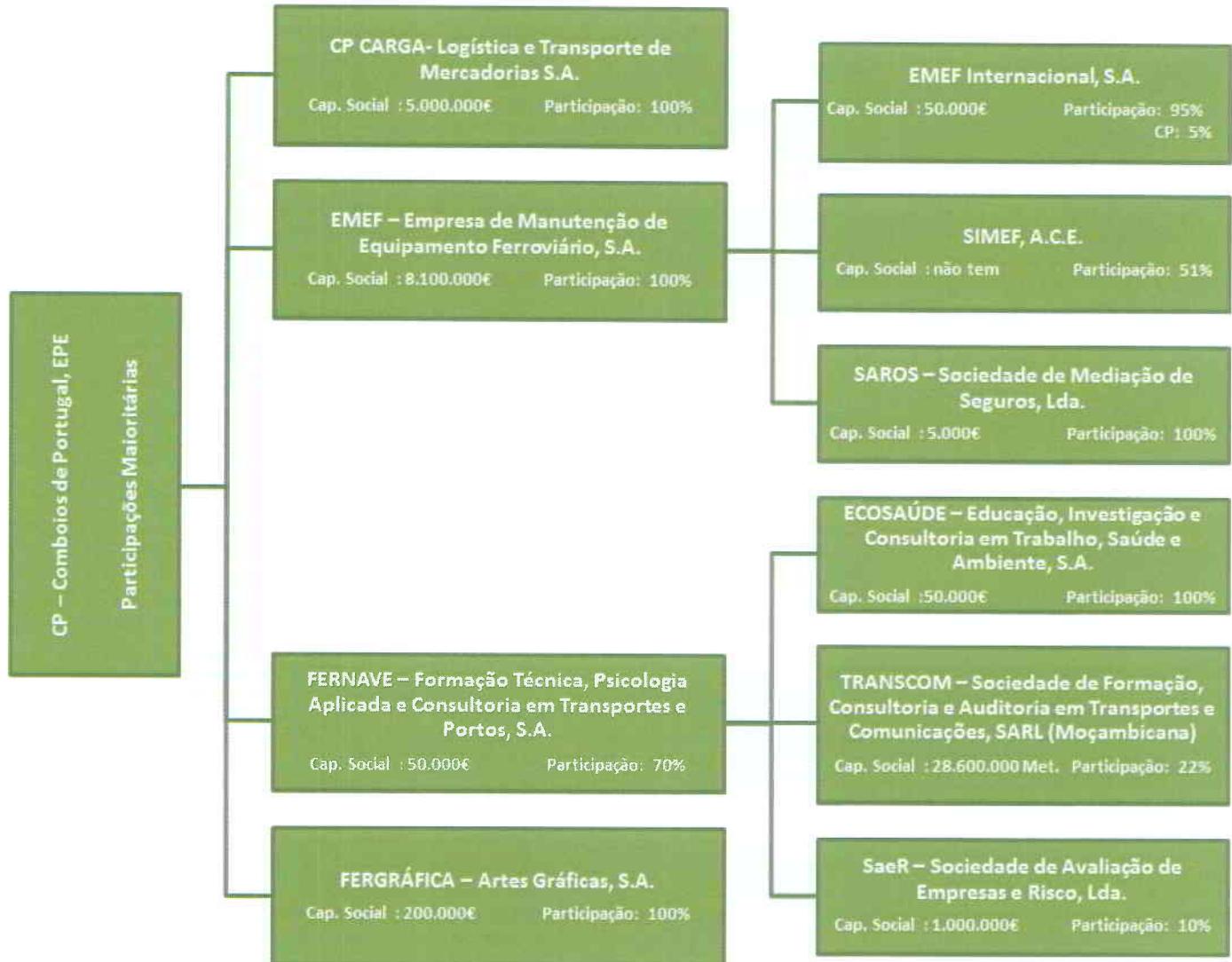
A população dos concelhos servida por transporte ferroviário totaliza 7,8 milhões de habitantes em 2009 (cerca de 78% da população total de Portugal). Note-se também um pequeno incremento da população residente nos concelhos servidos por transporte ferroviário entre 2001 e 2009 (7,5 em 2001 para 7,8 milhões em 2009).

## População residente Servida por Comboio (2009)



### 3.3 PARTICIPAÇÕES

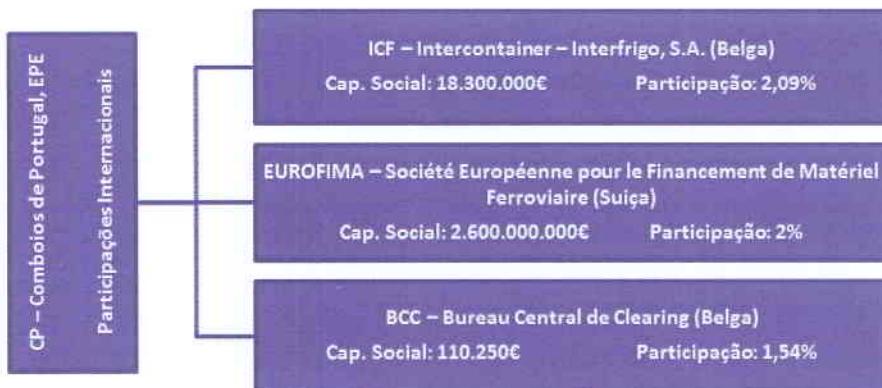
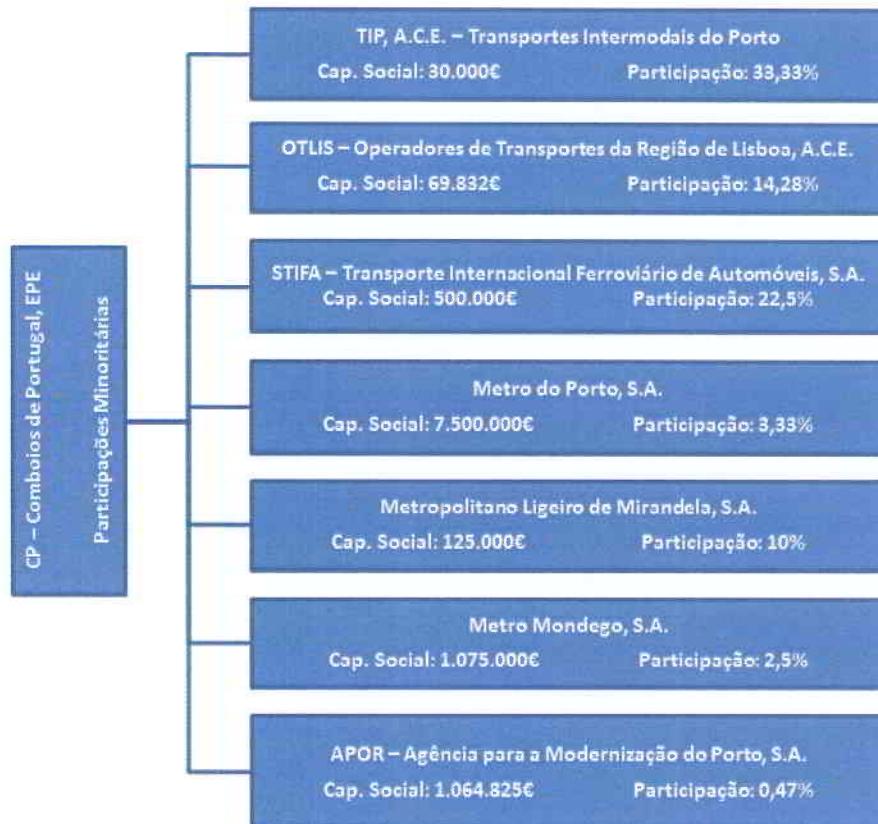
A CP detém as seguintes Participações maioritárias :





## COMBOIOS DE PORTUGAL

Detém ainda as seguintes participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores





### 3.4 DADOS FINANCEIROS

Os Rendimentos gerados pela Operação do Grupo CP ascenderam em 2010 a cerca de 375,8 milhões de euros, correspondendo a um valor de Vendas e Prestação de Serviços de 285,1 milhões de euros.

O Grupo através da CP e CP Carga realizou cerca de 37,5 milhões de Comboios Quilómetro tendo transportado 130 milhões de Passageiros e 9,2 milhões de Toneladas.

Para a prestação destes serviços a CP dispunha a 31 de Dezembro de 2010 duma frota em serviço comercial nas Unidades de Negócio e CP Carga de 197 automotoras eléctricas, 48 automotoras diesel, 54 locomotivas eléctricas, 49 locomotivas diesel e 103 carruagens e a CP Carga de 2.764 vagões. No final de 2010 o quadro de efectivos do Grupo CP era de 5.704 colaboradores.

O Resultado Líquido Consolidado de 2010 situou-se nos -199,7 milhões de euros, tendo sofrido uma variação negativa de 129 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução decorre nomeadamente da variação negativa do Justo valor da carteira de derivados, em -68.271 m€ e do agravamento do Resultado Financeiro em 56,5 milhões de euros e do Resultado da Operação em 22,2 milhões de euros.

Num cenário de crise, o número de Passageiros transportados diminuiu 0,9% mas as Toneladas transportadas apresentaram ainda assim um crescimento de 7,9%.

O Capital Próprio em 31/12/2010 situou-se nos -2.449 milhões de euros, traduzindo um agravamento de 214 milhões de euros face ao ano anterior. O Passivo Consolidado reduziu-se em 45,6 milhões de euros, uma vez que a emissão de dívida realizada pela CP em 2009 acabou por ser suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010.



COMBOIOS DE PORTUGAL



Indicadores de Tráfego

Procura Passageiros

	2009	2010	10/09
Passageiros (mil)	131.278	130.082	-0,9%
Pk's (mil)	3.766.027	3.718.417	-1,3%
Proveitos Tráfego (mil) *	212.195	210.125	-1,0%

\* Os valores dos Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2009 e 2010, respetivamente, 8 milhares de euros e 11 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP.

Procura Mercadorias

	2009	2010	10/09
Toneladas (mil)	8.549	9.224	7,9%
Tk's (milhões)	2.049	2.056	0,4%
Proveitos Tráfego (mil)	57.648	58.912	2,2%

Oferta Passageiros

	2009	2010	10/09
Ck's (mil)	31.587	30.707	-2,8%
LKO'S (milhões)	14.391	14.103	-2,0%

Oferta Mercadorias

	2009	2010	10/09
Ck's (mil)	6.636	6.764	1,9%

Meios

Recursos Humanos

(mil)	2009	2010	10-09
Efectivo a 31 de Dezembro	6.022	5.704	-318



**Indicadores Financeiros**

<b>Demonstração de Resultados</b>		2009	2010	10/09
	(mil €)			
1 - Resultado da Operação		-1.389	-23.583	-1597,4%
2 - Provisões e Imparidades		-5.326	19.323	462,8%
3 - Justo valor		124.298	56.026	-54,9%
Res. antes de Depr., Gastos Fin, Impost. (1 a 3)		117.582	51.767	56,0%
Res. Oper. (antes gastos fin. e impost.)		23.433	-48.999	-309,1%
<b>Resultados Líquido do Período</b>		<b>-70.849</b>	<b>-199.741</b>	<b>-181,9%</b>

<b>Balanço</b>		2009	2010	10/09
	(mil €)			
Activo		1.605.577	1.346.068	-16,2%
Passivo		3.841.331	3.795.704	-1,2%
Capital Próprio		-2.235.754	-2.449.636	-9,6%

**4 ACTIVIDADE DO GRUPO**
**4.1 ENQUADRAMENTO**
**Enquadramento Macro Económico**

O ano 2010 ficou claramente associado à crise económica e financeira dos países periféricos da Zona Euro, nos quais se inclui Portugal.

**Indicadores Financeiros**

<b>Demonstração de Resultados</b>		2009	2010	10/09
	(mil €)			
1 - Resultado da Operação		-1.389	-23.583	-1597,4%
2 - Provisões e Imparidades		-5.326	19.323	462,8%
3 - Justo valor		124.298	56.026	-54,9%
Res. antes de Depr., Gastos Fin, Impost. (1 a 3)		117.582	51.767	56,0%
Res. Oper. (antes gastos fin. e impost.)		23.433	-48.999	-309,1%
<b>Resultados Líquido do Período</b>		<b>-70.849</b>	<b>-199.741</b>	<b>-181,9%</b>

<b>Balanço</b>		2009	2010	10/09
	(mil €)			
Activo		1.605.577	1.346.068	-16,2%
Passivo		3.841.331	3.795.704	-1,2%
Capital Próprio		-2.235.754	-2.449.636	-9,6%

**4 ACTIVIDADE DO GRUPO**
**4.1 ENQUADRAMENTO**
**Enquadramento Macro Económico**

O ano 2010 ficou claramente associado à crise económica e financeira dos países periféricos da Zona Euro, nos quais se inclui Portugal.



Registou-se assim uma melhoria do enquadramento internacional da economia portuguesa, embora com alguma heterogeneidade regional, e cuja sustentabilidade da recuperação, a nível internacional, permanece rodeada de elevada incerteza.

Não obstante a melhoria da envolvente externa, o crescimento do risco soberano, conjugado com o aumento do défice e da dívida pública acarretou profundas implicações sobre a evolução económica portuguesa, com redução de emprego e aumento da taxa de desemprego. As dificuldades no acesso ao crédito bancário e na concretização dos compromissos financeiros por parte dos clientes fizeram-se sentir essencialmente no transporte de mercadorias.

Esta situação afectou substancialmente a mobilidade de pessoas e bens, o que aliado a uma forte agressividade comercial e de preços por parte da concorrência rodoviária, contribui para que se continuasse a verificar a tendência dos últimos dois anos de decréscimo da procura do transporte público e nomeadamente do transporte ferroviário.

## Enquadramento do Sector

## Europa

A nível da comunidade europeia permaneceram em desenvolvimento processos relevantes para o sector ferroviário, nomeadamente:

- Revisão do primeiro pacote ferroviário;
  - Alteração da Directiva Eurovignette;
  - Livro Branco.

O seguinte conjunto de processos foi contudo concluído:

- Regulamento relativo à rede ferroviária europeia para um transporte de mercadorias competitivo (Regulamento nº 913/2010 do Parlamento e do Conselho de 22 de Setembro);
  - A abertura à concorrência dos serviços internacionais de transporte de passageiros, que inclui o direito de embarcar e desembarcar passageiros em qualquer estação situada no

trajecto de um serviço internacional, incluindo as estações situadas no mesmo Estado-Membro (Directiva nº DIRECTIVA 2007/58/CE do Parlamento e do Conselho de 23 de Outubro de 2007, que altera a Directiva 91/440/CEE do Conselho relativa ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários e a Directiva 2001/14/CE relativa à repartição de capacidade da infra-estrutura ferroviária e à aplicação de taxas de utilização da infra-estrutura ferroviária);

- Directiva nº 2010/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 7 de Julho de 2010, que estabelece um quadro para a implantação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte;
- Revisão intermédia do plano de acção de implementação da RTE-T para o período 2007-2013 (Outubro 2010).

### Nacional

Ao nível legislativo, a promulgação do Decreto-Lei 20/2010 em Março de 2010 veio transpor para o panorama nacional um pacote de directivas comunitárias referentes ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro comunitários, à repartição da capacidade e à aplicação de taxas de utilização da infra-estrutura ferroviária.

Estas directivas integram um conjunto de medidas designadas por “Pacote Ferroviário III” que têm como propósito a revitalização do transporte ferroviário e a criação de um espaço ferroviário europeu integrado, nomeadamente, através da liberalização da prestação de determinados tipos de serviço de transporte ferroviário.

A transposição da legislação agora efectuada promove a liberalização da prestação de serviços de transporte ferroviário internacional de passageiros.

Neste contexto, as empresas de transporte ferroviário passam a poder aceder à infra-estrutura ferroviária de qualquer Estado membro para a realização de serviços de transporte ferroviário de



passageiros em serviço e trajecto internacional, podendo a origem e o destino do percurso efectuado por um dado passageiro situar-se no mesmo estado membro.

É, ainda, de realçar que este direito de acesso à infra-estrutura é concedido a qualquer empresa de transporte ferroviário.

Relativamente ao Acesso à Actividade e à Infra-Estrutura foi publicado o Regulamento do IMTT n.º 473/2010, de 20 de Maio que estabelece o regime de melhoria de desempenho para a rede ferroviária nacional e revoga o capítulo iv do Regulamento n.º 21/2005, de 3 de Fevereiro. Este Regulamento abrange toda a rede ferroviária nacional em exploração e nele se definem as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infra-estrutura, particularmente no que respeita às tarifas pelo uso da infra-estrutura e aos poderes da entidade reguladora, fixando um sistema convencional de penalidades e incentivos.

Foi, também, promulgada a Lei de Bases da concessão da construção e manutenção do troço ferroviário Poceirão / Caia, no âmbito da Rede de Alta Velocidade.

Ao nível da Infra-estrutura Ferroviária, o acontecimento de maior relevo foi a inauguração da variante de Alcácer. Esta modernização da rede ferroviária nacional implicou um investimento de 159 milhões de euros e apresenta como principais benefícios a articulação do Porto de Sines com a plataforma logística do Poceirão, ligação a Espanha e aos restantes países europeus.

Um outro benefício decorrente desta nova variante é a redução das ligações ferroviárias a Faro em cerca de 10 minutos.

Em Dezembro e com o ano já a terminar, foi revisto o contrato de concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul atribuído à sociedade FERTAGUS – Travessia do Tejo, Transportes, S. A.

O referido contrato tem como objecto principal a concessão do serviço de transporte ferroviário suburbano de passageiros no troço Roma-Areeiro / Setúbal. O troço agora concessionado pode vir a ter os seus pontos extremos alterados, na margem norte até à Gare do Oriente e na



margem sul até Praias do Sado. Esta alteração necessitará, contudo, da existência de um acordo entre concedente e concessionário.

## 4.2 CP

### 4.2.1 Missão, Objectivos e Políticas

A CP tem por missão prestar serviço de transporte ferroviário de passageiros, com uma dinâmica de inovação, salvaguarda do ambiente e melhoria de segurança.

São seus desígnios:

- Oferta de comboios competitivos em termos de rapidez, frequência, pontualidade, conforto e higiene;
- Promoção da intermodalidade para uma oferta de serviços integrados e ajustados às necessidades dos clientes;
- Pessoal qualificado e motivado, funcionalmente enriquecido e capaz de iniciativas;
- Uma organização flexível e capaz de responder aos desafios do mercado;
- Contratualização do serviço público,
- Comunicação dinâmica e de qualidade;
- Desenvolvimento de parcerias (estratégicas) que reforcem a cadeia de valor dos serviços prestados;
- Valorização das relações com as comunidades locais,

Visa prestar um serviço de transporte ferroviário, orientado para o cliente e amiga das pessoas e do ambiente, capaz de satisfazer as expectativas de qualidade e de segurança dos seus clientes, pautando a sua actuação por critérios e objectivos de eficácia e de competitividade.



A actividade da CP tem subjacente como valores profundos, base do seu “core business”, a Segurança, a Qualidade e o Ambiente, como valores posicionais que lhe permitem diferenciar-se positivamente no mercado onde actua, o Profissionalismo, a Ética e a Iniciativa e como valores relacionais o Humanismo e o Compromisso.

Para atingir esta missão a CP dispõe de uma frota em serviço comercial nas Unidades de Negócio e CP Carga, SA a 31 de Dezembro de 2010, de 197 automotoras eléctricas, 48 automotoras diesel, 54 locomotivas eléctricas, 49 locomotivas diesel e 103 carruagens.

A actividade desenvolvida pela CP em 2010 fundamentou-se nos vectores acima referidos.

#### 4.2.2 Principais Acontecimentos em 2010

Em 2010 a CP Comboios de Portugal desenvolveu diversas acções com o intuito de melhor servir as populações nas suas deslocações diárias e aumentar de forma sustentada a procura das quais se destacam:

Com o objectivo de adequar a oferta à procura:

- Implementação de um novo horário na Linha do Sado, com oferta de comboios com intervalos de 30 minutos ao longo de todo o dia, o que representou um crescimento da oferta no período fora de ponta, até então com intervalos de hora a hora;
- A partir de 1 de Março o serviço Sud Expresso passou a ser efectuado com comboios da série IV Talgo cedidos pela Renfe, verificando-se assim uma revitalização e modernização deste Serviço. Na sequência do impacto da actividade do vulcão islandês no transporte aéreo foi efectuado um reforço da oferta;
- Introdução dos horários de verão para as praias e campanha do Comboio Histórico do Douro entre Maio e Outubro. Reforço de oferta para diversos eventos, destacando-se as realizadas por ocasião da visita do Papa;



- Redução de cerca de 10 minutos do tempo de viagem em Alfa Pendular entre Porto e Algarve em consequência da inauguração da variante de Alcácer do Sal;

Visando a dinamização da venda pela criação de novos canais de Distribuição e Informação foram implementados diversos projectos, com destaque para:

- A venda remota e o carregamento das assinaturas e passes combinados da CP Lisboa no Multibanco;
- A introdução de novas funcionalidades nas máquinas de Venda em Trânsito e substituição de equipamentos de venda nas Bilheteiras;
- A optimização de políticas comerciais com agências de viagens e potenciação do segmento de viagens profissionais;
- A abertura do novo Gabinete de Apoio ao Cliente e da Loja CP na estação do Rossio;
- A colocação de suportes de informação ao público nos apeadeiros e estações sem presença comercial nas Linhas do Minho, Douro e do Vouga;
- O início do teste piloto para a implementação da Bilhética sem Contacto na CP Porto.

Foram concretizadas várias Parcerias com autarquias e com entidades promotoras de eventos potenciadores de deslocações. Neste âmbito, destacam-se:

- A assinatura de protocolo, em que intervieram outros operadores da Área Metropolitana de Transportes de Lisboa, para a promoção do transporte público nas deslocações ao Rock in Rio;
- Desenvolvimento de produtos específicos para o segmento de viagens de lazer;
- A disponibilização no site VisitPortugal de uma página de divulgação dos programas turísticos da CP (Comboio Histórico, Intra\_Rail, Comboio Aventura).



A assinatura de um protocolo de cooperação entre a CP e a Renfe, tendo em vista a exploração conjunta das circulações internacionais entre Portugal e Espanha que venham a integrar a futura Rede Ferroviária Ibérica de Alta Velocidade,

A CP participou na campanha de promoção de uso de transportes públicos na Semana da mobilidade entre 16 e 22 de Setembro e tiveram início os trabalhos de campo do Estudo de Mercado das linhas de Sintra e Azambuja.

Tendo em vista a adequação da Política Tarifária procedeu-se:

- a 1 de Fevereiro ao aumento tarifário nos serviços Alfa Pendular e Intercidades (excepto nos IC's de Évora e Beja);
  - Em Julho teve lugar uma actualização tarifária, inicialmente não prevista, nos comboios suburbanos e efectuou-se uma actualização do IVA;
  - Entrou em vigor em 1 de Março de 2010 a 2.ª fase do modelo tarifário da CP Regional;
  - Lançou-se o Produto “Família” na CP Lisboa e na CP Longo Curso;
  - Na CP Regional foi criada uma Assinatura sazonal para promoção do comboio nas deslocações às praias da região do Minho;
  - Foi criado tarifário específico para Clientes com necessidades especiais, ao abrigo do acordo entre a CP e o Instituto Nacional de Reabilitação;
  - Foi apresentada a proposta de reestruturação tarifária da CP Lisboa à AMTL. Este novo modelo visa o aumento da racionalidade e coerência do pricing dos serviços prestados, aguardando-se a decisão da AMTL para conclusão do projecto. Não se concretizou, ao contrário do que estava previsto, a adopção do critério PK na repartição da receita multimodal na CP Porto.

Com vista à melhoria da produtividade dos recursos:

- Concluiu-se o Programa Enterprise Lean SixSigma que visou implementar uma metodologia de melhoria contínua na CP Serviços;
- Prosseguiu o projecto Rhmais Futuro, com o alargamento do Sistema de Gestão de Presenças ao pessoal operacional. Implementou-se ainda a Central de Apresentações para o pessoal operacional circulante;
- Procedeu-se à implementação da Requisição Electrónica e iniciou-se o projecto da Facturação Electrónica;
- Iniciou-se o projecto SAP SNC com vista a implementação das novas normas contabilísticas;
- Instalararam-se plataformas de acesso ao material circulante nas linhas de parqueamento de várias estações da CP Regional;
- No âmbito da gestão de material circulante entraram ao serviço 5 das 17 automotoras diesel alugadas à RENFE (série 592), destinadas aos serviços Regionais, Interregionais e Internacionais nas Linhas do Douro, Minho e Vigo;

Os concursos de aquisição de material Circulante, para automotoras diesel e eléctricas da CP e para automotoras eléctricas do Metro Mondego, terminaram sem adjudicação, por eliminação de todos os concorrentes.

Foi assinado um protocolo com constituição do Conselho Consultivo das pessoas com necessidades especiais.

A CP foi considerada como Prime e uma das melhores empresas no sector dos transportes ferroviários pela classificação obtida na área de ambiente e social pela Oekom Research. Juntamente com a EMEF, ficou em 1.º lugar no Prémio “Inovar e Cooperar” com o Projecto “Optimização de Consumo de Energia Eléctrica nas UME’s 3400”. Ao projecto CP.mobi foi atribuído o 2.º lugar desta distinção. Este projecto torna possível, a partir de um telemóvel, consultar horários ou contabilizar as vantagens ambientais da utilização do comboio em relação ao automóvel através do simulador ambiental (ECOViagem CP). Pelo projecto de Revisão das Unidades Quádruplas Eléctricas com criação



COMBOIOS DE PORTUGAL



de características especiais adequadas ao transporte de pessoas de mobilidade reduzida, a CP ficou classificada em 2.º lugar no Prémio Acessibilidade aos Transportes.

No âmbito das Comemorações do Centenário da República a CP em parceria com a Refer promoveu a edição de Livro e exposição “O Caminho-de-Ferro 1910-2010”.

Em Junho, foi nomeado novo Conselho de Administração que, durante o segundo semestre procedeu à reorganização dos Órgãos Corporativos, Unidades de Serviços Partilhados e Frota e aprovou as linhas estratégicas para o mandato.

#### 4.2.3 Gestão do Capital Humano

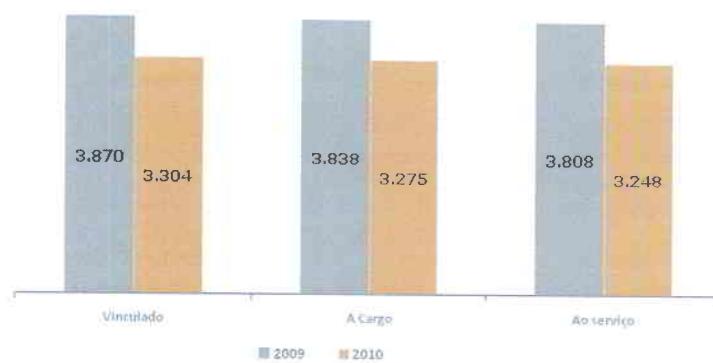
No final de 2010 o quadro de efectivos vinculados da CP era de 3.241 colaboradores, menos 67 que no ano anterior, resultado do saldo entre as 144 saídas e 77 entradas.

O efectivo médio vinculado foi de 3.304 colaboradores, ou seja 14,6% inferior ao de 2009. Recorda-se que em 2009 houve a constituição da CP Carga, SA por autonomização, com transferência de efectivos para aquela empresa.



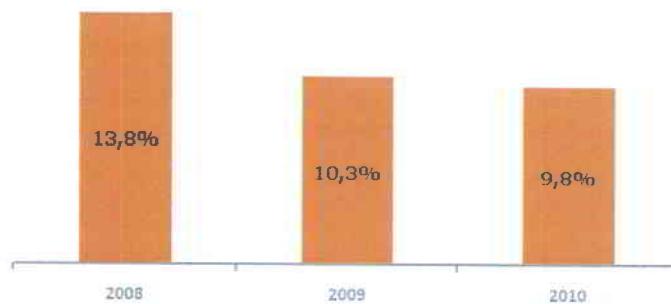
**Efectivo a 31 de Dezembro**

	2009	2010	10 - 09
Vinculado	3.308	3.241	-67
A Cargo	3.283	3.212	-71
Ao serviço	3.256	3.187	-69

**Efectivo Médio**

**Efectivo por Categoria**

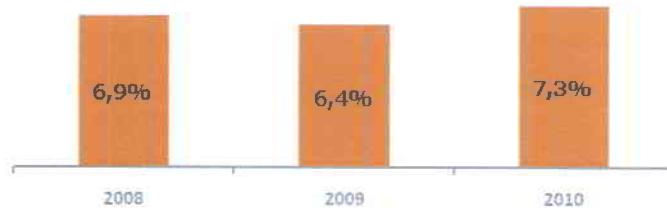

Em 2010 o volume de trabalho suplementar diminuiu 17,94% em relação ao ano transacto e registou-se, simultaneamente, uma queda inferior a 1 ponto percentual na taxa de trabalho suplementar.

Taxa de trabalho Suplementar



A taxa de absentismo, em 2010, cresceu face ao período homólogo em 0,87 p. percentuais, embora os motivos mais predominantes do absentismo como a doença e os acidentes de trabalho tenham diminuído.

Taxa de Absentismo





A CP promove a total igualdade de oportunidades junto dos seus Colaboradores, sem distinções de género, ideologia ou raça ou qualquer discriminação tanto no recrutamento como na evolução profissional ou na atribuição salarial relativamente a cada função.

Tendo por objectivo a manutenção da proficiência dos seus colaboradores, a empresa, ao longo de 2010, realizou um total de 665 acções de formação para os profissionais das várias categorias, com um volume de 71.779 horas de formação, a envolver 3731 participantes. De acordo com o modelo de formação adoptado pela empresa, as acções realizadas foram desenvolvidas no âmbito de um Plano Anual de Formação que incluiu formação técnica, em gestão e comportamental, inicial e contínua, cuja execução competiu, maioritariamente, à associada Fernave, por razões que se prendem com a especificidade da realidade empresarial, sobretudo no domínio técnico.

Na área da prevenção da sinistralidade laboral continuaram a desenvolver-se as actividades inerentes à Protecção da Saúde e Prevenção dos Riscos Profissionais, com especial enfoque na informação e formação sobre boas práticas seguras e salutares e na prevenção de acidentes, com os objectivos de reduzir o absentismo e aumentar a produtividade.

#### 4.2.4 Actividade Operacional e Resultados

##### Procura

Em 2010 a CP transportou cerca de 130 milhões de Passageiros e 3,7 mil milhões de Passageiros Quilómetro, ou seja cerca de menos 1% de passageiros e menos 1,3% de Passageiros\*Quilómetro do que em 2009. Os Proveitos de Tráfego diminuíram globalmente 1%.

Com excepção da CP Porto, com crescimentos de 2,7% e de 3,8% em Passageiros e Passageiros\*Quilómetro respectivamente face a 2009, nas restantes Unidade de Negócio registaram-se decréscimos da Procura. Na CP Longo Curso, os Proveitos de Tráfego registaram um acréscimo de 1,6%, essencialmente explicado pelo aumento tarifário no início de Fevereiro de 2010.

Esta evolução da procura ocorreu num cenário de crise, com desemprego crescente, menos confiança na economia e contracção do orçamento familiar o que provocou uma forte quebra não só



nas movimentações pendulares mas sobretudo nas viagens ocasionais, com especial impacto nos bilhetes.

Encerraram-se ainda em 2010 diversos troços para intervenções na infra-estrutura com consequente impacto ao nível da procura.

A procura por Unidade de Negócio é a que a seguir se apresenta:

#### Indicadores de Tráfego

Procura	2008	2009	2010	10/08	10/09
(mil)					
Passageiros	135.517	131.278	130.082	-4,0%	-0,9%
CP Lisboa	96.377	92.105	90.858	-5,7%	-1,4%
CP Porto	19.969	20.580	21.136	5,8%	2,7%
CP Longo Curso	5.314	5.364	5.226	-1,7%	-2,6%
CP Regional	13.857	13.230	12.861	-3,2%	-2,8%
Pk's	3.814.103	3.766.027	3.718.417	-2,5%	-1,3%
CP Lisboa	1.297.273	1.239.528	1.212.540	-6,5%	-2,2%
CP Porto	576.618	599.997	622.767	8,0%	3,8%
CP Longo Curso	1.371.639	1.374.617	1.353.202	-1,3%	-1,6%
CP Regional	568.573	551.885	529.908	-6,8%	-4,0%
Proveitos Tráfego *	216.184	212.195	210.125	-2,8%	-1,0%
CP Lisboa	78.547	76.013	73.273	-6,7%	-3,6%
CP Porto	19.739	20.460	20.951	6,1%	2,4%
CP Longo Curso	85.897	85.463	86.847	1,1%	1,6%
CP Regional	32.001	30.259	29.055	-9,2%	-4,0%

\* Os valores dos Proveitos de Tráfego constantes do quadro não incluem em 2008, 2009 e 2010, respectivamente, 5 milhares de euros, 8 milhares de euros e 11 milhares de euros contabilizados noutros Órgãos da CP.

A análise da Procura em toda a rede evidencia, uma predominância da utilização dos nossos serviços nas áreas urbanas de Lisboa e Porto e na Linha do Norte.



Os serviços Urbanos de Lisboa e Porto destacam-se significativamente dos restantes, transportando uma percentagem elevada dos passageiros da CP. Seguem-se os serviços do Longo Curso (Alfa Pendular e Inter-Cidades).

### Oferta

A oferta da CP em 2010, avaliada pelo número de Comboios\*Quilómetro, registou um decréscimo de 2,8% em relação ao ano anterior. Este desvio decorreu essencialmente da suspensão do transporte ferroviário no Ramal da Lousã, da Linha Coimbra – Figueira da Foz (por Cantanhede), nas Linhas de Via Estreita do Douro e no troço Bombel / Casa Branca e na Linha do Alentejo em consequência do encerramento destes troços pelo Gestor da Infraestrutura. De referir no entanto que a mobilidade nestas linhas continuou a ser assegurada em 2010 com serviço rodoviário de substituição.

As greves ocorridas durante o ano e os temporais com especial incidência nas linhas do Douro e do Oeste no 1.º Trimestre, provocaram também importantes alterações na Oferta, com consequências ao nível da procura.

Os Lugares\*Quilómetro oferecidos, pelos motivos anteriormente referidos, registaram uma redução de 2,0%.

Oferta	2008	2009	2010	10/08	10/09
Ck's (mil)	31.604	31.587	30.707	-2,8%	-2,8%
CP Lisboa	6.990	6.953	6.968	-0,3%	0,2%
CP Porto	4.627	4.948	5.068	9,5%	2,4%
CP Longo Curso	8.499	8.402	7.912	-6,9%	-5,8%
CP Regional	11.487	11.285	10.759	-6,3%	-4,7%
LKO'S (milhões)	14.350	14.391	14.103	-1,7%	-2,0%

### Resultado Operacional





O Resultado Operacional da CP em 2010, considerando apenas a actividade de transportes de passageiros ascende a cerca de -76 milhões de Euros, ou seja, 4,4 milhões de Euros (5%) melhor do que o de 2009.

Esta evolução decorre da diminuição dos Rendimentos Operacionais em cerca de 27 milhões de Euros (-33 milhões de Euros de Proveitos de Tráfego de Mercadorias e +10 milhões de Euros de Aluguer de Material Circulante, por autonomização da CP Carga, SA em 2009; -2 milhões de Euros de Proveitos de Tráfego de Passageiros; -2 milhões de Euros de Subsídios ao Investimento) e da diminuição dos Gastos Operacionais em cerca de 32 milhões de Euros (dos quais -13 milhões de Euros de Gastos com Pessoal e -5,5 milhões de Euros de Taxa de Utilização de Infraestruturas essencialmente devidos a autonomização da CP Carga, SA).

(mil)	2009	2010	10/09
Rendim. Operacional*	335.708	308.605	-8,1%
Gastos Operacionais*	-416.251	-384.758	7,6%
Resultado Operacional*	-80.543	-76.153	5,5%

\* impacto operacional da actividade de transporte de passageiros

A análise do Resultado por Unidade de Negócio apresenta-se de seguida:



COMBOIOS DE PORTUGAL



(mil)	2009	2010	10/09
CP LISBOA	-9.027	-15.163	-68,0%
CP PORTO	-15.271	-16.513	-8,1%
CP LONGO CURSO	1.422	1.437	1,0%
CP REGIONAL	-56.751	-59.424	-4,7%
RESTANTES	-916	13.510	1575,4%
<b>RESULTADO OPERACIONAL *</b>	<b>-80.543</b>	<b>-76.153</b>	<b>5,5%</b>

\* Resultado antes de aumento de justo valor, perdas imputadas a participadas, gastos financeiros e impostos





## 4.3 CP CARGA S.A.

### 4.3.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A CP Carga S.A. foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, em 31 de Julho de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o sector assumido por Portugal junto da União Europeia.

A missão da CP Carga é a disponibilização de soluções de transporte de mercadorias no mercado ibérico que, sustentadas em critérios de orientação ao cliente, eficiência operativa e sustentabilidade e respeito pelo meio ambiente, e em articulação com parceiros nacionais e internacionais, conduzam à satisfação dos clientes, criação de valor para o accionista e desenvolvimento dos colaboradores, contribuindo, para o crescimento do sector.

O posicionamento da CP Carga no ano de 2010 desenvolveu-se em torno do cumprimento de objectivos, os quais alinhados com a estratégia, tinham em vista a melhoria da performance empresarial e contribuir para a empresa atingir o equilíbrio financeiro no horizonte de médio prazo.

Neste contexto, os principais vectores de actuação foram os seguintes:

- Concretização de oportunidades de negócio para tráfegos nacionais e internacionais
- Adequação das infra-estruturas em termos de articulação intermodal
- Inserir a actividade em cadeias logísticas mais complexas
- Plano de incremento de produtividade
- Reduzir encargos com utilização da infra-estrutura e outros fornecimentos
- Rentabilização da frota de material circulante
- Melhorar a produtividade
- Implementação de um sistema de Gestão Financeira
- Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente



- Marketing e Comunicação
- Sistema de Gestão de Segurança

Em 2010 procedeu-se à consolidação da estrutura organizacional da CP Carga, tendo presente a necessidade de garantir os seguintes princípios organizativos e de gestão:

- Objectivos estratégicos da Empresa
- Actuação focalizada no Cliente
- Resposta eficaz e eficiente da cadeia produtiva
- Estrutura de suporte flexível e com rapidez de resposta
- Implementação de procedimentos conducentes às melhores práticas.

#### 4.3.2 Principais Acontecimentos em 2010

Em 2010 tiveram lugar alguns acontecimentos importantes em diversas áreas da empresa, a saber:

##### Qualidade e Ambiente

- Implementação do Sistema de Renovação da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2008)
- Implementação de diversas acções tendo em vista a certificação ambiental a curto/médio prazo

##### Cooperação e Parcerias com os Portos Nacionais

- Início da Ligação ferroviária ao Porto de Aveiro, o que veio potenciar o desenvolvimento de alguns tráfegos, designadamente cimento para exportação.
- Presença forte e competitiva nos portos nacionais, apoiada na oferta de soluções multimodais, com destaque para os Portos de Setúbal e Aveiro e em particular para o Porto de Sines.
- Assinatura do Protocolo de cooperação entre a CP Carga, o Porto de Lisboa e a Comunidade Portuária de Lisboa para a construção de soluções logísticas terrestres de base ferroviária, com o objectivo de reforçar a competitividade do porto de Lisboa no espaço europeu.



### Desenvolvimento de Projectos de índole Comercial, Nacional e Internacional

- Lançamento e desenvolvimento de novos projectos no âmbito dos tráfegos da madeira e cimento
- Dinamização dos eixos de contentores Portugal/Espanha e de outros tráfegos transfronteiriços

### Aquisição e Beneficiação de Vagões

- Incremento do parque de vagões num total de 140 novos vagões plataformas – 100 vagões de 60' e 40 vagões de 45' – indispensáveis ao desenvolvimento da actividade comercial na área do Combinado
- Projecto de modificação de vagões afectos ao transporte de balastro (em curso) com o objectivo do aumento da capacidade de carga. Em 2010 estiveram ao serviço comercial um total de 21 vagões modificados.

### Novos Equipamentos Operacionais

- Aquisição de novas máquinas de movimentação de cargas para o Terminal da Bobadela (2 ReachStacker), o que representou um investimento global de cerca de 700 mil €
- Aquisição de 4 novas carrinhas para a actividade da revisão de material tendo em vista prestar uma melhor e mais eficiente assistência técnica ao material circulante

### Novas Tecnologias de Informação

- Instalação do sistema wireless no edifício da Avenida da República (Internet sem fios)
- Novas funcionalidades do Train Office, proporcionando a melhoria das comunicações e a satisfação dos Clientes

#### 4.3.3 Gestão do Capital Humano

Ao longo do ano de 2010 prosseguiram as negociações com vista a criação de Acordos de Empresa, não tendo sido possível a sua conclusão.

A empresa iniciou a sua actividade com um efectivo de 830 trabalhadores, tendo reduzido o quantitativo para 743 trabalhadores no final do ano de 2010. Inserido no processo de reorganização de estrutura de empresa, em 2010 efectuaram-se 52 rescisões por mutuo acordo.

A caracterização de efectivo no ano de 2010 foi a seguinte, em termos médios:

- Idade: 45 anos
- Habilidades literárias 9º ano

A Taxa de Absentismo foi cerca de 7%, o que representou no total 11.649 dias de ausência, dos quais:

- 5.049 dias de ausência por motivo de doença
- 1.726 dias de ausência por motivo de acidentes de trabalho

A formação profissional abrangeu 405 formandos perfazendo um total de 10.788 horas.

#### 4.3.4 Actividade Operacional e Resultados

##### Acções desenvolvidas

No ano 2010 a CP Carga transportou 9,2 milhões de toneladas de mercadorias e obteve um retorno de 58,9 milhões € em termos de receitas do tráfego.

A actividade comercial foi estruturada para corresponder a quatro objectivos essenciais:

- Estancar a quebra de actividade verificada em 2009
- Relançar a actividade assumindo acréscimos de tráfego
- Afirmação crescente da posição da CP Carga no mercado Ibérico
- Contribuir para o equilíbrio das contas a médio prazo

O contexto que estava percepcionado para 2010 e que se confirmou, apresentava duas variáveis particularmente desfavoráveis:

- Prolongamento da crise económica iniciada nos fins de 2008, com redução da procura global, particularmente nos fluxos transfronteiriços;



- Primeiro grande ano de teste à capacidade de afirmação no negócio ferroviário da nossa concorrência, emergente da liberalização do sector.

Durante o exercício de 2010, verificou-se a superveniência de dois constrangimentos:

- Forte quebra no consumo de carvão, o qual caiu pela 1<sup>ª</sup> vez em 15 anos para menos de metade (perda de 800 mil tons) quebra que correspondeu a perdas de 9% no volume de actividade global e de 14% nas receitas.
- Registaram-se greves acumuladas em 12 dias úteis, com perdas de actividade de aproximadamente 400 mil toneladas. A média anual dos últimos 10 anos era de 2 dias úteis de greve.

Fixados os pressupostos e o contexto a leitura dos resultados e da procura é a seguinte:

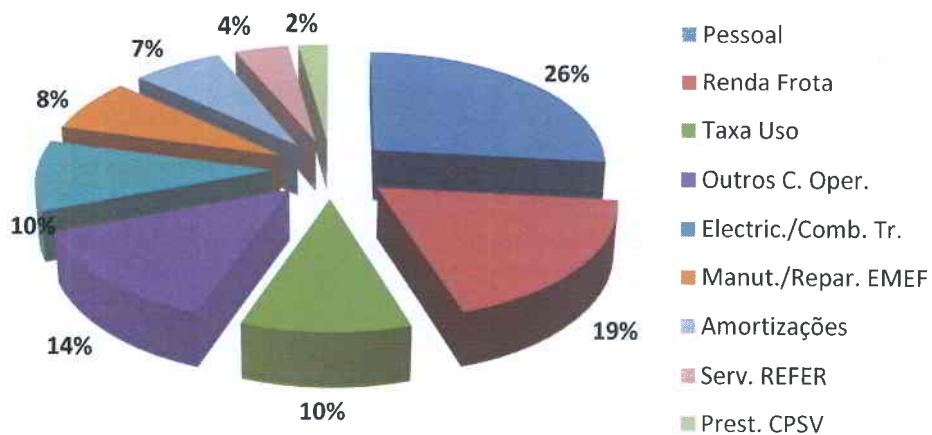
- Ficou esbatida e praticamente residual a capacidade de penetração dos nossos concorrentes no mercado ferroviário, tendo até a CP Carga reforçado a sua posição, com o domínio quase absoluto do mercado interno e o domínio integral dos fluxos ferro-marítimos nacionais.
- Apesar do efeito negativo da queda do tráfego de carvão, registou-se um crescimento de 7,9% da actividade em volume e 1,9% em receita, invertendo a tendência da quebra acentuada registada em 2009.
- Em 2010 foram gerados e concretizados novos negócios na nossa carteira, com exclusão do carvão. Contribuíram especialmente para aqueles resultados o tráfego internacional, o tráfego de contentores, a fileira florestal, os produtos siderúrgicos e os fluxos ferro-marítimos.

## Resultados

Os Resultados Operacional e Líquido da CP Carga no ano de 2010 situaram-se, respectivamente, nos seguintes valores: -34,5 milhões € e -36,3 milhões €.

Os Proveitos Operacionais ascenderam a 61,6 milhões €, dos quais cerca de 95% respeitaram a proveitos do tráfego, sendo que a maior contribuição para estes réditos foi dada pelos tráfegos de Contentores, Areia, Carvão, Cimento, Madeira representando 68,6% do tráfego total.

No ano 2010 registaram-se 96,2 milhões € de Gastos Operacionais, com a seguinte estrutura:



Os Custos Financeiros ascenderam a 1,7 milhões € e respeitaram aos dois financiamentos bancários em curso com a Caixa Geral de Depósitos e com o Banco Santander Totta.

#### 4.4 EMEF

##### 4.4.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A EMEF, constituída em 1992, assume a missão de criar valor para os clientes, colaboradores e accionista, tendo por objecto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudos de instalações



oficinais para manutenção. Esta empresa, reveste-se assim da maior importância para o mercado nacional.

O seu objectivo principal foi o de adequar a empresa aos níveis de actividade previstos, aumentar a produtividade e assegurar condições para garantir a sustentabilidade, perspectiva-se prosseguir e reforçar as políticas de optimização de recursos através da reorganização interna, quer no domínio operacional quer no âmbito das áreas de suporte, e do reforço das acções de contenção e rigor na realização dos custos.

#### 4.4.2 Principais Acontecimentos em 2010

O ano de 2010 foi de consolidação da imagem e internacionalização da EMEF, sobretudo nos mercados português/europeu e de África. Um trabalho sustentado na tradição de manutenção de comboios e estendido à inovação e produção de material, com destaque para:

- Constituição, em Agosto de 2010, da EMEF Internacional, S.A., detida a 95% pela EMEF e 5% pela CP, EP, com o objectivo específico do desenvolvimento sustentado da actividade internacional da EMEF;
- Em termos comerciais merece relevo o desempenho dos nossos técnicos em terras da Federação Suíça, prestando serviço de consultoria à prestigiada SBB – operadora de transportes helvética – para a manutenção dos pendolinos que explorava anteriormente em consórcio com a italiana FSS – Ferrovia del Stato;
- Missões levadas a cabo junto das autoridades ferroviárias de Angola e de Moçambique;
- Na área do projecto de Alta Velocidade, foram mantidos contactos com a RAVE e com fabricantes de material circulante, dando-se início a um programa que visa implementar as normas de interoperabilidade na organização da manutenção de comboios pendulares. Este programa tem como fim a aquisição de conhecimento e experiência para a montagem da organização da manutenção dos comboios de alta velocidade, de acordo com o actual quadro normativo;



- Na área de Comunicação e Imagem, além da comunicação interna e uniformidade de procedimentos, marcou-se presença na INNOTRANS 2010, a maior e mais respeitada feira mundial na área da actividade ferroviária. Nesta vertente, e no âmbito da divulgação da empresa e dos seus serviços, a EMEF participou ainda em vários certames especializados.

#### 4.4.3 Gestão do Capital Humano

Na sequencia da tendência decrescente da procura dos serviços da EMEF, o efectivo diminuiu, situando-se no final de 2010 em 1.486 trabalhadores, o que corresponde, em comparação com o ano anterior, a menos 104 trabalhadores , com níveis etário e de antiguidade médios ligeiramente mais baixos, respectivamente de 43,9 anos e 21,5 anos.

Foram desenvolvidas acções de formação destinadas a actualização e desenvolvimento de conhecimentos nas áreas técnicas ligadas ao Material Circulante, a Qualidade, Ambiente e Segurança, num total de perto de 40.000 horas e que abrangeram 2302 participantes.

#### 4.4.4 Actividade Operacional e Resultados

## Accões desenvolvidas

Destacam-se as seguintes actividades desenvolvidas pela empresa no ano 2010:

- Fabrico de Vagões para a CP Carga – foi iniciada a entrega de vagões à CP Carga no ano 2010, tendo sido entregues até ao final do ano 120 vagões Sgnss de 60 pés e 40 vagões Lgnss de 45 pés;
  - Manutenção e Reparação de vagões – o ritmo desta actividade foi mantido em 2010, tendo sido assinado novo contrato com a CP Carga com vista à manutenção integral do seu parque de vagões.
  - Manutenção de Pendulares – o serviço prestado foi mais uma vez excelente não tendo ocorrido quaisquer sobressaltos; foi concretizado o avanço do projecto RCM (Reliability



Centered Maintenance) online de telemanutenção que permitiu aceder a excelentes patamares de segurança, de disponibilidade e de fiabilidade na frota de pendulares;

- UQEs 2300 – foram continuadas as grandes reparações que visam prolongar a sua vida útil em mais 15 anos;
- UTEs 2240 – prosseguiram as intervenções V1 nas unidades da série que atingem os 620.000Km; foi continuado em 2010 o estudo RCM para a elaboração de um novo ciclo de manutenção;
- UMEs 3400 – foi realizada a revisão do Ciclo de Manutenção e do Plano de Qualidade desta série, tendo como suporte a metodologia RCM; este trabalho conduziu à implementação de novos procedimentos operacionais que geraram uma maior disponibilidade do material circulante para o cliente;
- Material Diesel – no Parque Oficial Sul para além das actividades de reparação e manutenção correntes foi desenvolvido um projecto de monitorização do ensaio de potência das locomotivas bem como um conjunto de modificações nas locomotivas Alsthom. No Parque Oficial Norte deu-se início à manutenção das automotoras diesel UTE592 da RENFE;
- Metro do Porto – continuidade da manutenção aos 72 veículos da frota Eurotram. A EMEF foi também seleccionada para a implementação de dois projectos de engenharia nesta frota;
- Restauro de Comboios Históricos – concluiu-se em 2010 o restauro do Comboio Real e idêntica intervenção no Comboio Presidencial.

No que concerne à Área de Inovação foram desenvolvidos novos projectos durante o ano de 2010, dos quais se destacam:

- Projecto de Eficiência Energética na frota UME3400 dos suburbanos do Porto;
- Fornecimento de sistema de telemanutenção ferroviária com recurso a manutenção à Northern Rail;
- Demonstração do Projecto Europeu SAFERAIL;
- Telegestão Ferroviária;
- Projecto WATRAC (*Wagon Tracking*) para rastreamento de vagões;

- Participação em projectos FP7, QREN e FCT para exploração de diferentes oportunidades tecnológicas.

## Resultados

Como é amplamente reconhecido, o exercício de 2010 decorreu num contexto global marcado por uma conjuntura difícil à escala internacional, com reflexos inevitáveis no plano nacional. Neste quadro geral desfavorável, que, apesar de tudo, a EMEF conseguiu atenuar através das medidas de reorganização realizadas, a empresa encerrou o exercício económico de 2010 com um Resultado Líquido negativo em 2,2 milhões de euros, correspondente a uma margem líquida negativa de -3% sobre as Vendas e Serviços Prestados e uma rendibilidade do Capital Próprio de -34,3%. Por sua vez, o EBITDA resistiu ainda positivo no valor de 483 milhares de euros, embora registando uma redução face a 2009 de 1,4 milhões de euros.

## 4.5 FERNAVE

### 4.5.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A Fernave foi constituída em 1992 e posiciona-se como uma Empresa de referência na gestão e partilha do conhecimento do sector dos transportes, em particular do transporte ferroviário, dimensionada para a prestação de serviços de qualidade nas áreas da Formação, Consultoria e, Psicologia e Recrutamento.

O seu modelo de negócio está devidamente alicerçado para uma relação directa com os seus accionistas e, também, num modelo virado para o mercado e clientes externos. Rege a sua actividade numa lógica global e transversal ao sistema de transportes.

É uma empresa certificada que actua preferencialmente, no mercado dos transportes e suas envolventes tecnológicas, focalizada na prestação de serviços no âmbito da formação e desenvolvimento técnico-profissional de recursos humanos, bem como no âmbito do recrutamento, psicologia aplicada e na elaboração de estudos e projectos, rege-se por um conjunto de requisitos



que lhe conferem “Garantias de Qualidade dos Serviços”, reforçando as competências que detém em diversos sectores de actividade.

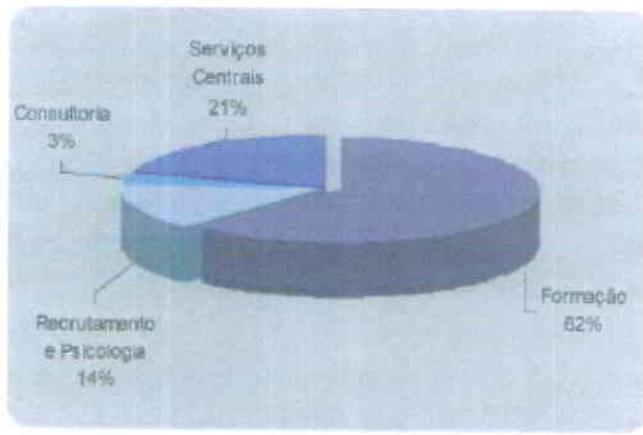
#### 4.5.2 Principais Acontecimentos em 2010

- Retoma da actividade no mercado Moçambicano, com o desenvolvimento de um projecto estruturante para os ADM – Aeroportos de Moçambique, optimizando a relação privilegiada que detém neste país por via da sua participação na Transcom, SA;
- Levantamento e registo exaustivo do imobilizado da Empresa;
- Alteração dos estatutos da Empresa e designação de um novo Conselho de Administração;
- Preparação e organização na qualidade de Gestora de Conteúdos do Portal do Conhecimento, do Seminário subordinado ao tema Crescer em Rede + Competência + Valor, actuando como agente de dinamização da partilha e divulgação do conhecimento naquele que é já um acontecimento de referência no âmbito do sector ferroviário;
- Certificação pelo IMTT – Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, para a prestação de serviços na área rodoviária, homologação de dois Centros - Lisboa e Porto, e reconhecimento de seis cursos nesta área;
- Reestruturação no final de 2010 na área dos recursos humanos, com a revogação de nove contratos de trabalho;
- Início da reformulação dos pressupostos estratégicos para 2011, face às orientações transmitidas e constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2011, cujo objectivo principal é o do estabelecimento do equilíbrio da actividade operacional da Empresa.

#### 4.5.3 Gestão do Capital Humano

Durante o ano de 2010 a Fernave deu continuidade às acções que tem vindo a ser realizadas no âmbito da gestão do seu capital humano. No final de 2010 o número de colaboradores era de 58, o que traduz um decréscimo de 3,3% face ao ano anterior, resultante de rescisões de contrato, reforma e de regresso à Empresa de origem.

A repartição dos efectivos por Área de Negócio é evidenciada no gráfico seguinte:



Repartição dos Efectivos por Área de Negócio, 2010

No que concerne ás Habilidades Literárias, é ao nível do Ensino Básico que se verifica uma maior concentração (45%), seguindo-se o Ensino Superior (41%). Cerca de 14% dos colaboradores tem o Ensino secundário.

Em 2010, o volume de trabalho suplementar correspondeu, em média, a 1,5% do potencial de horas do ano. No que diz respeito à taxa de absentismo registou-se, em média, um decréscimo de 3,5 pontos percentuais face ao ano anterior, situando-se nos 2,6% em 2010.

A Fernave manteve uma aposta na qualificação dos seus colaboradores e na área da higiene e segurança no trabalho prosseguiram as acções inerentes à prevenção da sinistralidade.

#### 4.5.4 Actividade Operacional e Resultados

##### Acções desenvolvidas

O desenvolvimento da actividade durante o ano de 2010, e em especial no último quadrimestre, foi marcado pelo contexto económico-social do país e das empresas do sector dos transportes, em



particular pelos condicionalismos do modo ferroviário, onde a situação económico-financeira limitou não só o crescimento da receita como a sua manutenção.

Apesar deste contexto externo, 2010 foi um ano marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de projectos, alguns deles resultantes de propostas apresentadas no ano anterior, como seja a realização de dois projectos de consultoria em Moçambique, que representam o relançamento da actividade neste mercado e de que falaremos mais à frente. Paralelamente deu-se continuidade ao desenvolvimento de acções de formação assentes numa lógica de criação de valor para os Clientes, tendo-se, neste contexto, constituído parcerias com instituições de Ensino Superior, marcando a diferença num mercado cada vez mais concorrencial, descrevendo-se, em breves traços, as actividades desenvolvidas em cada uma das áreas de intervenção da Empresa.

### **Formação**

Focando-se nas suas competências core, a actividade do Gabinete de Formação ao longo do exercício de 2010 desenvolveu-se de forma regular na prestação de serviços de formação nas várias áreas técnicas em que vem actuando, de acordo com as propostas que lhe foram solicitadas e da apresentação de propostas a Clientes actuais e a potenciais Clientes, procurando, sempre que possível, integrar metodologias inovadoras.

A prestação de serviços de formação continuou a realizar-se nas áreas técnicas em que a Fernave detém competências e onde habitualmente disponibiliza produtos, quer através da gestão e organização dos planos de formação técnica para alguns dos seus Clientes / Accionistas, quer de propostas a pedido que lhe são solicitadas ou apresentadas de forma espontânea.

De destacar que foi no final do ano que a Fernave finalizou o seu processo de obtenção CAM – Certificação de Aptidão de Motoristas, nomeadamente enquanto entidade formadora com dois centros homologados, em Lisboa e no Porto, e com 6 cursos reconhecidos pelo IMTT – Instituto para Mobilidade dos Transportes Terrestres, quer na valência mercadorias, quer de passageiros, bem como para formação inicial e formação contínua.

Foram elaboradas diversas propostas de formação numa lógica integrada, desde o diagnóstico à avaliação da formação, sempre no pressuposto do desenvolvimento de serviços suportados em metodologias inovadoras, cuja implementação em parceria com o Cliente é geradora da mais-valia. Algumas destas propostas foram para empresas cujo início de actividade foi ou se previa em 2010, tais como a Via Porto ou a Simef.

Como resultado da política de recursos humanos e de formação dos principais Clientes (não ocorrência de admissões, nem de concursos internos), a actividade do Gabinete de Formação tem paulatinamente vindo a incidir em acções de menor duração e em menor escala, em detrimento dos concursos ou formações iniciais que envolvem um maior número de horas.

É neste contexto que se vem desenvolvendo a actividade do Gabinete de Formação, desagregando-se em Actividade de Formação e Actividade de Ensino, da qual damos conta nos pontos seguintes.

### Recrutamento e Psicologia

Já o Gabinete de Recrutamento e Psicologia orientou as suas competências para o desenvolvimento da actividade nas seguintes áreas de intervenção:

- Desenvolvimento de processos de recrutamento, de acordo com as necessidades das empresas e com base no conhecimento da descrição e enquadramento de funções;
- Acções de selecção de pessoal nas áreas operativas, quadros médios e quadros superiores;
- Apoio em processos de reconversão e reclassificação;
- Exames de controlo periódico em especial a funções ligadas à segurança da circulação;
- Exames de revalidação da carta de condução;
- Exames de selecção realizados a particulares.

Neste contexto, foram realizados 1.318 exames psicológicos (actos psicológicos e recrutamento), representando os Actos Psicológicos cerca de 81% destes exames e o Recrutamento os restantes 19%.

## Consultoria

Dando continuidade à actuação que o vem caracterizando, durante o exercício de 2010, o Gabinete de Consultoria desenvolveu a sua actividade focalizando-se predominantemente na execução de projectos para o mercado em geral, mas também para o apoio ao funcionamento interno da Empresa.

## Resultados

Alguns indicadores da actividade e estrutura dos capitais

Indicador	Valores em euros
Total dos proveitos	2.806.693,24
Proveitos Operacionais	2.806.693,24
Total dos Custos	4.899.110,94
Custos Operacionais	4.685.569,10
Resultado Líquido	-2.103.489,96
Activo Líquido	2.335.706,82
Passivo Total	6.136.161,01
Capital Próprio	- 3.800.454,19



## 4.6 FERGRAFICA

### 4.6.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A Fergráfica, constituída em 1974, tem como missão tornar-se uma empresa competitiva no mercado de prestadores de serviços de produtos gráficos. Assim, tem como objecto a execução de todos os géneros de trabalhos gráficos: pré-impressão, numeração e impressão policromática (incluindo impressão de segurança) em offset, flexografia, tipografia e digital. Tem ainda uma área de acabamentos.

Os principais objectivos são os seguintes:

- Recomposição da estrutura de capitais próprios da Empresa;
- Implementação da versão WEB do Software GESTÃO GRÁFICA;
- Rentabilização das máquinas de impressão offset e dos equipamentos de impressão Digital e Serigrafia;
- Obtenção da certificação de qualidade dos processos produtivos;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e de formação do pessoal da produção;
- Aumento das vendas em oitenta por cento relativamente ao ano transacto.

### 4.6.2 Principais Acontecimentos em 2010

A Fergráfica, ao longo do ano 2010, desenvolveu a sua actividade num contexto de forte crise recessiva Nacional e Internacional, a qual teve forte influência na retracção da procura do mercado gráfico.

Contudo e apesar dessa envolvente as vendas da empresa tiveram um aumento de 31% face a 2009, ano em que a mudança de instalações fez baixar significativamente o volume das vendas.

A actividade da empresa foi ainda marcada por três acontecimentos com impacto no funcionamento da empresa:



- Em Março ocorreu a desactivação da área de distribuição, à qual estavam afectos dois motoristas e duas carrinhas, actividade que passou a ser assegurada por uma empresa de transporte de mercadorias;
- Alteração dos Estatutos e na designação de um novo Conselho de Administração (Julho);
- Elaboração de uma avaliação da viabilidade económica e financeira da Fergráfica, em consequência dos maus resultados que a empresa vinha mensalmente apresentando, por determinação da Accionista. No seguimento desta avaliação foi elaborada uma proposta de reestruturação da empresa, no âmbito da qual foi conseguido ainda em 2010 fazer a rescisão contratual com sete trabalhadores efectivos e a não renovação de todos os contratos a termo certo.

#### 4.6.3 Gestão do capital humano

No final de 2010 a Fergrafica apresentava um total de 39 colaboradores, sendo 20 Homens e 19 Mulheres. A media da idade dos trabalhadores e de 43 anos.

A taxa de absentismo registada em 2010 foi de 10,67%, sendo de 3,15% por motivos de doença.

A formação atingiu 200 horas em 2010.

#### 4.6.4 Actividade operacional e Resultados

##### Acções desenvolvidas

O ano de 2010 deveria ter correspondido a um novo ciclo de vida da empresa.

Com novas instalações, com uma nova área de produção, a impressão digital, que tinha dado os primeiros passos no ano transacto e que se previa vir a consolidar-se durante o corrente ano, e uma forte aposta no crescimento das vendas, com o reforço da equipa de vendedores, pretendia-se inverter o ciclo de resultados negativos e caminhar para o equilíbrio financeiro da empresa.

Todavia a forte crise sentida durante o ano traduziu-se numa grande diminuição da procura ao nível do mercado gráfico, originada essencialmente pela quebra da publicidade à qual o mercado gráfico está intimamente ligado, área em que se depositava grande esperança.

Quase todas as expectativas definidas para o ano não foram conseguidas, o que explica os resultados negativos do exercício por montante tão elevado.

## Resultados

Em 2010 a Fergráfica apresentou á semelhança de anos anteriores um Resultado líquido negativo no valor de 1.231.313 €.

Também os Resultados Operacionais foram uma vez mais negativos (tal como nos últimos 10 anos), o que demonstra que o volume de negócio gerado anualmente tem sido insuficiente para cobrir os custos de exploração.

No gráfico abaixo mostra-se a evolução dos Resultados Operacionais na década passada, devendo chamar-se a atenção para o agravamento evidenciado nos 2 últimos anos.



No final de 2010 a Fergráfica, tendo em conta os resultados obtidos, tem novamente o Capital Próprio negativo, o que coloca a empresa uma vez mais em situação de estar abrangida pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Este facto ilustra com clareza a débil situação financeira da Fergráfica.

## 4.7 ECOSAÚDE

### 4.7.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A missão da Ecosaúde, sociedade constituída em 1995, é a prestação de serviços de medicina, de segurança, higiene e saúde no trabalho, contribuindo para o estabelecimento e manutenção das condições de trabalho, nomeadamente através de atitudes pró activas e preventivas, que assegurem o bem-estar dos trabalhadores abrangidos, segundo os padrões profissionais definidos, em observância com a legislação em vigor, e concorrendo para a melhoria da performance das empresas Clientes.

A política de empresa teve como principal objectivo a saneamento económico e financeiro da empresa, que assentou em três pressupostos base:

- O aumento da utilização da capacidade instalada e crescimento do volume de negócios

Concretizada a renovação e construção de novas infra-estruturas e a Autorização para a prestação de serviços pela Autoridade das Condições de Trabalho, estando reunidas as condições suficientes e necessárias para uma intervenção com sucesso no mercado em que a empresa opera.

Desde o final do ano foi dada prioridade ao aumento da actividade comercial e ao crescimento de proveitos. No último trimestre, foi acrescentada uma nova valência de prestação de serviços – prevenção e controlo de dependências – que irá contribuir para o crescimento da actividade.

- Racionalização dos gastos operacionais

Em simultâneo, durante o ano e até ao termo do presente mandato do Conselho de Administração, continuará a realizar-se a racionalização dos gastos operacionais, ao abrigo



das disposições legais emanadas pela Tutela para o Sector Empresarial do Estado, nomeadamente na diminuição dos gastos com pessoal e dos Fornecimentos e Serviços Externos.

- Redução da dívida

Paralelamente ao equilíbrio operacional, foi delineada uma política de redução progressiva da dívida remunerada e espontânea, para níveis sustentáveis para a empresa e seus parceiros.

No próximo exercício, conforme o Orçamento já aprovado, prevê-se que o resultado líquido da empresa seja positivo, pelo que a actividade da empresa contribuirá em parte para o financiamento da empresa.

Independentemente da perspectiva de auto-financiamento, a Ecosasúde regista em 31 Dezembro de 2010 uma situação financeira desequilibrada, com um nível de recursos permanentes negativo (Capital Próprio negativo).

A Estrutura Accionista de controlo deverá efectuar a recomposição dos Capitais Próprio da empresa, conforme proposta do Conselho de Administração a apresentar na próxima Assembleia Geral.

#### 4.7.2 Principais Acontecimentos em 2010

No ano de 2010 ocorreram diversos acontecimentos na vida da empresa que marcaram de forma acentuada o seu desenvolvimento. Destacam-se os seguintes:

- Autorização para a Prestação de Serviços Externos de SHT

A Ecosaúde é desde 15 de Outubro de 2010 uma empresa autorizada, pela entidade reguladora do sector – Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) - para a prestação de serviços externos de SHT. Esta confirmação das competências da Ecosaúde não constitui um formalismo, mas sim uma condição de acesso a novos clientes, nomeadamente ao segmento de empresas certificadas.



- Infraestruturas: mudança de instalações de Vila Nova de Gaia para o Porto

A Ecosaúde iniciou em Dezembro de 2010 a actividade no centro da cidade do Porto, mais concretamente no complexo empresarial de Campanhã. Esta Unidade de Saúde beneficia de excelentes condições de acesso: Estação Ferroviária Inter-regional, regional e suburbana; Estação de metro ligeiro do Porto que cobre uma vasta área geográfica, bem como o Interface com os sistemas de transporte rodoviário urbano.

- Celebração de Parcerias com entidades de referência no domínio da Saúde com vista à utilização dos seus espaços físicos, permitindo uma diminuição de custos associados a instalações, nos seguintes locais: Barreiro, Figueira da Foz e Faro.

- Novos Clientes

A formalização da autonomia da CP Carga, criou a oportunidade e concretização de negócio, com potencial de crescimento no sector dos Transportes.

Merce registo o início da colaboração com a Administração do Porto de Lisboa, com o Grupo Barraqueiro através de contratos celebrados com o Consórcio Prometro, no Metro do Porto, em Fevereiro e com a empresa Fertagus, em Dezembro de 2010.

Obtendo uma desejável diversificação com outros sectores de actividade económica, refere-se o início de actividade com outros Clientes Institucionais, designadamente: Câmara Municipal do Entroncamento, Águas do Alentejo, entre outros.

- Integração da Rede de Serviços de Seguradoras

Em 2010 foi possível concretizar a assinatura de protocolos para prestação de serviços com as Seguradoras Medis e Multicare, o que se reflectiu num acréscimo do número de consultas de especialidades médicas em Lisboa.

Igualmente no termo do exercício a empresa estabeleceu, com o apoio da CP, um contrato de parceria e assistência aos trabalhadores do Grupo CP no domínio dos acidentes de trabalho, com a Seguradora Mapfre.



- Constituição do Núcleo de Apoio ao Cliente (NAC)

Foi desenvolvido e implementado o contrato entre a CP e a Ecosaúde visando a prestação de serviços a passageiros acidentados do Grupo CP.

- Integração de Nova Área de Negócios

A Ecosaúde integra desde Outubro de 2010 uma nova área de negócios - Prevenção e Controlo de Dependências. Esta Direcção visa proceder ao controlo de álcool e drogas em meio laboral.

Com a introdução desta nova área de negócio perspectiva-se igualmente a sua dinamização no próximo exercício.

- Melhoria da Imagem da Empresa

Prosseguindo a mudança de imagem efectuada em finais de 2009, no ano de 2010 implementou-se a utilização de vestuário de trabalho, conferindo à empresa uma imagem de maior profissionalismo no atendimento.

O vestuário da área de Saúde foi actualizado em alinhamento com a nova imagem corporativa da empresa promovendo a adequada harmonia e coerência na comunicação estabelecida com os clientes e parceiros.

- Alienação do Edifício Sede

Efectuou-se a venda do edifício sede que se encontrava devoluto desde o ano de 2005. Com esta operação eliminou-se toda a dívida de longo prazo da empresa, reduzindo-se significativamente o endividamento da empresa.

#### 4.7.3 Gestão do capital humano

A estrutura de recursos humanos foi significativamente alterada desde o ano de 2008 com vista a redução de custos e obtenção de melhores níveis de eficiência. Assim, no final de 2010, o quadro de



pessoal da Ecosaude registava 33 colaboradores dos quais mais de 50% estão localizados na Unidade de Saúde de Lisboa (sede da Empresa).

As áreas técnicas e de gestão de operações tem o maior peso na estrutura de recursos humanos afectos ao quadro, representando respectivamente 61% e 19%.

Com o objectivo de valorizar os Recursos Humanos e promoção da sua actualização, no decurso do ano de 2010, participaram em varias acções de formação cerca de 20% dos trabalhadores da empresa.

#### 4.7.4 Actividade operacional e Resultados

##### Acções desenvolvidas

Em Outubro de 2010 integrou-se uma nova área de negócios - Prevenção e Controlo de Dependências. Esta nova valência de serviços prestados visa proceder ao controlo de álcool e drogas em meio laboral. Esta nova área de negócios contribuiu com 58 mil Euro para Volume de Negócios anual.

A área de Higiene e Segurança no Trabalho registou um aumento de 59 mil Euros, em termos homólogos, e a Medicina do Trabalho um aumento de 23 mil Euros, quando comparada com o exercício anterior.

A Área de Medicina de Acidentes foi a única excepção, no que respeita o aumento de proveitos, tendo registado uma variação negativa de 26%, fruto da alteração do modelo de financiamento desta actividade no Grupo CP, que passou de rendimento fixo para rendimento indexado ao n.º de sinistros, a partir de 1 de Outubro 2009 e até Dezembro 2010. Este modelo foi novamente alterado com efeitos a Janeiro 2011, pelo que se espera uma recuperação do volume de negócios no próximo exercício.



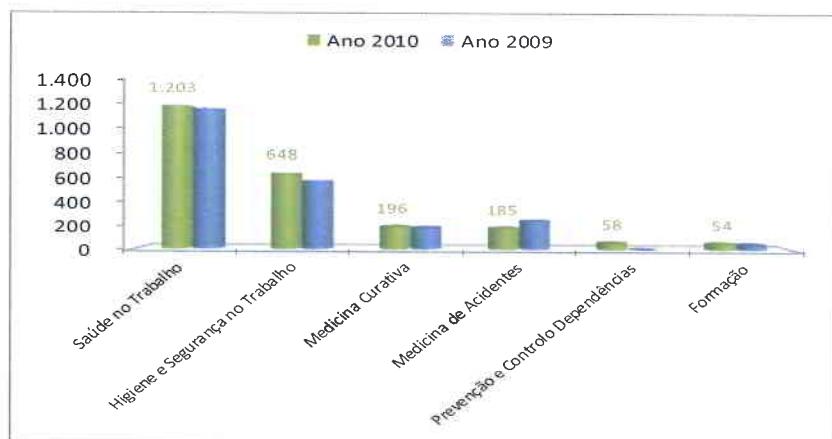
O Conselho de Administração, no âmbito do Plano de Reestruturação da empresa, e das deliberações da Tutela para o S.E.E. no âmbito do Plano de Estabilidade e Crescimento, executou várias medidas com o objectivo de redução de custos, de forma a continuar a acomodar a quebra de proveitos operacionais, assim como flexibilizar a estrutura de custos.

## Resultados

Durante o exercício de 2010, a situação económica e financeira da empresa registou uma evolução positiva, reduzindo o seu nível de prejuízo e nível de endividamento remunerado.

Em termos de Proveitos Operacionais, o ano de 2010 regista uma variação homólogo de + 4%, conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Áreas de Negócio	Ano 2010	Ano 2009	Variação 10/09
Saúde no Trabalho	1.203	1.180	2%
Higiene e Segurança no Trabalho	648	589	10%
Medicina Curativa	196	187	5%
Medicina de Acidentes	185	249	-26%
Prevenção e Controlo Dependências	58	0	
Formação	54	46	17%
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>2.344</b>	<b>2.250</b>	<b>4%</b>



Em termos absolutos, verificou-se uma redução dos gastos operacionais de 333 mil Euros (menos 12% do que o ano 2009).

O Resultado Operacional foi negativo, a saber, - 165 mil Euros. Em termos homólogos este valor representa uma redução absoluta do prejuízo operacional de 274 mil Euros.



O Resultado Financeiro ascendeu a menos 73 mil Euros, valor inferior em 93 mil Euros quando comparado com o resultado do ano anterior. Esta variação explica-se em grande parte pela redução do stock de dívida remunerada, na sequência da recomposição dos capitais próprios da empresa, e da alienação do Imóvel da Calçada da Glória. Outro factor que contribuiu para a redução foi a diminuição conjuntural dos níveis de taxas de juro.

O Resultado Líquido foi na quantia de - 245 mil Euros, valor que compara com -610 mil Euros no ano de 2009, o que representa uma melhoria de 365 mil Euros.

## 4.8 SAROS

#### 4.8.1 Missão, Estratégia e Objectivos

A sociedade cujo objecto é actividade de mediação de seguros, tem por missão aumentar o valor acrescentado para a gestão das carteiras de seguros das empresas dos sector ferroviário suas Clientes.

No exercício de 2010 a SAROS prosseguiu a gestão focalizada no apoio técnico, aconselhamento e defesa dos interesses do Clientes, alinhando sempre a sua actuação com as orientações do seu Sócio EMEF no âmbito da função instrumental do Grupo empresarial em que se integra.

#### 4.8.2 Principais Acontecimentos em 2010

O Conselho de Administração da CP deliberou, em Outubro, a integração da Saros directamente na dependência da CP, tendo em vista um novo enquadramento que permita internalizar o seu potencial de criação de valor no âmbito empresarial do Grupo CP.

#### 4.8.3 Gestão do capital humano

O funcionamento corrente foi assegurado por uma trabalhadora administrativa a tempo inteiro, cedida do quadro de pessoal da EMEF, com funções técnico-comerciais e de apoio administrativo da Gerência em todos os assuntos da gestão operacional da Empresa. A Gerência assegura directamente

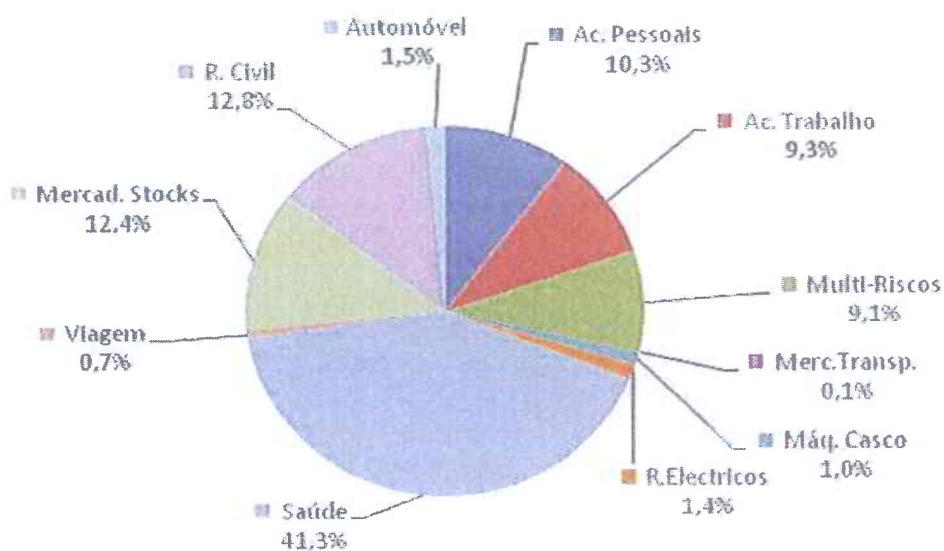
as operações de tesouraria, cumprimento das obrigações legais e relacionamento com Entidades oficiais.

#### 4.8.4 Actividade operacional e Resultados

Para a gestão da carteira de seguros e apoio aos Segurados a Saros com a colaboração da AVS – Corrector de Seguros, SA. . Para os aspectos de natureza contabilística e fiscal a Saros recorreu a um contrato de prestação de serviços com a Firma CCARDINAL – Serviços de Orientação Contabilística, Lda.

O volume da carteira da Saros, traduzida no montante total dos prémios liquidados no exercício de 2010, registou uma redução de 46% face ao ano anterior e como consequência registou-se também uma significativa alteração qualitativa na composição da carteira, devido essencialmente a redução do peso relativo dos seguros de Acidentes de Trabalho e Saúde. A distribuição por ramos e ilustrada no gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Prémios por Ramos





## Resultados

Indicadores	2009	2010	Var.
<b>Resultados Líquidos</b>	68.757 €	17.317 €	-74,8%
<b>Activo Líquido Total</b>	91.717 €	110.260 €	20,2%
<b>Capital Próprio</b>	76.808 €	94.124 €	22,5%
<b>Cash Flow: Res. Líquidos + Amort + Prov.</b>	68.757 €	17.317 €	-74,8%
<b>Activo Circulante</b>	91.461 €	110.260 €	20,6%
<b>Passivo Circulante</b>	1.352 €	1.317 €	-2,6%
<b>Passivo Total</b>	14.909 €	16.135 €	8,2%
<b>FML: Activo Circulante - Passivo Circulante</b>	90.109 €	108.943 €	20,9%
<b>Liquidex Geral: Act. Circulante / Pas. Circulante</b>	67,6	83,7	23,8%
<b>Endividamento: Pas. Total / Act. Liq. Total</b>	0,16	0,15	-10,0%
<b>Solvabilidade: Cap. Próprio / Passivo</b>	5,2	5,8	13,2%
<b>Rentabilidade: Res. Líquidos / Cap. Próprio Investido</b>	854,0%	22,5%	-97,4%
<b>Margem Líquida: Res. Líquidos / Vendas (Prest Serv)</b>	48%	23%	-53,4%
<b>Volume das Vendas (Prestações de Serviços)</b>	142.113 €	76.849 €	-45,9%

## 5 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do grupo sobre as quais a empresa exerce controlo, com excepção da TIP, ACE - Transportes Intermodais do Porto, para a qual foi utilizado o método de consolidação proporcional.

Assim, de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro 15, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de activos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos. No caso da aplicação do método de consolidação proporcional, observando os requisitos da norma contabilística e de relato financeiro 13, procedeu-se à soma dos activos, passivos, rendimentos e gastos da empresa participada apenas pela percentagem correspondente à participação da CP.



## Resultados

Indicadores	2009	2010	Var.
<b>Resultados Líquidos</b>	68.757 €	17.317 €	-74,8%
<b>Activo Líquido Total</b>	91.717 €	110.260 €	20,2%
<b>Capital Próprio</b>	76.808 €	94.124 €	22,5%
<b>Cash Flow: Res. Líquidos + Amort + Prov.</b>	68.757 €	17.317 €	-74,8%
<b>Activo Circulante</b>	91.461 €	110.260 €	20,6%
<b>Passivo Circulante</b>	1.352 €	1.317 €	-2,6%
<b>Passivo Total</b>	14.909 €	16.135 €	8,2%
<b>FML: Activo Circulante - Passivo Circulante</b>	90.109 €	108.943 €	20,9%
<b>Liquidex Geral: Act. Circulante / Pas. Circulante</b>	67,6	83,7	23,8%
<b>Endividamento: Pas. Total / Act. Liq. Total</b>	0,16	0,15	-10,0%
<b>Solvabilidade: Cap. Próprio / Passivo</b>	5,2	5,8	13,2%
<b>Rentabilidade: Res. Líquidos / Cap. Próprio Investido</b>	854,0%	22,5%	-97,4%
<b>Margem Líquida: Res. Líquidos / Vendas (Prest Serv)</b>	48%	23%	-53,4%
<b>Volume das Vendas (Prestações de Serviços)</b>	142.113 €	76.849 €	-45,9%

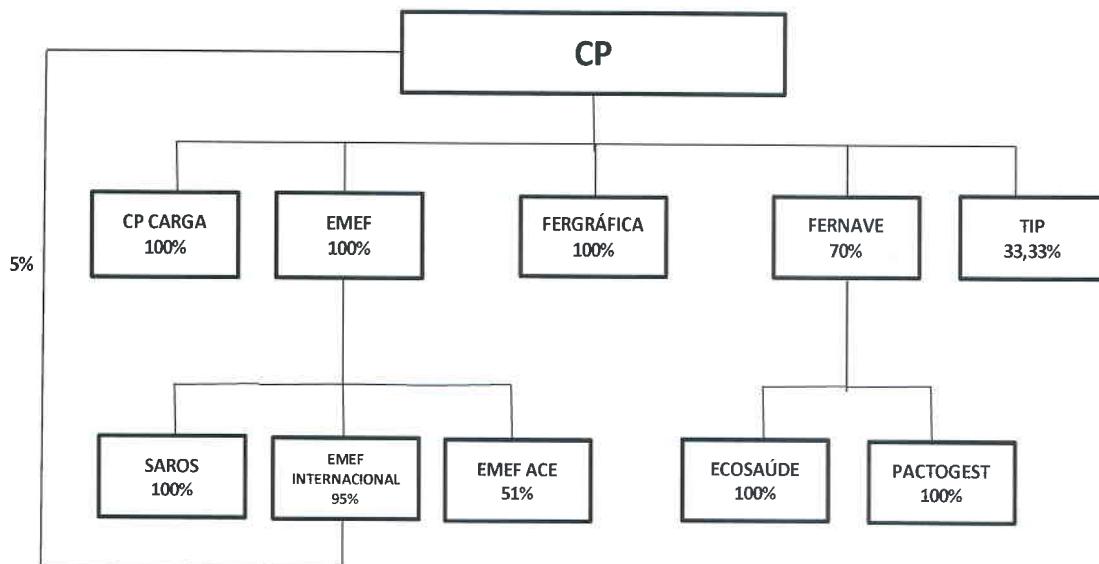
## 5 MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do grupo sobre as quais a empresa exerce controlo, com excepção da TIP, ACE - Transportes Intermodais do Porto, para a qual foi utilizado o método de consolidação proporcional.

Assim, de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro 15, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de activos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos. No caso da aplicação do método de consolidação proporcional, observando os requisitos da norma contabilística e de relato financeiro 13, procedeu-se à soma dos activos, passivos, rendimentos e gastos da empresa participada apenas pela percentagem correspondente à participação da CP.

Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio, a identificação dos interesses minoritários e a eliminação dos saldos, transacções, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

#### Perímetro de Consolidação



#### a) Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, directa e indirectamente pelo Grupo, em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
CP Carga, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
Saros, Lda.	Amadora	EMEF, S.A.	100,00%	100,00%
EMEF Internacional, S.A.	Entroncamento	EMEF, S.A.	95,00%	-
		CP, E.P.E.	5,00%	-
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%	51,00%
Fernave, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	70,00%	70,00%
Ecosaúde, S.A.	Lisboa	Fernave, S.A.	100,00%	100,00%
Fergráfica, Lda.	Amadora	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
Pactogest, Lda.	Lisboa	Fernave, S.A.	100,00%	100,00%

**b) Empresas objecto de consolidação proporcional**

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
TIP, A.C.E.	Porto	CP, E.P.E.	33,33%	33,33%



COMBOIOS DE PORTUGAL



**c) Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
STIFA – Transporte Intern. Ferroviário de Automóveis, S.A.	Alverca	CP, E.P.E.	22,50%	22,50%
TRANSCOM, SARL a)	Moçambique	FERNAVE, SA	22,00%	22,00%

a) Dado ser materialmente irrelevante, optou-se por registar a empresa pelo método de equivalência patrimonial.

**d) Outras participações**

Os Investimentos Financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus Justos Valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



*... - AS  
Eduardo  
CJ*



## 6 CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTRA-GRUPO

No quadro seguinte sintetizam-se as principais relações intra-grupo registadas durante o ano de 2010:

Prestador \ Receptor	CP	CP Carga	EMEF	Fergráfica	SIMEF	Fernave	Ecosaúde
<b>CP</b>							
Aluguer Material Circulante		✓					
Aluguer Terminais		✓					
Aluguer Edifícios Oficiais			✓				
Prestação Serviços (Contabilidade, Informática,...)		✓	✓	✓		✓	✓
Refacturação (Limpeza de Material Circulante e Instalações, Vigilância, Electricidade e Combustível Tracção, Comunicação de Dados e Fardamentos)		✓	✓				
<b>EMEF</b>							
Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	✓	✓					
Fabrico de Material Circulante (Vagões)		✓					
Aluguer Edifícios				✓	✓		
Conservação de Infraestruturas						✓	
Fornecimento de Energia e Água				✓		✓	
Reembolso despesas					✓		
<b>EcoSaúde</b>							
Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	✓	✓	✓	✓		✓	
<b>CP Carga</b>							
Transporte de Mercadorias			✓				
Comboio Socorro	✓						
<b>Fergráfica</b>							
Trabalhos Tipográficos	✓	✓	✓			✓	✓
<b>Fernave</b>							
Formação	✓	✓	✓				
<b>EMEF Internacional</b>							
Reembolso despesas			✓				

**7 ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**
**Resultados Consolidados 2010/2009**

Rúbrica	2010	2009	Variação	
			Valor	%
<b>Rendimentos Operação Grupo (1)</b>				
Vendas e Serviços Prestados	285.104,84	289.750,65	-4.645,81	-1,60%
Subsídios à exploração	35.174,56	35.686,63	-512,08	-1,43%
Ganh/Perd Imputad a Subs., Ass. e Emp C.	0,00	0,00	0,00	-
Variação nos inventários da Produção	1.389,54	1.501,62	-112,09	-7,46%
Trabalhos para a própria empresa	30.031,18	22.705,46	7.325,72	32,26%
Outros Rendimentos e Ganhos	24.075,46	32.887,88	-8.812,42	-26,80%
<b>Sub total</b>	<b>375.775,58</b>	<b>382.532,25</b>	<b>-6.756,67</b>	<b>-1,77%</b>
<b>Gastos Operação Grupo (2)</b>				
Custo Mercad. Vendidas e Matérias Cons.	-42.419,87	-33.931,22	-8.488,64	-25,02%
Fornecimentos e Serviços Externos	-158.940,91	-148.881,16	-10.059,75	-6,76%
Gastos com o Pessoal	-191.090,89	-191.864,84	773,95	0,40%
Outros Gastos e Perdas	-6.906,49	-9.244,35	2.337,86	25,29%
<b>Sub total</b>	<b>-399.358,16</b>	<b>-383.921,58</b>	<b>-15.436,58</b>	<b>-4,02%</b>
<b>1-Resultado Operação</b>	<b>-23.582,59</b>	<b>-1.389,33</b>	<b>-22.193,25</b>	<b>-1597,41%</b>
Imparid. de Invest Não Depr/Am (Per/Rev)	-23,61	84,09	-107,70	-128,08%
Imparidade de Inventários (Perdas/Rever)	-1.142,99	-1.109,00	-33,99	-3,06%
Imparidade Dívidas a Receber (Per/Rev)	-4.814,37	-6.256,03	1.441,66	23,04%
Provisões (Aumentos/Reduções)	25.304,16	1.954,44	23.349,72	1194,70%
<b>2-Provisões e Imparidades</b>	<b>19.323,19</b>	<b>-5.326,49</b>	<b>24.649,69</b>	<b>462,78%</b>
Aumento/Reduções de Justo Valor	56.026,43	124.298,07	-68.271,64	-54,93%
<b>3-Justo valor</b>	<b>56.026,43</b>	<b>124.298,07</b>	<b>-68.271,64</b>	<b>-54,93%</b>
<b>Res. Antes de Depr., Gastos Fin, Impost. (1 a 3)</b>	<b>51.767,04</b>	<b>117.582,24</b>	<b>-65.815,21</b>	<b>-55,97%</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amort.	-96.664,57	-94.230,35	-2.434,22	-2,58%
Imparidade Invest Depr./Amort. (Per/Rev)	-4.101,12	81,52	-4.182,64	-5130,95%
<b>Res. Oper. (antes gastos fin. e impost.)</b>	<b>-48.998,65</b>	<b>23.433,42</b>	<b>-72.432,07</b>	<b>-309,10%</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	13.263,92	43.453,15	-30.189,24	-69,48%
Juros e Gastos Similares Suportados	-163.598,50	-137.293,07	-26.305,43	-19,16%
<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-199.333,24</b>	<b>-70.406,50</b>	<b>-128.926,74</b>	<b>-183,12%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-407,96	-442,19	-34,23	-7,74%
<b>Resultados Líquido do Período</b>	<b>-199.741,20</b>	<b>-70.848,69</b>	<b>-128.892,51</b>	<b>-181,93%</b>
Resultado Líquido do período atribuível a:	0,00	0,00	0	-
<b>Detentores do capital da empresa-mãe</b>	<b>-199.741,20</b>	<b>-70.848,69</b>	<b>-128.892,51</b>	<b>-181,93%</b>
<b>Interessos minoritários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>



## RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido Consolidado sofreu uma variação negativa de 129 milhões de euros, tendo contribuindo (i) o impacto negativo das actividades realizadas pelo Grupo, que sofreram um decréscimo de -22.193 m€, (ii) a variação negativa do Justo valor da carteira de derivados, em -68.271 m€, (iii) e o efeito conjugado da quebra nos juros e rendimentos obtidos pelo Grupo, em -30.189 m€, com o acréscimo dos juros suportados, em 26.305 m€.

## RENDIMENTOS DO GRUPO CP

A rubrica de **Vendas e Prestações de Serviços** apresenta uma variação negativa no valor de 4.646 m€, justificada pela diminuição dos serviços de passageiros na ordem dos 2.067 m€, conjugada com a quebra na prestação de serviços de reparação sistemática e programada de material circulante a clientes fora do Grupo CP.

No que diz respeito aos **Subsídios à Exploração**, verifica-se uma diminuição na ordem dos 512 m€, relacionada com o decréscimo do valor das subvenções concedidas à CP (obrigação de transportar, obrigação de explorar e obrigação tarifária) no montante de 334 m€. Do mesmo modo se verificou uma diminuição dos subsídios atribuídos à Fernave (139 m€), nomeadamente à Escola Profissional do Entroncamento (IFP), por via da redução significativa das turmas em funcionamento. Os subsídios concedidos à EMEF (incentivos à investigação no âmbito do projecto SAFERAIL), sofreram também uma diminuição no valor de 43 m€.

A **Variação nos Inventários da Produção**, regista uma diminuição no montante de 112 m€, variação registada nos produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso das empresas EMEF e Fergráfica.

Os **Trabalhos para a Própria Empresa** apresentam um aumento significativo no valor de 7.326 m€,. As variações ocorridas na rubrica de Activos Fixos Tangíveis são justificadas pela conclusão em 2010



de grande parte dos trabalhos que a EMEF realizou para a CP Carga, todos eles efectuados pela Unidade de Novos Projectos, para suporte ao Projecto de Fabrico de Vagões.

Em 2010, e com a entrega efectiva de material circulantes, foi possível reconhecer como activos fixos tangíveis do Grupo, o valor de 16.414 m€, integralmente suportado nos contratos para a aquisição/construção de 300 Vagões plataforma de 60 pés (tipo Sgnss) e de 100 Vagões plataforma de 45 pés, de 2 eixos, para transporte de contentores e caixas móveis.

Acresce ainda o reconhecimento como trabalhos para a própria empresa de grandes intervenções a material circulante, reparações e modificações, que estão registadas no consolidado como activos fixos tangíveis do Grupo, no valor total de 15.677 m€ (2010) e 22.178 m€ (2009).

**Nos Outros Rendimentos e Ganhos** verifica-se uma diminuição de rendimentos no valor de 8.800 m€. Em 2009 existiram correcções de exercícios anteriores no serviço de transporte de passageiros para o mercado internacional no montante de 906 m€ contra os 81 m€ em 2010. Contribui também para o desvio, o registo em 2009 do valor relativo à regularização do IVA das Indemnizações Compensatórias (1.536 m€). Do mesmo modo se contabilizou em 2010 de subsídios ao investimento o valor de 14.000 m€ contra os 15.727 m€ em 2009.

## GASTOS DO GRUPO CP

No que diz respeito à rubrica de **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas**, observa-se um agravamento dos custos no montante 8.489 m€. Destaca-se o consumo de matérias no projecto de fabrico de vagões pela EMEF, que no exercício de 2010, ascendeu a 13.122 m€ e em 2009 a 1.036 m€.

Verifica-se um agravamento dos gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos** na ordem dos 10.060 m€. Para este facto contribuiu o acréscimo de encargos resultante do acordo entre a CP e a RENFE para a exploração dos comboios Sud-Express e Lusitânia Hotel (2.225 m€). Acréscimo dos gastos com rendas e alugueres devido à necessidade de contratação de transportes alternativos



rodoviários (2.663 m€). Aumento dos gastos com electricidade (2.546 m€) e gasóleo (3.337 m€) para tracção. A EMEF regista uma redução na subcontratação no montante de 1.809 m€, justificada pela diminuição da actividade de reparação e pela opção de recorrer a meios e mão-de-obra interna, numa óptica de racionalização de custos.

Comparando os exercícios de 2009 e 2010 identifica-se uma diminuição nos **Gastos com Pessoal** no valor de 774 m€. As empresas do Grupo efectuaram um esforço para consolidarem os seus quadros de pessoal, o que resultou numa diminuição das remunerações na ordem dos 3.095 m€. Todavia, na sequência deste facto os valores relativos a indemnizações por rescisão contratual suportados pelo Grupo agravaram-se no montante de 2.340 m€.

Nos **Outros Gastos e Perdas** regista-se uma diminuição de gastos num total de 2.338 m€. O valor relativo a 2010 diz respeito a alienações e abates de activos fixos tangíveis (1.273 m€), e por encargos diversos, entre os quais encargos com comissões bancárias (728 m€); indemnizações por acidentes (324 m€); e por danos materiais (302 m€).

## PROVISÕES/ IMPARIDADES

As **Provisões** registam um aumento de rendimentos bastante significativo num total de 23.350 m€. Tal facto deve-se à reversão da provisão relativa ao processo da Alfândega de Aveiro (processo do tabaco) num total de 25.649 m€.

A rubrica de **Imparidades de Investimentos não Depreciáveis/Amortizáveis** apresenta um aumento de gastos no valor de 108 m€. Em 2010 foi registada uma perda por imparidade de 1.070 m€ resultante da decisão do Conselho de Administração da CP de proceder à alienação de material circulante não necessário à operação. Parte deste material, correspondente a locomotivas eléctricas, unidades triplas eléctricas e carruagens, apresenta venda contratada com o Governo da Argentina, nos termos do 3º adicional ao contrato quadro. Com base no valor estimado de venda, foi contabilizada a respectiva perda por imparidade.



A rubrica de **Imparidade de Inventários** apresenta um aumento nos gastos no montante de 34 m€. Esta rubrica apresenta as perdas e reversões nas imparidades relativas aos inventários da EMEF, nomeadamente, material motor e automotor constante do abate de locomotivas eléctricas, material obsoleto e monos sem consumo há 5 ou mais anos.

Na rubrica de **Imparidade de Dívidas a Receber**, observa-se uma diminuição dos gastos no valor de 1.442 m€. Foi registado como perda por imparidade a dívida do Ministério da Defesa Nacional relativa ao transporte de militares, num total de 2.214 m€ (facturação emitida no exercício de 2010). Do mesmo modo se contabilizou como perda por imparidade a dívida do cliente S.P.C. – Serv. Português de Contentores à CP Carga num total de 591 m€, bem como do cliente Conteparque no montante de 1.761 m€. Para este cliente registou-se também uma reversão no valor de 675 m€ relativos a letras.

## JUSTO VALOR

Os **Aumentos/Reduções de Justo Valor** registam uma diminuição de rendimentos na ordem dos 68.200 m€. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de Derivados em 31 de Dezembro 2010, comparativamente a igual período do ano anterior.

## DEPRECIAÇÃO e AMORTIZAÇÃO

Os **Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização**, apresentam um acréscimo de gastos no montante de 2.434 m€, sobretudo justificado pelo aumento de amortizações na CP Carga, após a aquisição de novo material circulante e também devido ao facto de em 2009 só existirem 5 meses de operação.

A rubrica de **Imparidade de Investimentos Depreciáveis/Amortizáveis**, regista um aumento de gastos no montante de 4.183 m€. A variação desta rubrica deve -se essencialmente ao aumento do número de unidades material circulante que não são necessárias para o serviço comercial da empresa. E de perdas ou reversões com reparações de material acidentado.



## BALANÇO CONSOLIDADO

Activo	2010	2009	Variação	%
Activos Fixos Tangíveis	1.073.845,24	1.156.656,23	-82.810,99	-7,16%
Activos Intangíveis	957,15	808,83	148,31	18,34%
Participações Financeiras - MEP	81,91	81,91	0,00	0,00%
Participações Financeiras - Out Mét	19.223,63	19.221,13	2,50	0,01%
<b>Total do Activo Não Corrente</b>	<b>1.094.107,93</b>	<b>1.176.768,11</b>	<b>-82.660,18</b>	<b>-7,02%</b>
Inventários	42.846,80	43.275,34	-428,54	-0,99%
Clientes	30.027,46	31.329,80	-1.302,34	-4,16%
Adiantamentos a Fornecedores	148,77	130,51	18,26	13,99%
Estado e Outros Entes Públicos	11.478,24	14.117,74	-2.639,51	-18,70%
Accionistas/Sócios Activ-Corr	63,65	88,05	-24,39	-27,71%
Outras contas a Receber	39.079,97	28.871,42	10.208,56	35,36%
Diferimentos	33.705,49	24.903,12	8.802,37	35,35%
Activos Fin detidos para Negociação	50.617,87	29.903,38	20.714,48	69,27%
Outros Activos Financeiros Activ-Co	0,00	223.000,00	-223.000,00	-100,00%
Act Não Correntes Detidos Para Vend	21.029,43	1.150,00	19.879,43	1728,65%
Caixa e depósitos bancários	22.961,90	32.039,54	-9.077,64	-28,33%
<b>Total Activo Corrente</b>	<b>251.959,58</b>	<b>428.808,89</b>	<b>-176.849,32</b>	<b>-41,24%</b>
<b>Total do activo .....</b>	<b>1.346.067,51</b>	<b>1.605.577,00</b>	<b>-259.509,49</b>	<b>-16,16%</b>
Capital realizado	1.995.317,00	1.995.317,00	0,00	0,00%
Reservas Legais	24,70	24,70	0,00	0,00%
Outras Reservas	1.306,65	1.306,65	0,00	0,00%
Resultados Transitados	-4.549.079,34	-4.478.230,65	-70.848,69	1,58%
Ajustamentos em Activos Financeiros	2.816,63	2.816,63	0,00	0,00%
Outras Variações no Capital Próprio	299.719,11	313.859,99	-14.140,88	-4,51%
<b>Resultado Líquido do período</b>	<b>-199.741,20</b>	<b>-70.848,69</b>	<b>-128.892,51</b>	<b>181,93%</b>
Interesses minoritários	0,00	0,00	0,00	
<b>Total Capital Próprio</b>	<b>-2.449.636,44</b>	<b>-2.235.754,36</b>	<b>-213.882,08</b>	<b>9,57%</b>
Provisões	17.040,19	43.421,72	-26.381,53	-60,76%
Financiamentos Obtidos	3.004.388,27	2.798.134,26	206.254,01	7,37%
Outras Contas a Pagar	16.768,07	14.193,91	2.574,16	18,14%
<b>Total Passivo Não Corrente</b>	<b>3.038.196,53</b>	<b>2.855.749,90</b>	<b>182.446,64</b>	<b>6,39%</b>
Fornecedores	39.324,51	46.039,27	-6.714,76	-14,58%
Adiantamentos de Clientes	777,12	3.740,80	-2.963,67	-79,23%
Estado e Outros Entes Públicos	7.947,26	6.748,42	1.198,84	17,76%
Accionistas/Sócios	0,00	19,03	-19,03	-100,00%
Financiamentos Obtidos	433.757,47	637.268,56	-203.511,08	-31,93%
Outras Contas a Pagar	98.369,82	80.994,96	17.374,87	21,45%
Diferimentos	7.908,45	6.035,79	1.872,65	31,03%
Passivos Financeiros Det para Negoc.	169.422,78	204.734,65	-35.311,86	-17,25%
<b>Total Passivo Corrente</b>	<b>757.507,42</b>	<b>985.581,47</b>	<b>-228.074,05</b>	<b>-23,14%</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>1.346.067,51</b>	<b>1.605.577,00</b>	<b>-259.509,49</b>	<b>-16,16%</b>



No decorrer de 2010, o Grupo CP sofreu um decréscimo do **Activo Não Corrente** no valor de 82.660 m€ (-7%), em consequência essencialmente da diminuição do valor líquido dos Edifícios e Outras Construções (-13.241 m€), Equipamento Básico (-53.458 m€), Investimentos em Curso (-9.008 m€), Outros Activos Fixos Tangíveis (-2.360 m€) e Adiantamentos por conta de Investimentos (-3.122 m€).

No **Activo Corrente**, contribui para a variação negativa de 176.849 m€ (-41%), as seguintes variações:

- Diminuição dos Clientes do Grupo CP em 1.302 m€;
- Aumento das Outras Contas a Receber em 10.209 m€ essencialmente devido ao aumento das dívidas da REFER (2.389 m€) e da Renfe (8.376 m€);
- Aumento dos Diferimentos em 8.802 m€ devido basicamente ao diferimento de juros e outros encargos com os empréstimos obrigacionistas e POLO II e III (6.675 m€);
- Aumento dos Activos Financeiros Favoráveis Detidos para Negociação (20.714 m€);
- Diminuição dos Outros Activos Financeiros em 223.000 m€ devido ao resgate de diversas aplicações financeiras na Banca Nacional constituídas em 2009;
- Aumento dos Activos Não Correntes Detidos para Venda em 19.879 m€ respeitantes a edifícios (11.048 m€) e a material circulante da CP (7.719 m€);
- Diminuição do saldo de Caixa e Depósitos Bancários em 9.078 m€.

O **Capital Próprio** sofreu uma variação absoluta de 9,6%, apresentando-se em 31/12/2010 mais negativo em 213.882 m€. Para esta variação contribuiu o reconhecimento dos Subsídios ao Investimento (anteriormente registados como proveitos diferidos), que apresentou uma variação negativa de 14.141 m€.

No que respeita ao **Passivo Consolidado**, verifica-se uma redução de 45.627 m€, para a qual contribuiu a diminuição de Instrumentos Derivados Potencialmente Desfavoráveis Detidos para Negociação (35.312 m€), e a redução de provisões, essencialmente pela reversão registada em 2010 com o processo da alfândega de Aveiro (25.649 m€).



## 8 FINANCIAMENTO DO GRUPO

Em 2010 para fazer face às responsabilidades vincendas do Grupo CP foram contraídos um empréstimo obrigacionistas (200 000 milhares de euros), empréstimos Eurofima (250 000 milhares de euros) e empréstimos de curto prazo da Banca nacional (68 900 milhares de euros).

A CP financiou-se a uma taxa média anual de 4,7%.

Foram concedidas às Participadas empréstimos no montante de 9 621 milhares de euros: 7 500 milhares de euros à EMEF, 141 milhares de Euros à Fergráfica e 1 980 milhares de Euros à Fernave.

A generalidade dos empréstimos de financiamento obtidos pela CP estão sujeitos à manutenção do controlo accionista por parte do Estado Português, existindo também financiamentos para os quais foi obtido aval específico.

## 9 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O Conselho de Administração definiu as grandes linhas de orientação estratégica CP 2011-2013, que pressupõem um modelo operativo, rigoroso e flexível centrado no Cliente, uma gestão profissional e equilibrada, do portofólio dos negócios, um benchmark das melhores práticas, a aposta na qualificação dos Colaboradores, a melhoria da competitividade e da produtividade e o reforço da estratégia de Grupo.

A estratégia das empresas está associada a uma constante preocupação em assegurar o cumprimento das políticas nacionais e internacionais e assenta em importantes vectores de actuação para cada objectivo.

A CP estabeleceu como objectivos principais para 2011 a adequação e racionalização da oferta, suprimindo horários e criando outros, a melhoria da eficiência, reduzindo os custos de funcionamento, pela optimização integrada dos processos e da utilização do material circulante e



## 8 FINANCIAMENTO DO GRUPO

Em 2010 para fazer face às responsabilidades vincendas do Grupo CP foram contraídos um empréstimo obrigacionistas (200 000 milhares de euros), empréstimos Eurofima (250 000 milhares de euros) e empréstimos de curto prazo da Banca nacional (68 900 milhares de euros).

A CP financiou-se a uma taxa média anual de 4,7%.

Foram concedidas às Participadas empréstimos no montante de 9 621 milhares de euros: 7 500 milhares de euros à EMEF, 141 milhares de Euros à Fergráfica e 1 980 milhares de Euros à Fernave.

A generalidade dos empréstimos de financiamento obtidos pela CP estão sujeitos à manutenção do controlo accionista por parte do Estado Português, existindo também financiamentos para os quais foi obtido aval específico.

## 9 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

O Conselho de Administração definiu as grandes linhas de orientação estratégica CP 2011-2013, que pressupõem um modelo operativo, rigoroso e flexível centrado no Cliente, uma gestão profissional e equilibrada, do portofólio dos negócios, um benchmark das melhores práticas, a aposta na qualificação dos Colaboradores, a melhoria da competitividade e da produtividade e o reforço da estratégia de Grupo.

A estratégia das empresas está associada a uma constante preocupação em assegurar o cumprimento das políticas nacionais e internacionais e assenta em importantes vectores de actuação para cada objectivo.

A CP estabeleceu como objectivos principais para 2011 a adequação e racionalização da oferta, suprimindo horários e criando outros, a melhoria da eficiência, reduzindo os custos de funcionamento, pela optimização integrada dos processos e da utilização do material circulante e



racionalização dos Recursos Humanos directos e Corporativos. O grande desafio para a CP será o de alcançar, tão breve quanto possível, o equilíbrio económico-financeiro da actividade após o recebimento das dotações relativas ao Serviço Público.

A CP Carga identificou como prioridades para 2011 a promoção de parcerias com vista ao desenvolvimento dos negócios de âmbito nacional e internacional, a libertação de locomotivas e a redução de custos com o trabalho suplementar.

A EMEF, tendo em vista preparar a empresa para enfrentar os novos desafios tecnológicos do futuro, perspectiva a reorganização interna, quer no domínio operacional quer nas áreas de suporte, com um novo modelo dos centros de produção baseado em três parques oficiais (Norte, Centro e Sul) e concentração de estruturas de gestão e de backoffice. A fase seguinte a esta reorganização será a especialização dos vários estabelecimentos oficiais da empresa.

A Fernave irá dar continuidade a um processo de redução de efectivos, à redefinição do modelo de negócio e à descontinuidade de actividades não core com a libertação de instalações, reduzindo assim custos de exploração inviáveis para a actividade da empresa.

O Conselho de Administração da Fergráfica, face à situação económica e financeira registada, propôs à Accionista a dissolução da sociedade.

A Ecosaúde, após a renovação e construção de novas infra-estruturas e a autorização para a prestação de serviços pela Autoridade das Condições de Trabalho perspectiva uma intervenção com sucesso no mercado em que a empresa opera e crescimento dos proveitos.

O Conselho de Administração da CP deliberou o integração da SAROS directamente na dependência da CP.



## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação dos mercados financeiros e a chamada “crise das dívidas soberanas” tem afectado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP. Antecipando a falta de liquidez do sector bancário doméstico, a CP fez uma emissão de dívida em 2009, que acabou por ser suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010.

O relacionamento da empresa com as instituições financeiras possibilitou o financiamento das necessidades de fundos.

Com a queda do rating da república e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afectado negativamente o rating também da CP.

A situação operacional da CP para 2011 apresenta sustentabilidade e na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperamos obter neste ano um cashflow operacional positivo. Consideramos pois que os factores de sustentabilidade futura melhoraram. Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando directamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano e de 9,2 milhões de toneladas de mercadorias, como factor de importância vital para o funcionamento da actividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

## 11 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício assinalam-se os seguintes factos:



## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação dos mercados financeiros e a chamada “crise das dívidas soberanas” tem afectado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP. Antecipando a falta de liquidez do sector bancário doméstico, a CP fez uma emissão de dívida em 2009, que acabou por ser suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010.

O relacionamento da empresa com as instituições financeiras possibilitou o financiamento das necessidades de fundos.

Com a queda do rating da república e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afectado negativamente o rating também da CP.

A situação operacional da CP para 2011 apresenta sustentabilidade e na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperamos obter neste ano um cashflow operacional positivo. Consideramos pois que os factores de sustentabilidade futura melhoraram. Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando directamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano e de 9,2 milhões de toneladas de mercadorias, como factor de importância vital para o funcionamento da actividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

## 11 FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício assinalam-se os seguintes factos:



- Assinatura pela CP do regime transitório de financiamento da prestação de Serviço Público;
- Transferência da EMEF para a CP da empresa SAROS;
- Queda do rating da República e da CP, o que implica uma nova estratégia de financiamento da empresa;
- Deliberação para que se celebre junto da EMEF um Contrato de Promessa de Compra relativo ao imóvel sito na Amadora;
- Proposta do Conselho de Administração da Fergráfica para dissolução da sociedade em próxima Assembleia Geral.
- Em Março de 2011, a Standard & Poor's atribuiu um downgrade do rating da CP, de BBB para o BB. Em consequência, a AFLAC exerceu, nos termos do contrato existente, o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo no valor de 113 120 000 EUR, o que a CP realizou sem dificuldades na data prevista, 11 de Abril de 2011.
- Em Maio de 2011, o Estado Português assumiu um compromisso externo, com as entidades EFSM-European Financial Stabilisation Mechanism, EFSF-European Financial Stability Facility e FMI-Fundo Monetário Internacional, de privatização a 100% da CP Carga.

À data da elaboração das DF's consolidadas, não existem estimativas do impacto nas contas do Grupo, embora se preveja que seja positivo.

Lisboa, 30 de Junho de 2011

## O Conselho de Administração

Presidente: Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente: Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal (1): Prof. Nuno Alexandre Baltazar Sousa Moreira

Vogel (2); Dr.ª Cristina Maria dos Santos - Diretor

Vogal (3): Dr.<sup>a</sup> Madalena Paixão de Sousa



COMBOIOS DE PORTUGAL



## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**E**

## **ANEXOS CONSOLIDADOS**

*Acta*

*Acres ! ky  
Já*

## Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2010

Em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-12-2010	31-12-2009
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	6	1.073.845.242	1.156.656.235
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	7	957.148	808.834
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	81.908	81.908
Participações financeiras - outros métodos	9	19.223.633	19.221.133
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
		1.094.107.931	1.176.768.110
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	13	42.846.800	43.275.336
Activos biológicos			
Clientes	14	30.027.458	31.329.796
Adiantamentos a fornecedores	15	148.774	130.511
Estado e outros entes públicos	16	11.478.236	14.117.743
Accionistas/sócios	10	63.651	88.046
Outras contas a receber	17	39.079.973	28.871.417
Diferimentos	18	33.705.491	24.903.117
Activos financeiros detidos para negociação	11	50.617.865	29.903.381
Outros activos financeiros	11		223.000.000
Activos não correntes detidos para venda	19	21.029.426	1.150.000
Caixa e depósitos bancários	4	22.961.901	32.039.544
		251.959.575	428.808.891
<b>Total do activo</b>		1.346.067.507	1.605.577.001
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado	20	1.995.317.000	1.995.317.000
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais	21	24.703	24.703
Outras reservas	22	1.306.650	1.306.650
Resultados transitados	23	-4.549.079.337	-4.478.230.647
Ajustamentos em activos financeiros	24	2.816.632	2.816.632
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	25	299.719.108	313.859.988
		-199.741.200	-70.848.690
<b>Total do capital próprio</b>		-2.449.636.445	-2.235.754.364
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	26	17.040.192	43.421.722
Financiamentos obtidos	27	3.004.388.266	2.798.134.261
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	29	16.768.074	14.193.912
		3.038.196.532	2.855.749.896
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	30	39.324.511	46.039.266
Adiantamentos de clientes	14	777.122	3.740.795
Estado e outros entes públicos	16	7.947.261	6.748.423
Accionistas/sócios	10		19.032
Financiamentos obtidos	27	433.757.473	637.268.556
Outras contas a pagar	29	98.369.822	80.994.956
Diferimentos	18	7.908.445	6.035.794
Passivos financeiros detidos para negociação	31	169.422.785	204.734.646
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		757.507.419	985.581.469
<b>Total do passivo</b>		3.795.703.951	3.841.331.365
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		1.346.067.507	1.605.577.001

Técnico Oficial de Contas - Drª Trindade Belo

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Vogal - Drª Madalena Raixão de Sousa

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2010

Em Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2010	2009
Vendas e serviços prestados	32	285.104.842	289.750.650
Subsídios à exploração	33	35.174.559	35.686.635
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos con junto			
Variação nos inventários da produção	13	1.389.536	1.501.623
Trabalhos para a própria entidade	34	30.031.181	22.705.463
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	35	-42.419.869	-33.931.225
Fornecimentos e serviços externos	36	-158.940.906	-148.881.159
Gastos com o pessoal	37	-191.090.892	-191.864.845
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	-1.142.986	-1.108.997
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14, 17	-4.814.372	-6.256.032
Provisões (aumentos/reduções)	26	25.304.162	1.954.443
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	38	-23.611	84.091
Aumento/Reduções de Justo Valor	39	56.026.427	124.298.071
Outros rendimentos e ganhos	40	24.075.456	32.887.878
Outros gastos e perdas	41	-6.906.495	-9.244.352
<b>Resultado antes de Justo valor, depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>			
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	42	51.767.035	117.582.245
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	-96.664.569	-94.230.346
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>			
Juros e rendimentos similares obtidos	44	-4.101.120	81.518
Juros e gastos similares suportados	45	-48.998.653	23.433.416
<b>Resultado antes de impostos</b>			
Imposto sobre o rendimento do período	12	13.263.915	43.453.151
<b>Resultado líquido do período</b>			
		-163.598.504	-137.293.070
		-199.333.243	-70.406.503
		-407.957	-442.187
		-199.741.200	-70.848.690

Técnico Oficial de Contas - Drª Trindade Belo

*Trindade Belo*

Presidente - Dr. José Saramago Coelho Benedito

Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

*Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira*

Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

*Cristina Pinto Dias*

Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa

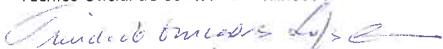
*Madalena Paixão de Sousa*

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Em euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2010	2009
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes	14	337.116.145,60	371.767.969,45
Pagamentos a fornecedores	30	225.102.519,08	280.939.702,11
Pagamentos ao pessoal	37	181.955.300,57	184.791.760,73
		<b>-69.941.674,05</b>	<b>-93.963.493,39</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	81.205,07	401.235,51
Outros recebimentos/pagamentos	17/29/40/41	93.468.892,20	157.768.058,61
		<b>23.608.423,22</b>	<b>64.205.800,73</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	6	41.301.327,63	230.211.927,42
Activos intangíveis	7	562.247,68	502.068,99
Investimentos financeiros	8/9	15.908.093,97	1.718.607,27
Outras activos	11	184.726,02	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	6	1.743.990,28	909.191,33
Activos intangíveis	7	0,00	41.461,11
Investimentos financeiros	8/9	428.341,71	828.000,00
Outras activos	11	1.195.004,38	1.763.802,00
Subsídios ao investimento	25	187.480,31	11.400.433,82
Juros e rendimentos similares	44	14.262.089,76	52.142.253,09
Dividendos	8/9	61.911,22	9.744,21
		<b>-40.077.577,64</b>	<b>-165.337.718,12</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	27	585.528.917,47	812.795.746,99
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	25	808.195,00	0,00
Cobertura de prejuízos	25	0,00	3.194.232,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento	27	70.358,63	1.803.830,48
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	27	644.787.277,88	307.715.056,32
Juros e gastos similares	45	153.258.448,29	131.670.757,65
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	27	46.371,97	0,00
Outras operações de financiamento	27	4.050.661,38	164.588,49
		<b>-215.735.288,44</b>	<b>378.243.407,01</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<b>-232.204.442,86</b>	<b>277.111.489,62</b>
Efeito das diferenças de câmbio		<b>-508,43</b>	<b>11.554,40</b>
Caixa e seus equivalentes no inicio do período		<b>254.988.792,52</b>	<b>-22.134.251,50</b>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<b>22.783.841,23</b>	<b>254.988.792,52</b>

Técnico Oficial de Contas - Drª Trindade Belo



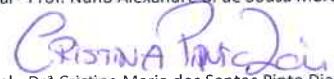
Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel



Vice-Presidente - Dr. Alfredo Vicente Pereira



Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira



Vogal - Drª Cristina Maria dos Santos Pinto Dias



Vogal - Drª Madalena Paixão de Sousa



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010

Em Euro

NOTAS	DESCRICAÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	
1	Posição no início do período de 2010	20 a 25	1.995.317.000	-	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.478.230.648)	2.816.632	313.859.989
	Alterações no período											(70.848.690)
	Primeria: adopção do novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
	Excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio											
	Resultado líquido do período	3	4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.140.881)
	Resultado integral											70.848.690
	Operações com detentores de capital no período											(14.140.881)
	Realizações de capital											
	Realizações de premios de emissão											
	Distribuições											
	Entradas para cobertura de perdas											
	Outras operações											
	Posição no final do período de 2010	5	6 = 1+2+3+5	1.995.317.000	-	-	-	24.703	1.306.650	(4.550.309.601)	2.816.632	299.719.108
												(199.741.200)
												(2.449.656.445)

Técnico Oficial de Contas - Drº Trinidad de Belo

*Trinidad Belo*

Presidente - Dr. José Salomão Coelho Benoliel  
Vice-Presidente - Dr. Alífebe Vicente Pereira

*José Salomão Coelho Benoliel*

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira

*Nuno Alexandre B. de Sousa Moreira*

Vogal - Dr. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

*Cristina Pinto Dias*

Vogal - Dr. Natalelema de Souza

*Natalelema de Souza*

## **ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS A**

**31 DE DEZEMBRO DE 2010**

### **1. Identificação da entidade e notas de operacionalidade**

#### **1.1. Identificação**

A CP - Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, nº 20, 1249-109 Lisboa, cujo actual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto.

Até à publicação do citado Decreto-Lei n.º 137-A/2009, a CP, que detinha a natureza de empresa pública (E.P.) regia-se pelos estatutos aprovados Decreto-Lei n.º 109/77 de 25 de Março.

A CP tem por objecto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através de subsidiárias, o Grupo desenvolve também as seguintes actividades:

- transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas (CP Carga, S.A.)
- fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A. e EMEF Internacional, S.A.);





- mediação de seguros (Saros, Lda.);
- sinergia e optimização das actividades no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" (SIMEF, A.C.E.);
- formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal das empresas accionistas, bem como do pessoal afecto a outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. A elaboração de estudos e projectos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas. A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas. O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, directamente ou por instituições participadas ou associadas (Fernave, S.A.);
- prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, selecção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos, diagnósticos, tendo em 2010, alargado a actividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de acções de controlo anti-droga e anti-álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga (Ecosaúde, S.A.);
- exercício da indústria gráfica e comercialização de produtos gráficos e actividades complementares (Fergráfica, S.A.);
- implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os

meios de transporte público de passageiros explorado directa ou indirectamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.).

O transporte de mercadorias foi objecto de cisão, tendo passado a ser realizado pela sua subsidiária CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., cujo capital social é por si integralmente detido.

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à tutela sectorial e financeira, dos Ministérios dos Transportes e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspecção-Geral de Finanças.

Para além deste controlo, nota que está prevista nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta de conselho fiscal e de revisor oficial de contas.

A CP está sujeita a obrigações de serviço público que são objecto de compensação do Estado, embora ainda não tenha sido celebrado contrato de serviço público.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, actuando em diferentes segmentos de actividade, cuja caracterização se apresenta na Nota 3.2.2 e estas são as suas Demonstrações Financeiras consolidadas.

## **1.2. Separação de sectores - Infraestrutura**

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou "a entidade actuando por sua concessão ou delegação" e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram

*levaras* . *3*  
*ojar* *de* *uy*.



transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei nº200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei nº 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei nº 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei nº 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei nº 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em

*letras* *verde* *verde* *4*  
*azul* *azul* *4* *kg.*



relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

Os gastos de utilização da infra-estrutura suportados pela CP, EPE em 2010 e no período anterior constam na Nota 41.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário comprehende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2010, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos

*meses de 5 h,*  
*dez.*

operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

### **1.3. Separação de sectores – Transportes**

No seguimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização do sector assumido por Portugal junto da União Europeia, foi publicado no Diário da República (I Série, nº112 de 12 de Junho de 2009), o Decreto-Lei nº137-A/2009 que aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E., bem como os respectivos Estatutos, e autoriza a autonomização da actividade do transporte de mercadorias, revogando o Decreto-Lei nº109/77 de 25 de Março, que aprovou os Estatutos da Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

### **1.4. Regime de Concessão**

A CP explora o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base no Decreto-Lei 109/77 de 25 de Março e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.

O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento

importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

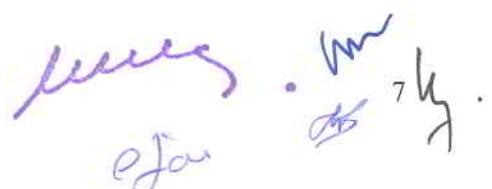
Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.

O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P.E., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.



Para determinação do montante das compensações a empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;
  - b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
  - c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
  - d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo
- (...)

Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a empresa a recorrer ao crédito;

(...)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P.E. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficit de exploração da empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu

*meus* 8  
*João* 9  
*Ly* 10

pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

### **1.5. Contrato de serviço público**

Do que antes se deixou dito, decorre que até 31 de Dezembro de 2010, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a empresa, compensando-a das obrigações de serviço público.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro.

A própria Tutela em 2006 reconheceu nas Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, para o horizonte 2010 essa necessidade.

No mesmo sentido aponta também o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que procedeu à revisão dos Estatutos da CP, bem como o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, de 23 de Outubro de 2007 que entrou em vigor no passado dia 3 de Dezembro.

Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

Até a URF (estrutura integrada no IMTT, I.P., dotada de independência funcional e autonomia técnica com funções de regulação económica e técnica das actividades ferroviárias) emitiu, em 31.12.2009, uma recomendação dirigida à tutela sectorial e à tutela financeira, relativa à necessidade de prosseguir a reforma do sector ferroviário, através da contratualização das obrigações de serviço público com a CP.



Neste contexto, e como primeira etapa para essa contratualização, a CP já preparou e apresentou à Tutela em 2010, uma proposta de contrato de serviço público, relativo às condições de exploração propostas pela CP para o transporte ferroviário suburbano de passageiros, na Área Metropolitana de Lisboa, em matéria de oferta, condições de qualidade, comodidade, rapidez e segurança, dentro dos limites de capacidade da infra-estrutura e de acordo com parâmetros definidos, bem como as condições de atribuição de uma justa compensação financeira pelo Estado pelas obrigações de serviço público que relativamente a esse transporte lhe são inerentes, calculada ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

meus respeitos  
João M. 10/04/2014

## **2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**2.1.** As demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), implementado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa, no dia 30 de Junho de 2011, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2010 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2009.

**2.2.** Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

**2.3.** Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.



### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas de sequida.

### 3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 (Juízos de valor), na Nota 3.5 (Principais pressupostos relativos ao futuro) e na Nota 3.6 (Principais fontes de incerteza das estimativas).

July 12 <sup>WED</sup> 1947

### 3.2. **Consolidação**

#### 3.2.1. **Introdução**

O decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho impõe a todas as empresas mãe sujeitas ao direito nacional a obrigatoriedade de elaborar demonstrações financeiras consolidadas do grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias sobre as quais exerce influência dominante ou controlo.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

#### 3.2.2. **O Grupo e a Empresa**

##### **Considerações Gerais**

Ao longo do ano 2010, a CP traçou como objectivo desenvolver uma estratégia de grupo sustentável. Isso significa estruturar as participações sociais existentes, ficando na directa dependência da CP e desenvolver uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respectivo core business.

A CP tem autonomizado em empresas segmentos de actividade, como a manutenção de equipamentos ferroviários, a formação técnica e mais recentemente o split do transporte ferroviário de mercadorias, procurando criar sinergias positivas à sua actividade.

Em todas estas empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

##### **A CP**

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de Julho de 2009 (Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho) uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela

*meus. mky.  
Jón*  
13

prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Serve quatro segmentos de procura importantes, com distintas motivações de viagem:

- Serviço Suburbano - liga as periferias ao centro das maiores cidades portuguesas, sendo vocacionado para o transporte diário de grandes massas de passageiros, cuja principal motivação de viagem se centra em "casa/trabalho" ou "casa/escola";
- Serviço Regional - serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito Regional ou local, distribui os Clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios;
- Longo Curso - serviço de qualidade para média/longa distância, liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os Clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer. É o segmento que usufrui de menor tempo de trajecto e maior conforto;
- Internacional - Devido à posição periférica do País, apenas liga directamente a Espanha ou à fronteira de Espanha com França. Não é competitivo com outros modos de transporte essencialmente em tempo de trajecto, pelo que se trata de um segmento em transformação.

verso.  
mly  
João 14  
as

## EMPRESAS PARTICIPADAS

As participações financeiras da CP em 31 de Dezembro de 2010 caracterizam-se como segue:

### Subsidiárias

#### **CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Social - € 5.000.000

Tem por objecto social o transporte ferroviário de mercadorias, actividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, em 31 de Julho de 2009, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, em cumprimento das Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário apresentadas pelo XVII Governo Constitucional, em Outubro de 2006, e dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o sector assumido por Portugal junto da União Europeia.

#### **EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Social - € 8.100.000

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objecto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção, de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa, reveste-se assim da maior importância para o mercado nacional.

*meus  
Jún  
AS  
15*



COMBOIOS DE PORTUGAL



#### **SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.**

Participação EMEF - 100%

Capital Social - € 5.000

A sociedade tem por objecto a actividade de mediação de seguros.

#### **EMEF Internacional, S.A.**

Participação EMEF - 95%

Participação CP - 5%

Capital Social - € 50.000

Constituída em 2010, esta sociedade é um veículo comercial para a actividade internacional da EMEF, razão pela qual não tem instalações próprias. A sociedade tem por objecto o fabrico, a reabilitação, reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, navios e autocarros, engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte, estudo, manutenção e construção de instalações industriais e infra-estruturas ferroviárias, gestão industrial e actividades acessórias.

#### **SIMEF, A.C.E.**

Participação EMEF - 51%

Participação Siemens - 49%

Capital - não tem

Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 2009, tem por objecto social a sinergia e optimização das actividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

#### **FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.**

Participação CP - 70%

Participação Metropolitano de Lisboa - 20%

Participação REFER - 10%

Capital Social - € 50.000

*meus  
Jún  
AS*

Constituída em 1992, tem por objecto:

- a formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal das empresas accionistas, bem como do pessoal afecto a outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- a elaboração de estudos e projectos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- a prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- o ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, directamente ou por instituições participadas ou associadas.

É uma empresa estratégica para a CP.

**ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.**

Participação Fernave - 100%

Capital Social - € 50.000

Sociedade constituída em 1995 que tem como objecto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, selecção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos, diagnósticos, tendo em 2010, alargado a actividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de acções de controlo anti-droga e anti-álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

*meus  
JW  
AS*

**PACTO GEST - Prevenção, Controlo e Tratamento de Dependências Sociais, Unipessoal, Lda.**

Participação Fernave - 100%

Capital Social - € 10.000

Sociedade constituída em 1997. A actividade principal da Sociedade consiste na elaboração de estudos e de diagnósticos no âmbito da toxicodependência e do alcoolismo; na assessoria a empresas e outras organizações; na definição de estratégias de prevenção, e na implementação e controlo de programas anti-álcool e anti-droga; na execução de acções de controlo anti-droga e anti-álcool; no encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

**FERGRÁFICA - Artes gráficas, S.A.**

Participação CP - 100%

Capital Social - € 200.000

A FERGRÁFICA foi constituída em 1974 como sociedade por quotas, tendo sido em 1996 transformada em sociedade anónima. Tem por objecto o exercício da indústria gráfica e comercialização de produtos gráficos e actividades complementares.

Esta empresa cuja participação inicial da CP se justificava pelo importante papel na disponibilização atempada de títulos de transporte em papel, hoje em dia, deixou de ser estratégica para a CP devido à desmaterialização destes títulos.

**Associadas****TIP, A.C.E. - Transportes Intermodais do Porto**

Participação CP - 33.33%

Capital - € 30.000

É um Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 2002 que tem por objecto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de

tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado directa ou indirectamente pelas entidades Agrupadas.

**TRANSCOM - Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, SARL (Moçambicana)**

Participação via Fernave - 22%

Capital Social - 28.600.000 meticais (€ 634.428)

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objecto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e actuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

**Outras Participações**

**SAER - Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda.**

Participação Fernave - 10%

Capital Social - € 1.000.000

A sociedade foi constituída em 1988 e tem como objecto a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de avaliação estratégica e risco, bem como a elaboração de estudos nas ópticas económica e financeira, a prestação de serviços de informação económica e outras actividades relacionadas.

**OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A.C.E.**

Participação CP - 14,28%

Capital - € 69.832

É um Agrupamento Complementar de Empresas constituído em 1996, com o objectivo de garantir o desenvolvimento do projecto de telebilhetica em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projecto.

**STIFA – Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, S.A.**

Participação CP - 22,5%

Capital Social - € 500.000

Constituída em 1991, tem por objecto social a comercialização do transporte e armazenamento de todo o tipo de automóveis, tractores, maquinaria diversa e outros, compreendendo ainda a prestação de serviços conexos com essa actividade.

(Em 24 de Fevereiro de 2011 foi declarada a insolvência da empresa).

**Metro do Porto, S.A.**

Participação CP - 3,33%

Capital Social - € 7.500.000

Constituída em 1993, tem por objecto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

**Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.**

Participação CP - 10%

Capital Social - € 125.000

Sociedade constituída em 1995, tem por objecto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

**Metro Mondego, S.A.**

Participação CP - 2,5%

Capital Social - € 1.075.000

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objecto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

**APOR - Agência para a Modernização do Porto, S.A.**

Participação CP - 0,47%

Capital Social - € 1.064.825

Foi constituída em 1997 e tem por objecto a modernização da base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de acções destinadas a contribuir para a introdução de factores de correcção do tecido social, económico e cultural da cidade.

**ICF - Intercontainer - Interfrigo, S.A. (Belga)**

Participação CP - 2,09%

Capital Social - € 18.300.000

A sociedade tem por objecto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

**EUROFIMA - Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suiça)**

Participação CP - 2%

Capital Social - CHF 2.600.000.000

Tem como objecto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos accionistas.

**BCC - Bureau Central de Clearing (Belga)**

Participação CP - 1,54%

Capital Social - € 110.250

A sociedade tem objecto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos; de reconhecer as moedas nacionais utilizadas nas relações financeiras internacionais entre as suas associadas; de publicar periodicamente uma tabela de câmbios das moedas reconhecidas; de observar as variações das moedas reconhecidas e em caso de variação importante das taxas, de proceder à identificação dos períodos monetários.

**3.2.3. Método de Consolidação**

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa-mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias, nos termos definidos legalmente. De acordo com o previsto no Sistema de Normalização Contabilística, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do grupo sobre as quais a empresa exerce controlo, com excepção da TIP, ACE - Transportes Intermodais do Porto, para a qual foi utilizado o método de consolidação proporcional.

Assim, de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro 15, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de activos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos. No caso da aplicação do método de consolidação proporcional, observando os requisitos da norma contabilística e de relato financeiro 13, procedeu-se à soma dos activos, passivos, rendimentos e gastos da empresa participada apenas pela percentagem correspondente à participação da CP.

*Revisado*  
*João M. M. G.*

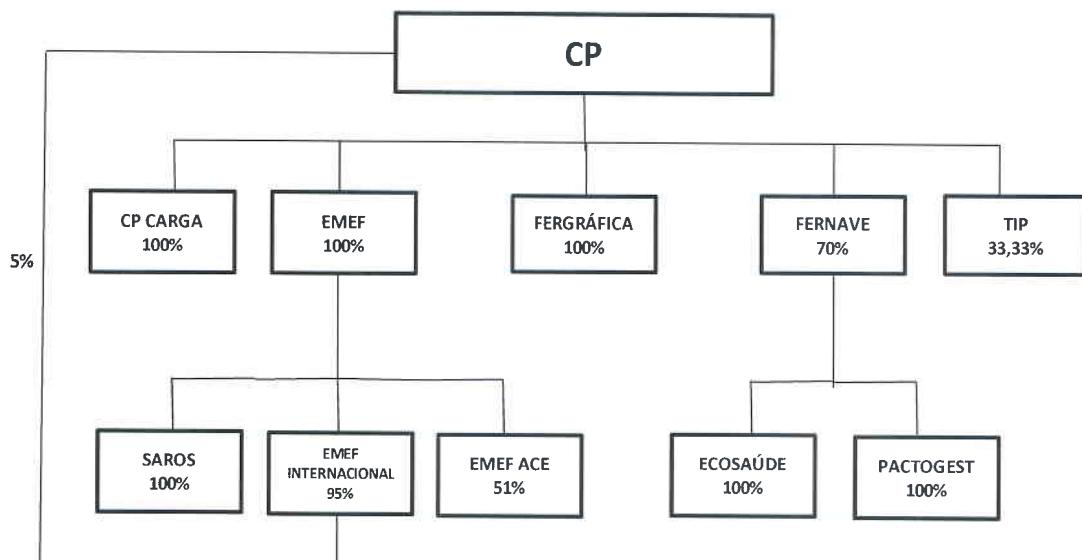


Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio, a identificação dos interesses minoritários e a eliminação dos saldos, transacções, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

meses  
já virá  
23 AG



### 3.2.4. Perímetro de Consolidação



#### a) Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, directa e indirectamente pelo Grupo, em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
CP Carga, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
Saros, Lda.	Amadora	EMEF, S.A.	100,00%	100,00%
EMEF Internacional, S.A.	Entroncamento	EMEF, S.A.	95,00%	-
		CP, E.P.E.	5,00%	-
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%	51,00%
Fernave, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	70,00%	70,00%
Ecosaúde, S.A.	Lisboa	Fernave, S.A.	100,00%	100,00%
Fergráfica, Lda.	Amadora	CP, E.P.E.	100,00%	100,00%
Pactogest, Lda.	Lisboa	Fernave, S.A.	100,00%	100,00%

**b) Empresas objecto de consolidação proporcional**

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método de consolidação proporcional, suas sedes e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
TIP, A.C.E.	Porto	CP, E.P.E.	33,33%	33,33%

**c) Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial**

As Sociedades incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de Dezembro de 2010, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de capital	% do capital detido 2010	% do capital detido 2009
STIFA - Transporte Intern. Ferroviário de Automóveis, S.A.	Alverca	CP, E.P.E.	22,50%	22,50%
TRANSCOM, S.A.R.L a)	Moçambique	FERNAVE, SA	22,00%	22,00%

a) Dado ser materialmente irrelevante, optou-se por registar a empresa pelo método de equivalência patrimonial.

**d) Outras participações**

Os Investimentos Financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus Justos Valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



### **3.2.5. Eliminações não efectuadas por serem materialmente irrelevantes**

Existem transacções entre empresas do Grupo, as quais foram objecto de identificação e correspondente anulação, tendo a margem, sempre que positiva, sido anulada.

## **3.3. Políticas contabilísticas relevantes**

### **3.3.1. Activos fixos tangíveis;**

#### **Reconhecimento e valorização**

##### **a) Activos fixos tangíveis afectos ao transporte de passageiros**

Os activos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009) a Entidade decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O Custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o activo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

*meus  
JLW  
HJ*

**Activos fixos tangíveis do Estado afectos às operações da CP e subsídios ao investimento**

Os activos fixos tangíveis da Entidade incluem activos propriedade do Estado (activos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes activos são de interesse público e quando não se encontram afectos à actividade operacional da empresa são restituídos ao Estado. Estes activos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

**b) Activos fixos tangíveis afectos ao transporte de mercadorias e aos restantes segmentos de actividade**

Os activos fixos tangíveis afectos ao transporte de mercadorias são detidos pela subsidiária CP Carga, SA e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Aquela política foi também adoptada no reconhecimento e mensuração dos activos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respectiva actividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada, na indústria gráfica e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O Custo inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o activo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos,

Os gastos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade. Todas as despesas com a manutenção e

reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### **Despesas de manutenção e reparação**

##### **Material circulante afecto ao transporte de passageiros:**

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em planos plurianuais são reconhecidas em activos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal;
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluem a transformação e modernização desta, são reconhecidas em activos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

##### **Material circulante afecto ao transporte de mercadorias**

- As despesas de reparação e manutenção correntes incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil caracterizam-se como REV, são deferidos no exercício em que ocorrem e reconhecidos como gastos com serviços e fornecimentos externos numa base plurianual. Estas intervenções programadas são em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivos monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida, efectuadas em intervalos de 6 e 8 anos.

*peus.  
Já m.  
as h.*

**Edifício e instalações fixas:**

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspecções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em activos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes activos tangíveis é da responsabilidade da Entidade durante o período em que estes estão afectos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

**Depreciação****a) Activos fixos tangíveis afectos à actividade de transporte de passageiros**

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais activos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<u>Descriutivo do bem</u>	<u>Número de Anos</u>
Edifícios e outras construções do Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções da CP	3 a 50
Equipamento básico	1 a 16
Material circulante:	
Locomotivas a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 10
Automotoras a diesel e eléctricas:	
- Componente Principal	17 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Vagões	3 a 35
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	1 a 18
Outros activos fixos tangíveis	1 a 20



Os activos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (activos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de Março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2 %, conforme o Decreto Regulamentar 25 / 2009 de 14 de Setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

#### **Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a Entidade por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a Entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

#### **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as



actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **Imparidade**

### **a) Material circulante afecto ao transporte de passageiros**

A CP EPE considera que, atenta a generalidade da natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado activo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP EPE considera que, o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um Activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um Activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na Demonstração de Resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do Activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

*perda h. j.  
Já m.  
as*



## **Locações**

A empresa classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um Activo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### **Locações operacionais**

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

### **Locações financeiras**

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no Activo e no Passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em Resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do Passivo em cada período.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Os activos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis.

*meus  
Júnior  
32*

## Activos Intangíveis

Os activos intangíveis da Entidade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A Entidade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indicam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do software para utilização.

Encontram-se registados ao custo de aquisição, são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

*peças  
Jm  
33*

### **3.3.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura**

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

#### **Contabilidade de cobertura**

A Entidade utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da NCRF 27 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pela Entidade. Uma relação de cobertura existe quando:

1- Designe e documente a relação de cobertura de tal forma que o risco coberto, o item de cobertura e o item coberto estejam claramente identificados e que o risco do item coberto seja o risco para que esteja a ser efectuada a cobertura com o instrumento de cobertura;

2- O risco a cobrir seja um dos riscos estabelecidos no parágrafo seguinte; e



3- A entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que estava a ser coberto, compensará praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

#### **Cobertura de risco de taxa de juro fixa**

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de risco de taxa de juro fixa ("cobertura de justo valor") são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

#### **Cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso**

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para cobertura de fluxo de caixa, são reconhecidas por contrapartida de reservas no capital próprio, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantém-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

*perder juros*

### **3.3.5. Outros Activos Financeiros**

A Entidade classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### **Activos financeiros ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade**

Os activos financeiros que satisfaçam as condições abaixo e que a entidade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado (utilizando o método da taxa de juro efectiva) menos qualquer perda por imparidade:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam:
  - De montante fixo,
  - De taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
  - Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

#### **Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:**

- Não possam ser liquidados em base líquida,
  - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
  - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- levar...  
ao longo...  
de*

Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

#### **Imparidade**

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos activos, e caso exista evidência objectiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

#### **Activos financeiros ao justo valor através dos resultados**

Os Investimentos Financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus Justos Valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

#### **3.3.6. Passivos Financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii)



subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

### **3.3.7. Entidades conjuntamente controladas**

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de activos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de activos correntes ou de uma perda por imparidade;

Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os activos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os activos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,

- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os activos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

### **3.3.8. Inventários**

Nas componentes de transporte ferroviário, as existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é

reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (materias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda.

A empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

#### ***Matérias-primas, subsidiárias e de consumo***

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

*meses inv.  
Já 25/4.*

O método adoptado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

#### ***Produtos e trabalhos em curso***

Encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efectuar a venda.

#### ***Produto acabado***

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados aos custos de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabado, a empresa tem adicionalmente em consideração o definido na NCRF 19 - Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

#### ***3.3.9. Contas a receber de clientes e outros devedores***

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida dos Resultados, sendo subsequentemente revertidas por Resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

*meus m's  
já 40*



### **3.3.10. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

### **3.3.11. Empréstimos e descobertos bancários**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no Passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo Justo Valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efectiva.

São classificados em Passivo Corrente montante em dívida dos contratos de financiamento que satisfaça qualquer um dos seguintes critérios:

- se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como Passivo não Corrente.

Desta forma, é classificado em Passivo não Corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

*meus  
Já  
as  
ky.*

### **3.3.12. Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

A Entidade também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

### **3.3.13. Transacções em moeda estrangeira**

#### **Moeda Funcional e de apresentação**

Os elementos incluídos nas Demonstrações financeiras da entidade são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

#### **Transacções e saldos**

As transacções em outras divisas, que não o Euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

*Revisor: Júnior  
42*

Em cada data de Balanço, os Activos e Passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na Demonstração dos Resultados do período.

Activos e Passivos não monetários registados de acordo com o seu Justo Valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o Justo Valor foi determinado.

### **3.3.14. Benefícios aos empregados**

A empresa possui um plano de benefícios definidos, que é um plano de pensões que define o montante do benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, em caso de acidente e mediante o cumprimento de determinadas condições, e normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço relativo ao plano é o valor presente da obrigação do benefício definido à data do balanço, deduzido do justo valor dos eventuais activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais não reconhecidos e custo de serviços passados. A obrigação do plano de benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

*meus m  
Jún as h*

Ganhos e perdas actuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas actuariais são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, excepto se as alterações no plano de pensões são condicionais à permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha recta ao longo do período em causa.

### 3.3.15. Reconhecimento do rédito

#### - Transporte de passageiros

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os Rendimentos decorrentes da actividade da CP são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constituiu um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinando a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar as que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes. Neste sentido a CP recebe anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

*meus m.  
Jóni 44  
ok*



#### - Transporte de Mercadorias

As receitas geradas neste segmento de actividade, referem-se à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias, concessão de espaços em infra-estruturas portuárias e licenças diversas, aluguer de equipamentos e outros serviços relacionados com o transporte de mercadorias, deduzidas de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu Justo Valor.

A prestação de serviço é normalmente concluída dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da actividade de transporte de mercadorias são reconhecidos na Demonstração dos Resultados, no momento em que o serviço seja prestado, o qual se refere à data da chegada ao destino, e quando for provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a Entidade.

#### - Manutenção de Material Circulante

No reconhecimento do rédito é aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a Empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que se serão prováveis que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2010, e às situações em que o desfecho de transacção não se encontrava fiavelmente estimado, a



EMEF considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

- Restantes áreas de actividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito comprehende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

### **3.3.16. Reconhecimento de Gastos e Rendimentos**

Os Gastos e Rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não

somente das transacções passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efectuada através da utilização da rubrica de Outras contas a receber e a pagar (Devedores e credores por empréstimos) e da rubrica de Diferimentos.

### **3.3.17. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

### **3.3.18. Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados**

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efectuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

### **3.3.19. Imposto sobre lucros**

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios

*meus  
Jó  
47*



Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 12.

### **3.3.20. Activos e passivos contingentes**

#### **Activos contingentes**

Um Activo Contingente é um possível Activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Activos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

#### **Passivos contingentes**

Um Passivo contingente surge quando exista:

Uma possível obrigação que surja proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

Uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para

*Willy*

*meus 48-05*  
*João*

*Ad*

liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo os mesmos divulgados no Anexo às respectivas Demonstrações, a menos que a possibilidade de uma exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

### **3.3.21. Acontecimentos Subsequentes**

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 30 de Junho de 2011, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 56.

### **3.4. Juízos de valor**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

Os juízos de valor que o Conselho de Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas da entidade e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras é a seguinte:

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os cash flows descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projecção futura

*meus 49.000*  
*2011*

*Sal*

das barreiras em causa, é determinada usando a curva de rendimentos actual.

### **3.5. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações. Ao efectuar a sua avaliação, o Conselho de Administração tomou em consideração que a situação dos mercados financeiros e a chamada "crise das dívidas soberanas" tem afectado o modelo de financiamento existente nas empresas do sector de transportes em Portugal, nomeadamente na CP. Antecipando a falta de liquidez do sector bancário doméstico, a CP fez uma emissão de dívida em 2009 suficiente para cumprir as suas necessidades de financiamento para 2010. Por força disso foi algo de críticas das inspecções oficiais a que a empresa está sujeita. Contudo aquelas opções permitiram uma elevada liquidez e a manutenção dos rating em nível A.

Com a queda do rating da república e escassez de liquidez no mercado interno, algumas disponibilidades contratadas vieram a ficar indisponíveis, tendo, estas causas externas, afectado negativamente o rating também da CP.

O Conselho de Administração, considerando as incertezas acima descritas, entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os factores adiante descritos.

A situação operacional da CP para 2011 apresenta sustentabilidade e na sequência das medidas já tomadas e em curso, esperamos obter neste ano um cashflow operacional positivo. Consideramos pois que os factores de sustentabilidade futura melhoraram. Contudo, o contexto é adverso mas devidamente suportado pelo Estado que tem garantido todo o seu apoio à empresa, quer avalizando directamente a sua dívida quer manifestando todo o seu apoio em caso de dificuldade. Adicionalmente, foram desenvolvidos contactos junto de das instituições financeiras no mercado interno e externo, bem como uma

*meus* *meus* *meus*  
*meus* *meus* *meus*  
*meus* *meus* *meus*



articulação com a DGT e o IGCP, apresentando a CP os meios financeiros para fazer face às necessidades de tesouraria estimadas no período de 12 meses, considerando as maturidades de dívida e saldos a pagar à data do balanço, ajustado de eventos subsequentes divulgados, as actuais expectativas de taxas de juro e o plano de investimento e operação da empresa.

Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa ao transportar cerca de 130 milhões de passageiros ano, como factor de importância vital para o funcionamento da actividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade da CP.

### **3.6. Principais pressupostos que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano seguinte são as que seguem:**

#### **Vida útil de activos fixos tangíveis**

A vida útil de um activo é definida em termos da utilidade esperada do activo para a entidade. A política de gestão de activos da entidade pode envolver a alienação de activos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no activo. Por isso, a vida útil de um activo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do activo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com activos semelhantes.

*meus  
m  
Já  
m  
ly*

### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

### **Cobranças duvidosas**

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela Grupo CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Reconhecimento do rédito**

No reconhecimento do rédito de serviços de construção de equipamento ferroviário o Grupo afere se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

*meus - 25/07/2014*  
*João*

*Re*

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a Empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que se serão prováveis que os custos incorridos serão recuperados, o crédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2010, e às situações em que o desfecho de transacção não se encontrava fiavelmente estimado, o Grupo considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

### **3.7. Principais fontes de incerteza das estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas acções que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os Resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que tenham um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o período contabilístico seguinte é a que segue:

#### **Vida útil de activos fixos tangíveis**

A vida útil de um activo é definida em termos da utilidade esperada do activo para a entidade, com base no conhecimento histórico e perspectivas futuras da utilização, as estimativas podem alterar com significância. A política de gestão de activos da entidade pode envolver a alienação de activos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no activo.

*meus in  
OJW M  
as*



#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efectuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

#### **Reconhecimento do rédito**

No reconhecimento do rédito de serviços de construção de equipamento ferroviário o Grupo afere se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado, o que lhe permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada da Empresa em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transacção como fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, a Empresa afere em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não exista indicadores que evidenciem que se serão prováveis que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto. Relativamente ao exercício de 2010, e às situações em que o desfecho de transacção não se encontrava fiavelmente estimado, o Grupo considerou não existirem indicadores que evidenciassem a recuperação dos custos incorridos.

#### **4. Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e

*Reb.*

*meus 54.08.13  
pjw*



pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2010 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

**4.1.** A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	384 338	382 145
Depósitos bancários	22 577 563	31 657 399
	<b>22 961 901</b>	<b>32 039 544</b>
Descobertos bancários (b)	- 178 059	- 50 752
Caixa e equivalentes (a)		223 000 000
	<b>22 783 841</b>	<b>254 988 792</b>

(a) Este montante encontra-se registado em Outros Activos Financeiros

(b) A EMEF considera os seus descobertos bancários como um financiamento obtido e, deste modo os valores não estão incluídos no saldo no final do período da Demonstração de Fluxos de Caixa (2009: € 4.358.357; 2010: € 7.616.763).

## **5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

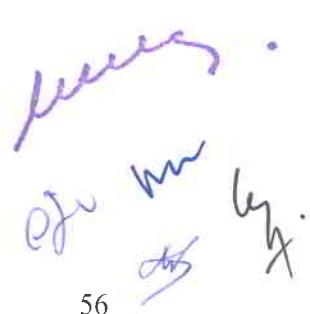
As presentes demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas, tendo as mesmas sido preparadas de acordo com as NCRF, conforme o explicado na nota 3.

*leitura*  
*João* *mais* *l*  
55 *ds*

## 6. Activos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	30.521.121	32.154.804
Edifícios e outras construções	104.779.360	119.849.619
Equipamento básico	1.897.200.935	1.985.013.769
Equipamento de transporte	4.299.461	4.705.500
Equipamento administrativo	22.667.853	22.838.243
Equipamentos biológicos	0	0
Outros activos fixos tangíveis	64.801.904	64.079.910
Investimentos em curso	3.633.497	12.546.913
Adiantamentos por conta de investimentos	4.192.271	3.216.983
	<b>2.132.096.401</b>	<b>2.244.405.742</b>
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	0	0
Depreciação acumulada de períodos anteriores	96.080.851	100.258.439
Perdas por imparidade do período	958.698.940	986.767.686
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4.097.454	170.321
Anulações do período	697.242	582.970
	<b>-1.323.329</b>	<b>-29.909</b>
	<b>1.058.251.158</b>	<b>1.087.749.507</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>1.073.845.243</b>	<b>1.156.656.235</b>


  
 08/04/2011



Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o ano 2010, são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações como detidos para venda	Activos classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias	Outras regularizações	Valores em Euros
									Saldo final
<b>Valor bruto:</b>									
Terrenos e recursos naturais	32.154.804	-	-	(244.411)	(1.389.272)	-	-	-	30.521.121
Edifícios e outras construções	119.849.619	467.924	-	-	(16.451.650)	(560.368)	2.050.211	(576.375)	104.779.360
Equipamento básico	1.985.013.769	15.769.166	-	(249.299)	(88.046.431)	(44.255.475)	28.969.204	-	1.897.200.935
Equipamento de transporte	4.705.500	27.170	-	(313.807)	-	(119.402)	-	-	4.299.461
Equipamento administrativo	22.838.243	162.638	-	(783)	-	(460.306)	128.521	(461)	22.667.853
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	64.079.910	723.867	-	-	(13.449)	11.576	-	-	64.801.904
Investimentos em curso	12.546.913	14.652.135	-	-	-	(23.225.240)	(340.312)	3.633.497	3.633.497
Adiantamentos por conta de investimentos	3.216.983	3.582.042	-	-	-	(10.831.687)	8.224.933	4.192.271	4.192.271
<b>2.244.405.742</b>	<b>35.384.941</b>	-	<b>(808.300)</b>	<b>(105.887.353)</b>	<b>(45.408.999)</b>	<b>(2.897.415)</b>	<b>7.307.785</b>	<b>2.132.096.401</b>	
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>									
Edifícios e outras construções	33.806.186	3.973.828	-	-	(5.184.327)	(560.368)	-	(58.729)	31.976.589
Equipamento básico	998.675.158	87.353.199	-	(249.299)	(78.603.836)	(42.857.888)	-	3.243	964.320.577
Equipamento de transporte	3.707.998	214.872	-	(311.940)	-	(119.402)	-	-	3.491.528
Equipamento administrativo	20.212.831	183.699	-	(735)	-	(459.151)	-	(1.362)	19.935.282
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	30.650.091	3.095.653	-	-	-	(13.449)	-	190	33.732.485
Act Fix Tang-Perdas Impar Acum -Equipam Básico	697.242	-	4.097.454	-	-	-	-	-	4.794.696
<b>Total</b>	<b>1.087.749.507</b>	<b>94.821.250</b>	<b>4.097.454</b>	<b>(561.975)</b>	<b>(83.788.163)</b>	<b>(44.010.258)</b>	<b>-</b>	<b>(56.658)</b>	<b>1.058.251.158</b>
									<b>1.073.845.243</b>

 Mário  
Góis  
57  
Mg.



À data de 31 de Dezembro de 2010, o valor dos activos fixos tangíveis financiados por contratos de locação financeira apresenta-se como se segue:

Rubrica	31-12-2010			31-12-2009			(valores em euros)
	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação /Imparidade	Valor líquido	
Terrenos e recursos naturais	39.405		39.405	39.405		39.405	
Edifícios e outras construções	296.039	(40.808)	255.231	296.039	(34.546)	261.493	
Equipamento básico	599.670	(228.389)	371.281	599.670	(142.721)	456.949	
Equipamento de transporte	14.700	(2.756)	11.944	12.614	(9.986)	2.628	
	<b>949.814</b>	<b>(271.953)</b>	<b>677.861</b>	<b>947.728</b>	<b>(187.253)</b>	<b>760.475</b>	

A 31 de Dezembro de 2010 os seguintes activos fixos tangíveis foram dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(em euros)	
Descrição do imóvel	Passivo
Automotoras	472.844.625
Carruagens	10.353.730
Locomotivas	159.827.093
<b>Total</b>	<b>643.025.448</b>

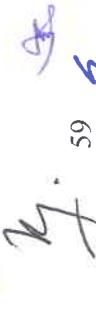
## 7. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
<b>Valor Bruto:</b>			
Despesas de Investigação e desenvolvimento	1 904 557	1 299 014	
Programas de Computador	1 299 316		
Propriedade Industrial e Outros Direitos	545 436	545 436	
Activos intangíveis em curso	399 155		
	<b>3 749 308</b>	<b>2 243 604</b>	
<b>Amortização acumulada e imparidade</b>			
Amortização do período	1 357 390	291 984	
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 434 770	1 142 786	
Perdas por imparidade do período			
Perdas por imparidade de períodos anteriores			
	<b>2 792 160</b>	<b>1 434 770</b>	
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>957 148</b>	<b>808 834</b>	



							(valores em euros)	
	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	abates	transferências	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>								
Despesas de Investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	1 299.014	1 299.316	-	-	-	-	-	1 904.557
Propriedade Industrial e Outros Direitos	545.436	-	-	-	-	-	-	1.299.316
Activos intangíveis em curso	399.155	-	-	-	-	-	-	545.436
	2.243.604	1.299.316	-	-	-	-	-	3.749.308
<b>Amortização acumulada e imparidade</b>								
Amortização do período	291.984	1.065.406	-	-	-	-	-	1.357.390
Amortização acumulada de períodos anteriores	1.142.786	839.027	-	-	-	-	-	1.434.770
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.434.770	1.904.433	-	-	-	-	-	2.792.160
<b>Total</b>	<b>808.834</b>							<b>957.148</b>

  
 M. 59

### 8. Participações financeiras - método da equivalência patrimonial

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-12-2010			31-12-2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
STIFA, SA	Investimento	81 908	-	81 908	81 908	-	81 908
		81 908	-	81 908	81 908	-	81 908

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
<b>Valor bruto</b>						
STIFA, SA	81908					81908
	81908	0	0	0	0	81908
<b>Imparidade</b>						
STIFA, SA	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	81908					81908

*verso*  
Edm 60 m/4.

A informação financeira resumida referente às associadas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Activos	Passivos	Capital Proprio	Rendimentos	Resultado líquido
STIFA, SA	22,5	31-12-2009	878.547	877.977	3.570	485.932	-263.653

verso  
Dir  
61





## 9. Participações financeiras - outros métodos

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	Método	31-12-2010			31-12-2009	
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade
OTLIS, ACE	Custo de aquisição	409.976	-400.000	9.976	829.976	-820.000
MLM, SA	Custo de aquisição	12.721	-	12.721	12.721	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249.399	- 249.399	-	249.399	- 249.399
EDEL, LD <sup>a</sup>	Custo de aquisição	79	-	79	79	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3.595	-	3.595	3.595	-
ICF	Custo de aquisição	382.269	-	382.269	382.269	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	18.805.371	-	18.805.371	18.805.371	-
BCC	Custo de aquisição	1.460	-	1.460	1.460	-
APOR	Custo de aquisição	5.000	-	5.000	5.000	-
FUNDACÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31.944	- 31.944	-	31.944	- 31.944
INEGI	Custo de aquisição	2.500	- 2.500	-	2.500	- 2.500
SAER, Lda.	Custo de aquisição	100.000	- 100.000	-	100.000	- 100.000
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388.280	- 388.280	-	388.280	- 388.280
Obrigações SONEFE 5% 1959 - 2 <sup>a</sup> emissão	Custo de aquisição	504	- 504	-	504	- 504
Obrigações SONEFE 2% 1960- 3 <sup>a</sup> emissão	Custo de aquisição	1.132	- 1.132	-	1.132	- 1.132
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	Custo de aquisição	5.038	- 5.038	-	5.038	- 5.038
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-
Outros	Custo de aquisição	2.500	-	2.500	-	-
		20.402.429	- 1.178.797	19.223.633	20.819.929	- 1.598.797
						19.221.133

(valores em euros)

*meses*  
*dez*  
*62*

*66*

(valores em euros)						
Valor bruto	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
OTLIS, ACE	829.976				(420.000)	409.976
MLM, SA	12.721					12.721
METRO DO PORTO, SA	249.399					249.399
EDEL, LD <sup>a</sup>	79					79
METRO-MONDEGO, SA	3.595					3.595
ICF	382.269					382.269
EUROFIMA	18.805.371					18.805.371
BCC	1.460					1.460
APOR	5.000					5.000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31.944					31.944
INEGI	2.500					2.500
SAER, Lda.	100.000					100.000
TRANSCOM, S.A.	388.280					388.280
Obrigações SONEFE 5% - 1959 - 2 <sup>a</sup> emissão	504					504
Obrigações SONEFE 5% - 1960 - 3 <sup>a</sup> emissão	1.132					1.132
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	5.038					5.038
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662					662
Outros	-	2.500				2.500
	20.819.929	2.500	-	-	(420.000)	20.402.429
<b>Imparidade</b>						
OTLIS, ACE	(820.000)					(400.000)
METRO DO PORTO, SA	(249.399)					(249.399)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31.944)					(31.944)
INEGI	(2.500)					(2.500)
SAER, Lda.	(100.000)					(100.000)
TRANSCOM, S.A.	(388.280)					(388.280)
Obrigações SONEFE 5% - 1959 - 2 <sup>a</sup> emissão	(504)					(504)
Obrigações SONEFE 5% - 1960 - 3 <sup>a</sup> emissão	(1.132)					(1.132)
Obrigações SOC. HIDRO. REVUÉ 5% - 1959	(5.038)					(5.038)
	(1.598.797)	-	-			420.000
						(1.178.797)
<b>Total</b>	<b>19.221.133</b>					<b>19.223.633</b>

honey, the m 63 67. 68

15



## 10. Accionistas/sócios

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo não corrente</b>		
	-	-
<b>Activo corrente</b>		
Resultados Atribuídos - Out. Empresas	55 738	9 744
Outras Operações	7 913	78 302
	63 651	88 046
<b>Passivo não corrente</b>		
	-	-
<b>Passivo corrente</b>		
Outras Operações	-	19 032
	-	19 032
<b>BALANÇO</b>	63 651	69 014

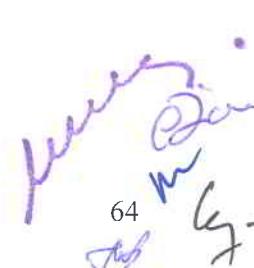
A 31 de Dezembro a rubrica de Resultados Atribuídos reflecte os dividendos atribuídos pela OTLIS.

## 11. Outros activos financeiros e activos detidos para negociação

O detalhe destas rubricas é analisado como segue:

(Valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo não corrente</b>		
	-	-
<b>Activo corrente</b>		
Outros Activos e Passivos Financeiros	-	223 000 000
	-	223 000 000

  
 64  
 65

(valores em euros)

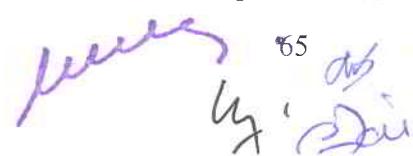
Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activo não corrente</b>		
	-	-
<b>Activo corrente</b> Derivados potencialmente favoráveis	50 617 865	29 903 381
	50 617 865	29 903 381

## 12. Impostos sobre o rendimento

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA e a SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A Fernave, por seu lado, é a empresa dominante de um grupo de sociedades também tributado de acordo com o regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, constituído para além da própria Fernave pelas empresas Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. e pela Pactogest - Prevenção, Controlo e Tratamento de Dependências Sociais, Unipessoal, Lda.

Relativamente a Impostos sobre o Rendimento, o Grupo CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido





pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados que em 31 Dezembro de 2009, ascendem na CP, a €1.108.334.279,17 e na Fernave a €9.662.812,04.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico consolidado foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2010, única matéria tributável apurada no exercício, e que representa um montante total de €407.957,43:

Empresa	Imposto s/Rendimento
CP	268.267,98
Carga	65.467,70
Fernave	11.072,26
Ecosaúde	6.104,81
Fergráfica	2.841,15
Pactogest	5.701,48
Emef	46.529,84
Tip	566,58
Saros	174,92
Emef ACE	1.211,00
Emef Internacional	19,71
	<b>407.957,43</b>

*meus  
já  
66*



### 13. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	358 711	445 039
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	50 107 522	49 475 931
Produtos acabados e intermédios	1 360 812	1 030 306
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-
Produtos e trabalhos em curso	2 664 620	1 326 124
Reclassificação e regularização de inventários	57 879	164 527
Adiantamentos por conta de compras	1 899 169	3 292 336
	<b>56 448 713</b>	<b>55 734 263</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	-1 142 986	-1 108 997
Imparidades de períodos anteriores	-12 458 927	-11 349 930
	<b>-13 601 913</b>	<b>-12 458 927</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>42 846 800</b>	<b>43 275 336</b>

O movimento das imparidades de inventários é analisado como segue:

	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Reversão</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imparidades de inventários</b>				
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12 028 825	1 095 205	57 063	13 066 967
Produtos acabados e intermédios	430 102	104 844	-	534 946
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
	<b>12 458 927</b>	<b>1 200 049</b>	<b>57 063</b>	<b>13 601 913</b>



As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, registadas no ano 2010 (como reforço às perdas de inventários registadas em anos anteriores) ascendem a 1.095.205 euros, e as relativas a produtos acabados e intermédios a 104.844 euros. Para o seu cálculo, foram utilizados os seguintes critérios:

- Material Motor e Automotor que consta do Programa de Abate de Locomotivas Eléctricas 2500/2550 - Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Obsoleto - Imparidade de 100%;
- Materiais cuja classe de stock é Mono EMEF e Mono CP, sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, e com algum consumo - Imparidade de 50%;
- Materiais sem consumo há 5 ou mais anos - Imparidade de 100%, há 4 anos - Imparidade de 60% e há 3 anos - Imparidade de 50%, afectos a Vagões, Carruagens, materiais genéricos de aplicação em diversas séries e equipamentos;
- Materiais cuja classificação da Série de Material/equipamentos pertence a Carruagens - Imparidade de 10%;

Para os restantes materiais, foi considerado um critério de imparidade de 1% a 5% correspondente ao histórico de depreciação face ao custo de aquisição.

As reversões por imparidade de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo, no montante de 57.063 euros devem-se, na sua maioria, a abates de inventários ocorridos no ano 2010 classificados como Obsoletos e já objecto de perdas por imparidade em anos anteriores





## 14. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	30.039.883	31.985.194
...		
Clientes - títulos a receber	26.661	26.661
Clientes - Cobrança Duvidosa	41.392.165	36.217.218
	71.458.709	68.229.073
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-4.546.486	-6.421.621
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-36.884.765	-30.477.656
	-41.431.251	-36.899.277
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>30.027.458</b>	<b>31.329.796</b>

Em 2010, os clientes com saldos de maior expressão nesta rubrica foram:

- Transporte de passageiros: REFER (1 902 m€); CARRIS (341 m€) e DGAI - 330 m€.
- Transporte de mercadorias: CIMPOR (2.226 m€); Conteparque (1.646 m€); MSC (1.519 m€) e Tejo Energia (1.348 m€).
- Manutenção de material circulante: Prometro, S.A. (1.643 m€); Metro da Área Metropolitana do Porto (767 m€); e Rede Ferroviária Nacional REFER, EP (453 m€).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

	(valores em euros)			
Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
<b>Perdas por imparidade</b>				
Clientes gerais	36.899.277	6.409.443	-1.877.469	41.431.251
	36.899.277	6.409.443	-1.877.469	41.431.251

Nas perdas por imparidade está incluída a dívida do Ministério da Defesa Nacional, respeitante ao transporte de militares, forças militarizadas e equiparados em regime bonificado ao abrigo da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, que em 31 de Dezembro de 2010



apresenta um montante acumulado de € 33.757.361, com a seguinte antiguidade:

(valores em euros)					
Dívida até 31 Dez. 2006	Dívida de 2007	Dívida de 2008	Dívida de 2009	Dívida de 2010	Total Geral
21 178 355	3 635 071	3 824 340	2 905 200	2 214 394	33.757.361

No que respeita á área de actividade de Manutenção de Material Circulante, no aumento da rubrica perdas por imparidade de clientes não há uma alteração considerada significativa, sendo no entanto de realçar, em termos dos montantes envolvidos, o peso dos clientes Município de Mangualde e Marginal - Industria Metalomecânica, S.A. responsáveis, respectivamente, por 44% e 35% do total do acréscimo verificado.

De realçar ainda, o Metropolitano Ligeiro de Mirandela que, com um montante inferior, apresenta um elevado número de documentos em dívida e tem manifestado desde finais de 2008 alguma dificuldade em respeitar os seus compromissos de pagamento para com a EMEF.

No que concerne a reversões, foram motivadas pela regularização do pagamento de alguns documentos de 2008 e 2009 pelo cliente Metropolitano Ligeiro de Mirandela e ao acordo, com o intuito de manter as boas relações comerciais, estabelecidas com a AP Amoníaco de Portugal, S.A. relativo ao incidente com uma cisterna, que se encontrava em contencioso, tendo a EMEF assumido 50% do custo da reparação e o cliente os restantes 50%.

*meus  
Já  
h*



## 15. Adiantamentos a fornecedores

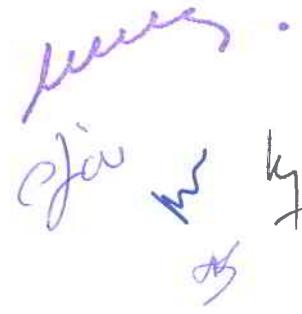
A rubrica de adiantamentos a fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
<b>Valor Bruto:</b>			
SISCOG-SISTEMAS COGNITIVOS, LDA.	128 391	128 391	
NEC PORTUGAL-TELECOM.E SISTEMAS,SA	18 263		
REDE FERROV. NACIONAL REFER EPE	2 120	2 120	
	<b>148 774</b>	<b>130 511</b>	
<b>Imparidades acumuladas</b>			
Imparidades do período			
Imparidades de períodos anteriores			
	-	-	
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>148.774</b>	<b>130.511</b>	

## 16. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Activo	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
Imposto sobre o rendimento	2.547.292	2.861.412	
Imposto em reclamação	5.203	5.203	
IVA a recuperar	4.731.585	4.618.504	
IVA reembolsos pedidos	2.974.561	5.507.981	
Outros Impostos	911.657	884.100	
Contribuições Seg Social CNP	307.938	240.543	
	<b>11.478.236</b>	<b>14.117.743</b>	
<b>Passivo</b>			
Imposto sobre o rendimento e retenções	1.865.397	1.812.467	
IVA a pagar	2.939.419	1.706.793	
Outros Impostos	13.031	-5.034	
Contribuição p/Seg. Social	3.129.414	3.234.197	
	<b>7.947.261</b>	<b>6.748.423</b>	


  
 meses  
 já  
 não  
 é



As principais variações descrevem-se como segue: diminuição dos montantes retidos na fonte para entregar ao estado derivado da redução de volume de facturas contabilizadas com retenção na fonte, decréscimo do volume de facturas recebidas de fornecedores que resultou numa diminuição do volume do IVA Dedutível (IVA a recuperar Nov. e Dez.2010) e decréscimo do volume de facturas recebidas de fornecedores que resultou numa diminuição do volume do IVA Dedutível (IVA a recuperar Julho a Out.2010).

Ainda nos valores apresentados relativos ao imposto sobre o rendimento, de referir o montante do PEC do Grupo, para os quais se aguarda o reembolso.

## 17. Outras contas a receber

A rubrica de Outras contas a receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
<b>Valor Bruto:</b>			
Outros Devedores - Pessoal	187.340	286.366	
D.Diversos - c/c	42.475.484	33.198.993	
Devedores por acréscimos de receitas	3.836.078	2.522.591	
	46.498.902	36.007.950	
Imparidade acumulada			
Imparidade do período - Out dív terceiros	-282.397	-262.755	
Imparidade de períodos anteriores-O dív terceiros-CP e MLP	-7.136.532	-6.873.777	
	-7.418.929	-7.136.532	
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>39.079.973</b>	<b>28.871.418</b>	

A rubrica de devedores diversos tem como principal componente as dívidas do Governo da Argentina no âmbito da venda de locomotivas aquele país no, no montante de 4.869.000€; dívida do MOPTC no valor de 2.743.000€; Refer (3.776.000€); Metro Ligeiro de Mirandela (1.019.000€) e Renfe (7.925.000€).

*meio*  
*João*  
*W*  
*Y*  
*ab*



Contribuem para a variação o aumento das dívidas da REFER (€2 389 381), da Renfe (€8 376 419), do Metro Mondego (€1 647 528) e de Outros Devedores (€2 685 681).

## 18. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
<b>Activo</b>			
<i>Gastos a reconhecer</i>			
Diferim - Gast Reconh - Dif Câmbio-Outras	2 446 951		
Diferim - Gast Reconh - Outros-Diversos	13 074 693	6 397 330	
Diferim - Gast Reconh - Rendas	31 487	26 163	
Diferim - Gast Reconh - Rev's	18 152 360	18 479 624	
	33 705 491	24 903 117	
<b>Passivo</b>			
<i>Rendimentos a reconhecer</i>			
Difer- Rend a Reconh.- Fact.p/Conta-Trab.a Real.	239 503	55 838	
Diferim - Rend a Reconhecer - CPLX	1 458 123	885 670	
Diferim - Rend Reconhecer - POEFDS_PORLVT	74 831	74 831	
Diferim - Rend Reconhecer - Sub Proj Exploração	455	455	
Diferim - Rend Reconh - Outros Dif- Rendim Reconh	6 135 533	5 019 000	
	7 908 445	6 035 794	

A maior variação diz respeito ao aumento dos gastos a reconhecer pelo diferimento de juros e outros encargos com os empréstimos obrigacionistas e POLO II e III (€+6 675 022).

Ainda nesta rubrica, de realçar os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante (REV's), que não aumentam a vida útil do bem, e são diferidos no exercício em que ocorrem e reconhecidos como gastos com serviços e fornecimentos externos numa base plurianual.

*peões.  
Já vly.  
M*

**19. Activos/Passivos não correntes detidos para venda**

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Activos</b>		
Terrenos e recursos naturais	1 389 272	381 580
Edifícios e outras construções	11 267 391	768 420
Equipamento básico	8 372 764	-
	21 029 426	1 150 000
<b>Passivos</b>		
	-	-
	-	-

**Transporte de passageiros**

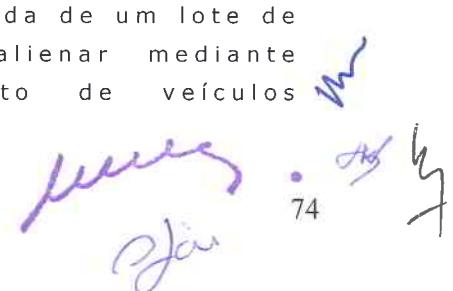
Em 8 de Setembro de 2010, o Conselho de Administração da CP propôs à tutela a venda dos edifícios dos terminais fluviais do Terreiro do Paço e do Barreiro, afectos à exploração da ligação fluvial Lisboa/Barreiro, constantes do Anexo B, do Despacho Conjunto n.º 261/99, publicado no DR, 2.ª Série, de 24 de Março de 1999. Esta proposta sustentou-se, no facto de estes activos não constituírem activos afectos à actividade de transporte ferroviário de passageiros. O valor previsto para alienação corresponde ao valor líquido contabilístico à data de 31/12/2010.

O Conselho de Administração decidiu proceder à alienação de material circulante que não se revela necessário à operação. Parte deste material (euro 381.838, correspondente a locomotivas eléctricas, unidades triplas eléctricas e carruagens) apresenta venda contratada com o Governo da Argentina, nos termos do 3º adicional ao contrato quadro, sendo o remanescente (euro 8.406.767, relativo a 31 locomotivas eléctricas) objecto de anúncio público de venda, em curso.

Com base nos valores estimados de venda, e considerando a decisão tomada, a CP registou uma perda de imparidade de Euro 1.069.830.

**Transporte de mercadorias**

O Conselho de Administração decidiu em 2010 a venda de um lote de 221 vagões não necessários à actividade, a alienar mediante concurso público de venda e desmantelamento de veículos



meus. 74  
Jas



ferroviários. O valor de venda destes vagões foi superior ao seu valor contabilístico, não originando o registo de imparidades.

Durante o ano em análise foi ainda decidido colocar no mercado, com a intenção de alienação, a actual sede da participada Fernave, situada na Rua Castilho nº3 e de alienar o edifício situado na Calçada da Glória, nº 6 a 12, na freguesia de São José, concelho de Lisboa (cuja escritura de alienação foi realizada no dia 29 de Novembro de 2010).

Tendo como base estas decisões e, dado que todos os pressupostos indicados na NCRF 8 se verificaram satisfeitos, os respectivos valores contabilizados como activos fixos tangíveis foram devidamente transferidos para activos não correntes detidos para venda (ver nota 6).

## **20. Capital realizado**

O n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 260/76, ao definir o capital estatutário das empresas públicas como sendo o conjunto das «dotações e outras entradas patrimoniais do Estado e demais entidades públicas destinadas a responder a necessidades permanentes da empresa» consagrou o princípio da adequação do capital estatutário às necessidades permanentes da empresa.

O capital estatutário de 1.995.317.000 euros, detido a 100% pelo Estado português na sequência do processo de nacionalização efectuada nos termos do Decreto-Lei nº205-B/75 de 16 de Abril, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2010.

## **21. Reservas legais**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

*meus. M.  
Edu. M.  
75*



Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem utilização para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

## 22. Outras reservas

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## 23. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de €-70.848.690 euros.

## 24. Ajustamentos em activos financeiros

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Relacionados com o método da equivalência patrimonial:		
Ajustamentos de transição	202.901	202.901
Lucros não atribuídos	2.686.964	2.686.964
Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas	-73.233	-73.233
	2 816 632	2 816 632



## 25. Outras variações no capital próprio

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		
Ajustamentos por impostos diferidos		
Subsídios	208.361.740	222.502.620
Saneamento financeiro	91.357.368	91.357.368
Outras		
	299.719.108	313.850.988

Os subsídios reconhecidos pela empresa apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Reservas Subsídios - ILD'S	1.755	1.755
Reservas Subsídios - Material Circulant	2.254.918	2.625.760
FEDER-Sub Proj 12UQE	10.209.265	11.083.199
PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	6.254.954	6.602.450
FEDER-Sub Proj 12+4UQE	17.095.563	18.045.308
Sub Proj T Multimodais G Inform	0	66.227
PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	5.556.692	6.668.031
PIDDAC-Sub Proj 19UDD	738.707	789.568
PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	1.106.643	1.203.943
PIDDAC-Sub Proj 42UQE	622.231	662.135
PIDDAC-Sub Proj 34UME	24.365.980	25.453.410
PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	22.746.867	24.405.045
PIDDAC-Sub Proj Convel	97.456	222.198
PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	1.067.283	1.181.635
PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	447.233	496.282
PIDDAC-Sub Proj Radio Solo Comb	179.495	283.929
PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	21.565.723	22.215.946
PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	4.698.849	5.280.154
PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	357.895	385.783
PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	2.814.125	2.898.338
FEDER-Sub Proj 19UDD	1.526.995	1.632.147
FEDER-Sub Proj 21ALLAN	2.161.843	2.351.931

*meus  
já  
mky.  
ns*



FEDER-Sub Proj 34UME	43.385.637	45.319.984
FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	29.278.228	31.424.282
FEDER-Sub Proj Convel	527.906	1.007.946
FEDER-Sub Proj Reabil 3Aut	148.537	164.405
FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	2.104.382	2.249.898
FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	1.035.916	1.149.528
FEDER-SubProj57COR-Homologação	771.304	887.367
FEDER-Sub Proj PRODOURO	51.722	85.889
FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	758.702	817.821
FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	1.392.370	1.566.584
FEDER-Bilhét s contacto-CPLX-Homol	1.971.663	1.971.663
FEDER-Subsíd Ramais Partic Mercad	364.765	364.765
FEDER - Fernave	694	10.861
FEDER - TIP	699.441	926.452
	208.361.740	222.502.621

## 26. Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Efeito de Desconto	Saldo Final	(Valores em euros)
Impostos							
Garantias a clientes							
Processos judiciais em curso	28 890 042	438 620		25 821 792		3 506 870	
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	12 426 504	395 854		1 022 534		11 799 824	
Acidentes ferroviários	855 100	267 266		441 205		681 161	
Outras	1 250 076	191 985		389 724		1 052 337	
	43 421 722	1 293 725	-	27 675 255	-	17 040 192	

A principal variação ocorreu no saldo da Provisão para Processos Judiciais em Curso com o registo de uma reversão para o processo da Alfândega de Aveiro (-25 649 me).

As provisões para processos judiciais em curso inclui essencialmente os seguintes processos:

- Processo instaurado contra a EMEF pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, no montante 492.427 euros;
- Processo instaurado contra a EMEF e outros réus no âmbito de acidente ocorrido em 2008 na Linha do Tua, no montante de 192.201 euros;



- Processos judiciais instaurados por trabalhadores e ex-trabalhadores, e pela Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

## 27. Financiamentos obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

	31-12-2010	31-12-2009
<b>Não corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	673.513.321	784.092.420
Locações financeiras	6.074.945	1.741.841
Empréstimos por obrigações	950.000.000	750.000.000
Mercado de valores mobiliários	0	0
Participantes de capital	0	0
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0	0
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos	0	0
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Outros financiadores	1.374.800.000	1.262.300.000
	3.004.388.266	2.798.134.261
<b>Corrente</b>		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	287.400.514	80.380.680
Descobertos bancários	7.794.823	4.409.109
Locações financeiras	878.983	0
Mercado de valores mobiliários	0	0
Participantes de capital	0	0
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0	0
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos	0	0
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0
Outros financiadores	137.683.153	552.478.766
	433.757.473	637.268.555
	3.438.145.739	3.435.402.816

As maiores variações ocorreram ao nível dos empréstimos obrigacionistas (+200 000 me), dos empréstimos da Banca de curto prazo (+68 700 me), conjugadas com as amortizações de empréstimos de outros financiadores, nomeadamente da Eurofima (-412 116 me).

A generalidade dos empréstimos de financiamento obtidos pela CP estão sujeitos à manutenção do controlo accionista por parte do Estado Português, existindo também financiamentos para os quais foi obtido aval específico.

*meus  
Dinis  
M  
T*



A análise da rubrica de Financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

	(valores em euros)	
	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	287.400.514	80.380.680
De 1 a 5 anos	395.811.570	319.189.357
A mais de 5 anos	277.701.751	467.583.063
Locações financeiras		
Até 1 ano	878.983	
De 1 a 5 anos	9.619	1.741.841
A mais de 5 anos	6.065.325	
Descobertos Bancários		
Até 1 ano	7.794.823	4.409.109
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	250.000.000	250.000.000
De 1 a 5 anos	700.000.000	500.000.000
Mercado de valores mobiliários		
Até 1 ano	1.374.800.000	1.262.300.000
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Até 1 ano		
De 1 a 5 anos		
A mais de 5 anos		
Outros		
Até 1 ano	137.683.153	549.798.767
	3.438.145.738	3.435.402.817

*meus  
já m  
as*



À data de 31 de Dezembro de 2010, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos bancários	43.535.908	47.269.241	46.188.733	245.942.688	42.680.188	425.616.758
Locações financeiras						0
Empréstimos por obrigações	250.000.000					250.000.000
Mercado de valores mobiliários						0
Participantes de capital						0
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos						0
Outros participantes - Suprimentos e outros mútuos						0
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						0
Outros financiadores	150.500.000	162.500.000	264.780.000	358.900.000	75.000.000	1.011.680.000
	444.035.908	209.769.241	310.968.733	604.842.688	117.680.188	1.687.296.758

## 28. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro, foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados e reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de rendimento:** assumiu-se uma taxa de rendimento de 4,5%, que representa uma taxa de rentabilidade real de longo prazo de 3,5% face ao crescimento das pensões.

*meus* • *81*  
*Jo* *4*

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábuia francesa TV 88/90

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma: pensões pagas até aos 65 anos.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2010.

## 29. Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:  
(valores em euros)

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Não corrente</b> Credores por subscrições não liberadas Fornecedores de Investimento	-16 768 074	-14 153 349 - 40 563
...	-16 768 074	-14 193 912
<b>Corrente</b> Outros devedores e credores Credores por acréscimo de gastos	-12 579 354 -85 790 468 -98 369 822	-15 651 047 -65 343 910 -80 994 957

A variação na rubrica de Outras Contas a Pagar justifica-se essencialmente pelo aumento dos encargos com a especialização de juros de empréstimos (9 587 me) e pelo aumento da especialização de diversos FSE's (9 715 me), donde se destacam os encargos com o Acordo CP/Renfe (+9 183 me).

Na área de transporte de mercadorias, registou-se um aumento dos encargos especializados com a taxa de utilização de infra-estrutura (+2.814 me) e de outros FSE's (+2.147 me) de onde se destaca a especialização de créditos a emitir a clientes em 2011, relativos a



bonificações por transporte de mercadorias efectuado em 2010 (+ 1.768 me).

### 30. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
Fornecedores c/c			
Gerais	36 151 299	40 908 982	
Fornecedores de investimento	2 795 561	5 367 780	
Facturas em recepção e conferência	377 651	- 237 495	
	39 324 511	46 039 267	

As principais variações desta rubrica explicam-se essencialmente pelos decréscimos das dívidas à REFER (-4 987), EDP (-1 206) e pela diminuição dos fornecedores de investimento (-2 572 me).

### 31. Passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009	(valores em euros)
Derivados potencialmente desfavoráveis	169 422 785	204 734 646	
	169 422 785	204 734 646	

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da valorização da carteira de Derivados em 31 de Dezembro 2010, comparativamente a igual período do ano anterior.

*peões  
já  
h*



(valores em euros)

	<b>31-12-2010</b>	<b>31-12-2009</b>
BNP Paribas	-2.086.709,60	-3.723.256
Deutsche Bank	-317.109,06	1.099.756
JP Morgan	-24.193.175,76	-37.377.629
Barclays	23.573.358,84	27.878.428
Citigroup	-407.427,58	924.933
BES	-91.142.513,45	-104.746.495
BNP Paribas	-41.796.515,84	-45.066.487
RBS/ABN	-3.828.142,49	-2.153.271
RBS/ABN	-	-1.695.516
Barclays	-5.651.191,02	-4.509.790
CBI	-	-715.357
Citigroup	27.044.323,93	-4.746.845
	<b>-118.805.102,03</b>	<b>-174.831.529,21</b>

### 32. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Vendas</b>		
Produtos acabados intermédios	804.520	385.640
Outros	402.378	397.270
<b>Prestações de Serviços</b>		
Passageiros	219.220.197	224.364.145
Mercadorias	59.284.724	58.299.625
Outros	5.393.023	6.303.970
	<b>285.104.842</b>	<b>289.750.650</b>

A variação resulta essencialmente da diminuição do transporte de passageiros (-5 144 me).

### 33. Subsídios à exploração

Durante o período foram reconhecidos em rendimentos os seguintes subsídios à exploração.



Descrição	2010	2009
Subsídios à exploração	34.782.052	35.158.605
Sistema Aprendizagem	133.943	139.710
IFP-Escola Aprendizagem	255.364	384.139
Outros	3.200	4.181
	35.174.559	35.686.635

São atribuídas anualmente à CP, via dotação no Orçamento do Estado, subvenções, as quais se decompõem em:

- Subvenções respeitantes à "obrigação de transportar", as quais se destinam a compensar a CP pelo facto de praticar preços bonificados no serviço de transporte de passageiros, correspondendo a 50% do preço do transporte;
- Subvenções respeitantes à "obrigação de explorar", as quais se destinam a compensar a CP pela imposição de exploração de linhas e ramais de reduzido tráfego, correspondendo à diferença entre proveitos e custos associados à exploração daquelas linhas e ra
- Subvenções respeitantes à "obrigação tarifária", as quais se destinam a compensar a CP pela prática de tarifas mais baixas, correspondendo à diferença entre proveitos e custos nos serviços suburbanos e regionais;

Os subsídios à exploração concedidos á EMEF, em 2009 e 2010, estão relacionados com incentivos à investigação recebidos no âmbito do projecto SAFERAIL. Este projecto, com duração de 3 anos, teve início em Outubro de 2008, insere-se no Sétimo Programa Quadro (FP7) da União Europeia e tem por objectivo o desenvolvimento e implementação de dois novos sistemas de inspecção não destrutiva de rodados. O financiamento máximo das despesas elegíveis é de 50% para Actividades de I&D e 100% para Outras Actividades. Em concreto, o Projecto SAFERAIL, tem um subsídio previsto no valor de 113.500 euros, 75% dos quais já foram recebidos através de 3 tranches em

*mais* *85*  
*ej* *85* *g.*



2009 e uma tranche em 2010. Os restantes 25% serão entregues no final do projecto, que ocorrerá em Setembro de 2011.

#### 34. Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção nos materiais circulantes de transporte de passageiros e de mercadorias e é analisada como se segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
<b>Transporte de passageiros</b>		
Activos fixos tangíveis	15.754.694	22.624.069
<b>Transporte de mercadorias</b>		
Activos fixos tangíveis	14.266.080	
<b>Outros</b>	10.407	81.393
<b>Total</b>	<b>30.031.181</b>	<b>22.705.462</b>

As variações ocorridas na rubrica de Activos Fixos Tangíveis são justificadas pela conclusão em 2009 de grande parte dos trabalhos para a própria empresa que se efectuaram no decorrer de 2009, pela empresa EMEF, todos eles efectuados pela Unidade de Novos Projectos, para suporte ao Projecto de Fabrico de Vagões, nomeadamente:

- Fabrico Gabarits vagões SGNS;
- Fabrico Gabarits vagões LGNS;
- Extensão Caminho Rolamento Pontes Rolantes;
- Mudança local instalação Câmara Pintura;
- Modificação Banco de Ensaio.

Todos estes trabalhos foram convertidos em activos fixos tangíveis em 2009 e o seu valor ascendeu a 389.707 euros.

Os restantes montantes são relativos a anulações de transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação, nomeadamente no que diz respeito a activos fixos tangíveis e existências, sendo o valor mais significativo a anulação de todas as transacções entre a CP Carga e a EMEF, no que diz respeito aos contratos para a

*meus* 86 *AS* *6*  
*Jo*



aquisição/construção de 300 Vagões plataforma de 60 pés (tipo Sgnss) e de 100 Vagões plataforma de 45 pés, de 2 eixos, para transporte de contentores e caixas móveis.

### 35. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

(valores em euros)

	2010	2009
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1029	851
Activos biológicos	42 418 840	33 930 373
	42 419 869	33 931 224

Esta rubrica regista o consumo de matérias-primas e subsidiárias no processo produtivo da EMEF (30.388 M€) e o consumo de combustível para tracção no transporte de passageiros (10.600 M€), no qual se salienta o consumo de matérias no projecto de fabrico de vagões no ano de 2010, no montante de 13.121.519 euros. Em 2009, este projecto consumiu matérias no montante de 1.036.101 euros.

### 36. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

(valores em euros)

Conta	Designação	2010	2009
621	FSE's - Subcontratos	43.145.403	40.291.738
622/626	FSE's Trab esp e outros	85.945.501	78.835.756
	Taxa uso infraestrutura	54.933.667	54.493.404
623	FSE's - Materiais	960.558	1.239.407
624	FSE's Energia e fluidos	25.786.811	26.156.709
625	FSE's Deslocações, estadas e transportes	3.102.633	2.357.549
		158.940.906	148.881.159



Para o aumento de € 10 060 me nos FSE's, correspondente a 6,75%, contribuíram os seguintes factos:

- O encargo verificado com a Taxa de Uso, que resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2010 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

O Directório da Rede 2010, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 13 de Dezembro de 2009 a 11 de Dezembro de 2010 (validade do Horário 2010). Para o período de 13 de Dezembro 2010 a 31 de Dezembro 2010, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2011, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2011.

- Acréscimo dos encargos suportados no âmbito do acordo estabelecido entre a CP e a RENFE (+2 225 me) para a exploração dos comboios Sud-Express e Lusitânia Hotel
- Aumento dos gastos com rendas e alugueres (+2 663 me) devido essencialmente à necessidade de contratação de transportes alternativos rodoviários
- Serviços adicionais e auxiliares prestados pela REFER (+2.444 me)
- Electricidade para tracção (+2.546 me);
- Gasóleo para tracção (+3.337 me);



### 37. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Remunerações dos órgãos sociais	1.038.833	1.013.444
Remunerações do pessoal	143.116.379	146.105.327
Encargos c/ pré-Reforma	0	12.453
Indemnizações	11.551.293	9.212.000
Encargos sobre remunerações	29.897.974	30.486.296
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	2.599.426	3.388.935
Gastos de acção social	77.611	120.103
Outros gastos com o pessoal	2.809.376	1.526.287
	191.090.892	191.864.845

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

Descrição	31-12-2010	31-12-2009
Órgãos sociais	24	24
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores	519	557
Quadros médios	54	58
Chefias intermédias	525	556
Profissionais altamente qualificados	3995	4063
Profissionais semi-qualificados	414	435
Contratados a prazo	165	321
Profissionais Não-qualificados	4	4
Contratos de Cedência Temp. Ocasional	4	4
	5 704	6 022

*peus.  
já m.  
h. g.*

**38. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis**

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
<b>Perdas</b>		
Em investimentos financeiros		-194.246
Activos não correntes detidos para venda	-1 069 830	
<b>Reversões</b>		
De investimentos financeiros	1 046 219	278 337
	- 23 611	84 091

**39. Aumentos/reduções justo valor**

A rubrica de Aumentos/reduções justo valor é analisada como segue:

Descrição	2010	2009
<b>Perdas</b>		
Instrumentos financeiros		
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
<b>Ganhos</b>		
Instrumentos financeiros	56.026.427	124.298.071
Investimentos financeiros		
Propriedades de investimento		
Activos biológicos		
	56.026.427	124.298.071

*peeeeee  
Djau w  
AS 7.*



#### 40. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2010	2009
Rendimentos suplementares	7.503.934	6.800.900
Descontos de pronto pagamento obtidos	44.361	69.985
Recuperação de dívidas a receber	2.846	124
Ganhos em inventários	93.702	25.614
Restantes activos financeiros	-89.654	70.169
Investimentos não financeiros	87.242	966.216
Outros	16.412.334	24.954.870
	24 054 765	32 887 878

As principais justificações analisam-se da seguinte forma:

##### Rendimentos Suplementares:

- Aumento dos valores de aluguer de diverso equipamento de apoio à movimentação de contentores e mercadorias (+590.000 euros) e da concessão de espaços em terminais (+913.000 euros);
- Serviços de consultoria e formação efectuados para a empresa Suíça SBB (Swiss Federal Railways) no valor de 405.202 euros;

##### Outros:

- Subsídios ao investimento - 14.000.000 euros;
- Correcções de exercícios anteriores (rendimentos suplementares) - 356.300 euros;
- Correcções de exercícios anteriores (outros rendimentos operacionais) - 552.300 euros.

*meus  
Já  
m  
h*



#### 41. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2010	2009	(valores em euros)
Impostos	936.703	293.510	
Descontos de pronto pagamento concedidos			
Dívidas incobráveis	35.585	502.366	
Perdas em inventários	88.330	28.842	
Restantes activos financeiros			
Investimentos não financeiros	1.273.061	2.543.000	
Outros	4.572.815	5.876.634	
	6.906.494	9.244.352	

O valor de 2010 da rubrica de outros gastos e perdas é justificado sobretudo pelas alienações e abates de activos fixos tangíveis (na sua maioria locomotivas da série 2500), no valor de € 1.273.000; e por encargos diversos, entre os quais encargos com comissões bancárias (728 m€); indemnizações por acidentes (324 m€); e por danos materiais (302 m€).

#### 42. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Descrição	2010	2009	(valores em euros)
<b>Gastos</b>			
Propriedades de investimento			
Activos fixos tangíveis	-96 084 540	-93 888 493	
Activos intangíveis	- 641 824	- 352 156	
<b>Reversões</b>			
Propriedades de investimento			
Activos fixos tangíveis	61 796	10 303	
Activos intangíveis			
	-96 664 568	-94 230 346	

*...fazem...  
Já vi  
M. F.*

**43. Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis**

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
<b>Perdas</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	-4 476 544	- 959 715
Activos intangíveis	-	-
<b>Reversões</b>		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	375 424	1 041 233
Activos intangíveis		
	-4 101 120	81 518

**44. Juros e rendimentos similares obtidos**

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2010	2009
Juros obtidos	-11 449 485	-40 428 091
Dividendos obtidos	- 61 915	- 9 744
Outros rendimentos similares	-1 752 515	-3 015 316
	-13 263 915	-43 453 151

**45. Juros e gastos similares suportados**

A rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

(valores em euros)

	2010	2009
Juros suportados	158 276 006	133 533 113
Outros gastos e perdas	5 322 498	3 759 957
	163 598 504	137 293 070

*meus  
dia  
m  
ns*



#### 46. Garantias e Avales

Garantias e Avales prestados pela CP - a empresas do grupo e associadas

Garantias e avales prestados pelo Grupo CP

(valores em euros)	
Otlis (cartas conforto)	6.000.000
	6 000 000

Garantias e avales prestados ao Grupo CP

(valores em euros)	
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP pelo Estado	1.177.936.024
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP por entidades bancárias a favor de Terceiros	601.437
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP por entidades bancárias	3.952.327
	1.182.489.788

#### 47. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

A Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, apresenta honorários na quantia de € 23.676 acrescidos de Iva á taxa legal (23%).

#### 48. Acontecimentos após a data do Balanço

Após o termo do exercício assinalam-se os seguintes factos:

- Assinatura pela CP do regime transitório de financiamento da prestação de Serviço Público;
- Transferência da EMEF para a CP da empresa SAROS;
- Queda do rating da República e da CP, o que implica uma nova estratégia de financiamento da empresa;
- Deliberação para que se celebre junto da EMEF um Contrato de Promessa de Compra relativo ao imóvel sito na Amadora;

*meus w/ k.  
Jún 94*



- Proposta do Conselho de Administração da Fergráfica para dissolução da sociedade em próxima Assembleia Geral.
- Em Março de 2011, a Standard & Poor's atribuiu um downgrade do rating da CP, de BBB para o BB. Em consequência, a AFLAC exerceu, nos termos do contrato existente, o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo no valor de 113 120 000 EUR, o que a CP realizou sem dificuldades na data prevista, 11 de Abril de 2011.
- Em Maio de 2011, o Estado Português assumiu um compromisso externo, com as entidades EFSM-European Financial Stabilisation Mechanism, EFSF-European Financial Stability Facility e FMI-Fundo Monetário Internacional, de privatização a 100% da CPCarga.

Á data da elaboração das DF's consolidadas, não existem estimativas do impacto nas contas do Grupo, embora se preveja que seja positivo.

Técnico Oficial de Contas -  
Dra Tindade Belo

*Tindade Belo*

Presidente - Dr. José Salomão  
Coelho Benoliel

*Salomão Coelho Benoliel*

Vice-Presidente - Dr. Alfredo  
Vicente Pereira

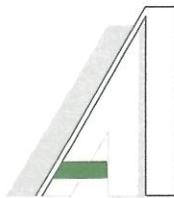
*Alfredo Vicente Pereira*

Vogal - Prof. Nuno Alexandre B. de  
Sousa Moreira

*Cristina Pinto Dias*

Vogal - Dra Cristina Maria dos  
Santos Pinto Dias

*Madalena Paixão de Sousa*



## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS**

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.346.067,5 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.449.636,4 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 199.741,2 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
  6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

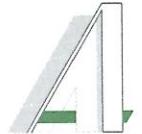
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

### Ênfase

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 7 e 8, chamamos a atenção para o facto de o grupo CP continuar a apresentar resultados líquidos e capitais próprios negativos com elevada expressão, o que, no presente contexto de incerteza dos mercados financeiros e de crise da dívida soberana, gera riscos financeiros e de sustentabilidade que o Estado, na sua qualidade de único detentor do capital da CP, não deixará de avaliar e levar em conta.



Nestes termos, e tal como vem referido no ponto 3.5. do Anexo, o Conselho de Administração, face às medidas no plano financeiro e operacional que vem tomando e ao papel que o transporte ferroviário assume na economia nacional, entendeu apropriada a utilização do pressuposto da continuidade na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Lisboa, 23 de Agosto de 2011

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

## RELATÓRIO DE AUDITORIA (CONTAS CONSOLIDADAS)

### Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 1.346.067.507 euros e um total de capital próprio negativo de 2.449.636.445 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 199.741.200 euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo).

### Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **CP – Comboios de Portugal, E.P.E.** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que à data de 31 de Dezembro de 2010, o Grupo apresenta capitais próprios negativos no montante de 2.449.636.445 euros (2009: 2.235.754.364 euros) e Financiamentos obtidos no montante de 3.438.145.739 euros (sendo 433.757.473 euros de Passivo corrente), tendo o Conselho de Administração relatado esta situação no seu relatório.

Ao formarmos a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, considerámos a adequação das divulgações efectuadas na nota 3.5 - Principais pressupostos relativos ao futuro, do Anexo às demonstrações financeiras, em que são referidos riscos e incertezas relativos à situação económica actual e aos mercados financeiros bem como a perspectiva de sustentabilidade futura do Grupo. Estas divulgações consideram que o Grupo irá ter os meios financeiros para fazer face às suas necessidades de tesouraria e das suas participadas no próximo período de 12 meses, bem como a garantia do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português).

Estes riscos e incertezas, as perspectivas de sustentabilidade futura e o suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), foram considerados pelo Conselho de Administração na sua conclusão de que é apropriada a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2010, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi apropriada.

## Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do período.

Lisboa, 5 de Agosto de 2011



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



## PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E AS CONTAS CONSOLIDADAS DA CP, EPE

(Exercício de 2010)

### I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas da CP - Comboios de Portugal, EPE relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. O Relatório consolidado de gestão, o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e o correspondente Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são apresentados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), implementado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho, a partir dos registos contabilísticos das empresas integrantes do perímetro da consolidação – CP, EPE e as subsidiárias CP Carga, EMEF, SAROS, EMEF Internacional, SIMEF, FERNAVE, ECOSAÚDE, PACTOGEST e FERGRÁFICA.

### II – APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

1. O relatório consolidado de gestão está em consonância com as contas consolidadas do exercício e cumpre, na generalidade, quanto ao seu conteúdo, os preceitos constantes do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, embora nalguns

*JK*  
*fr*  


pudesse ter sido mais explicitados, tais como riscos e incertezas e questões ambientais.

2. O membro ROC da CF levou a efeito um conjunto de accções específicas com vista à formação da sua opinião sobre o relatório consolidado e as demonstrações financeiras consolidadas relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, tendo emitido a correspondente Certificação Legal das Contas Consolidadas, com a ênfase considerada apropriada. O referido documento foi apreciado pela Comissão de Fiscalização, tendo o mesmo merecido a concordância dos restantes membros.
3. No que se refere às actividades principais das empresas do Grupo é de salientar o seguinte:
  - a) Foram transportados 130 milhões de passageiros e 9 milhões de toneladas, verificando-se uma diminuição da procura de passageiros, relativamente ao ano anterior, de cerca de 1% em passageiros (P), 1,3% em passageiros quilómetro (PK) e 1% nos proveitos de tráfego e um crescimento da procura de mercadorias de cerca de 7,9% de toneladas transportadas (T), de 0,4% de toneladas quilómetro (TK) e de 2,2% de proveitos do tráfego;
  - b) Na estrutura do tráfego tem um peso importante o de passageiros, com 64%, enquanto que o de mercadorias representa 36%, mantendo-se sensivelmente as mesmas características de anos anteriores;
  - c) O Resultado líquido consolidado (negativo) sofreu um agravamento significativo de 128,9 milhões de euros (182%) em relação ao ano anterior, devido essencialmente à variação negativa do justo valor dos derivados (68,2 milhões de euros), ao aumento dos juros suportados (26,3 milhões de euros) e ao impacto negativo das actividades realizadas pelo Grupo (22,2 milhões de euros).
  - d) A nível dos principais rendimentos e gastos operacionais sobressai ainda a diminuição de 1,6% (-4,6 milhões de euros) das vendas e serviços prestados, de 27% de outros rendimentos e ganhos (8,8 milhões de euros) e de 1195% (23,4 milhões de euros) de provisões (reversões no valor total de 27,7 milhões de euros) e os aumentos de 25% (8,5 milhões de euros) do custo das mercadorias vendidas e das

- matérias consumidas e de 7% (10 milhões de euros) de fornecimentos e serviços externos.
- e) A situação financeira do Grupo mantém-se muito desequilibrada, como demonstra a existência de capital próprio consolidado negativo de cerca de 2,5 mil milhões de euros e de um passivo de 3,8 milhões de euros.

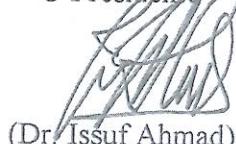
### III – PARECER

Face ao anteriormente exposto, a CF dá o seu parecer favorável à aprovação dos referidos documentos de prestação de contas consolidadas da CP, EPE, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas Consolidadas.

Lisboa, 31 de Agosto de 2011

A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

O Presidente



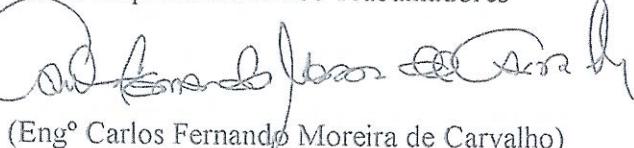
(Dr. Issuf Ahmad)

O Revisor Oficial de Contas



(ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por Dr. José Luís Areal Alves da Cunha)

O Representante dos Trabalhadores



(Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho)